

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

José Carlos Leandro

**PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DOS
ESTUDOS DA LINGUAGEM NO BRASIL:** As teorias linguísticas nos manuais de
introdução

Recife
2016

JOSÉ CARLOS LEANDRO

**PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DOS
ESTUDOS DA LINGUAGEM NO BRASIL:** As teorias linguísticas nos
manuais de introdução

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito final para obtenção do título de
Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos
Xavier

Recife
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

- L437p Leandro, José Carlos
 Perspectivas e tendências teórico-metodológicas dos estudos da
 linguagem no Brasil: as teorias linguísticas nos manuais de introdução / José
 Carlos Leandro. – Recife, 2016.
 197 f.: il., fig.
- Orientador: Antônio Carlos dos Santos Xavier.
 Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de
 Artes e Comunicação. Letras, 2017.
- Inclui referências e anexos.
1. Teoria linguística. 2. Filosofia da linguística. 3. Manuais de introdução.
 4. Pragmática. I. Xavier, Antônio Carlos dos Santos (Orientador). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-198)

JOSÉ CARLOS LEANDRO

**PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DOS
ESTUDOS DA LINGUAGEM NO BRASIL: As Teorias Linguísticas nos
Manuais de Introdução**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para a obtenção do Grau de Doutor
em LINGUÍSTICA em 30/8/2016.

TESE APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos Xavier
Orientador – LETRAS - UFPE

Prof^a. Dr^a. Maria Virgínia Leal
LETRAS - UFPE

Prof. Dr. Érico Andrade Marques de Oliveira
FILOSOFIA - UFPE

Prof. Dr. Anderson de Alencar Menezes
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - UFAL

Prof^a. Dr^a. Sandra Helena Dias de Melo
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - UFRPE

Recife
2017

Dedico este Tese a minha mãe Maria Anunciada(in memorian) e, a meu pai, Rosendo Leandro (in memorian), que me educaram para a vida e a meus filhos Rebeca e Matheus aos quais amo sem fronteiras, na certeza de que por eles valeu a pena ter chegado até aqui e que, além do meu amor e do meu carinho, tenho a responsabilidade de orgulhar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela iluminação e equilíbrio emocional necessário à construção deste.

Aos meus professores que me ensinaram a trilhar o caminho da pesquisa científica.

A meu orientador, Antônio Carlos Xavier, pela paciência e compreensão em esperar os meus retornos e pelas orientações profícuas em todas as etapas.

A Shirleide, pelo companheirismo, apoio e paciência com os desafios dos últimos momentos.

A amiga Solange Carvalho pela contribuição nos ajustes linguísticos e normativos nos últimos momentos do fechamento deste estudo.

A todos os meus parentes e amigos pelo apoio e estrutura, pela paciência e tratamento amoroso que me serviram de estímulo para prosseguir.

Todas as observações estão impregnadas de teorias.

Karl Popper

As teorias são redes que lançamos para capturar o que chamamos o mundo: para racionalizá-lo. Esforçamo-nos para deixar as malhas cada vez menores.

Karl Popper

RESUMO

Este estudo abordou sobre a forma de tratamento dada às teorias linguísticas nos Manuais de introdução. Por considerar importante entender como os estudos da linguagem são impactados e conduzidos pelas teorias linguísticas, buscamos compreender como o processo de cientificidade e institucionalização da Linguística é influenciado pela forma de apresentação das teorias pelos autores de manuais de introdução. Nosso objetivo foi analisar o grau de influência dos Manuais nos neófitos dos estudos da linguagem, pela análise das informações presentes nas apresentações das teorias, a fim de analisar como esses manuais podem influenciar os estudantes de Letras e de Linguística por toda sua vida acadêmico-profissional fazendo-os aderir a determinadas filiações teóricas sem oportunizá-los a conhecer ao menos o leque de opções de teorias que a área desenvolveu até o momento. Tomamos como norte os postulados de Bachelard (1996); Popper (1999); Kuhn (2006) quanto à história da ciência e o desenvolvimento do pensamento científico. Para conduzir nossa investigação nos apoiamos em Grice (1982), o qual oferece um modelo de análise baseado no aspecto conversacional da linguagem, a partir da inserção do “Princípio de Cooperação” e suas máximas conversacionais. Como estratégia metodológica utilizamos dois manuais introdutórios que faziam parte da ementa das disciplinas introdutórias dos cursos de letras e Linguísticas das dez Instituições mais bem avaliadas pelo Enade /2008-2014. Para tanto analisamos as seguintes teorias: Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo e Teorias da Enunciação. Os resultados de nossas análises apontam para uma parcialidade dos organizadores e autores no sentido de privilegiar umas teorias em detrimento de outras, conforme suas próprias inclinações.

Palavras-chave: Teoria Linguística. Filosofia da Linguística. Manuais de Introdução. Pragmática

ABSTRACT

This study focused on the form of treatment given to linguistic theories in the introduction manuals. Considering important to understand how the language studies are impacted and driven by linguistic theories, we seek to understand how the process of scientific and institutionalization of linguistics is influenced by the presentation of the theories by authors of introductory manuals. Our objective was to analyze the degree of influence of the manuals in the study of language neophytes, the analysis of information contained in the presentations of theories in order to analyze how these manuals can influence the students of Literature and Linguistics throughout his academic and professional life making them adhere to certain theoretical affiliations without them gives opportunity to know at least the range of theories options that the area has developed to date. We like the north postulates Bachelar (1996); Popper (1996); Kuhn (2006) and the history of science and the development of scientific thought. To conduct our research in support of Grice (1982), which provides an analysis model based on the conversational aspect of language, from the insertion of "Cooperative Principle" and its conversational maxims. As a methodological strategy used two introductory manuals that were part of the menu of the introductory courses of letters courses and Linguistic Institutions of the ten best evaluated by Enade / 2008-2014. Therefore we analyzed the following theories: Structuralism, Gerativismo, Functionalism and Theories of Enunciation. The results of our analyzes point to a bias of the organizers and authors in order to privilege some theories to the detriment of others as his own inclinations.

Keywords: Linguistic theory. Philosophy of Language. Introduction Manuals. Pragmatic

RÉSUMÉ

Cette étude a porté sur la forme d'un traitement donné aux théories linguistiques dans les manuels d'introduction. Considérant important de comprendre comment les études de langue sont touchées et conduits par des théories linguistiques, nous cherchons à comprendre comment le processus de la recherche scientifique et l'institutionnalisation de la linguistique est influencée par la présentation des théories par les auteurs des manuels d'introduction. Notre objectif était d'analyser le degré d'influence des manuels dans l'étude des néophytes de la langue, l'analyse des informations contenues dans les présentations de théories afin d'analyser la façon dont ces manuels peuvent influencer les étudiants de littérature et linguistique tout au long de sa vie académique et professionnelle les faire adhérer à certaines affiliations théoriques sans leur donne l'occasion de connaître au moins la gamme des théories d'options que la région a mis au point à ce jour. Nous aimons le nord postule Bachelar (1996); Éclateur (1996); Kuhn (2006) et l'histoire de la science et le développement de la pensée scientifique. Pour mener nos recherches à l'appui de Grice (1982), qui fournit un modèle d'analyse basé sur l'aspect conversationnel de la langue, de l'insertion de «principe de coopération» et ses maximes conversationnelles. En tant que stratégie méthodologique utilisé deux manuels d'introduction qui faisaient partie du menu des cours d'introduction de lettres cours et institutions linguistiques des dix meilleurs évalués par ENADE / 2008-2014. Par conséquent, nous avons analysé les théories suivantes: structuralisme, Gerativismo, fonctionnalisme et théories de l'énonciation. Les résultats de nos analyses indiquent un biais des organisateurs et des auteurs afin de privilégier certaines théories au détriment des autres comme ses propres inclinations.

Mots-Clés: Théorie linguistique. Philosophie du langage. Introduction Les manuels. Pragmatique

LISTA DE ABREVIATURAS

p. Página

vol. Volume

Cf. Conferir

etc e outras coisas/ assim por diante

M1 Manual 1

M2 Manual 2

LISTA DE SIGLAS

ABRALIN	Associação Brasileira de Linguística
CFE	Conselho Federal de Educação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IES	Instituição De Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GU	Gramática Universal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MEC	Ministério de Educação e Cultura
TIG	Teoria das Implicaturas Conversacionais
IP	Inferências Pragmáticas
TP	Teoria de Pressuposição
TAF	Teoria dos Atos De Fala
USP	Universidade de São Paulo
UDF	Universidade do Distrito Federal

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Classificação das Inferências segundo Marcuschi (1985).....	60
Quadro 2	IES que alcançaram o conceito 5 Enade/2008.....	72
Quadro 3	IES que alcançaram o conceito 5 Enade/2011.....	73
Quadro 4	IES que alcançaram o conceito 5 Enade/2014.....	74
Quadro 5	Manuais e Obras Introdutórias da Linguística.....	76
Quadro 6	Manuais presentes nas Ementas das dez IES com melhores conceitos do Enade/2008-2014.....	79
Quadro 7	Manuais selecionados para os <i>corpora</i>	81
Quadro 8	Componentes analisados.....	82
Quadro 9	Divisão dos capítulos do Manual 1- M1.....	87
Quadro 10	Autores/as dos capítulos do M1.....	88
Quadro 11	Divisão dos capítulos do M2.....	119
Quadro 12	Autores/as dos capítulos do M2.....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Conceito dos cursos do Enade/2008.....	69
Tabela 2	Planos de Ensino dos Cursos de Letras (Enade/2008).....	70
Tabela 3	Material utilizado nos Cursos de Letras (Enade/2008)	71

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
2.1	HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS: PERCURSO TEÓRICO.....	29
2.2	EPISTEMOLOGIA E LINGÜÍSTICA.....	45
2.3	A LINGÜÍSTICA E AS DEMAIS CIÊNCIAS.....	46
2.4	A FILOSOFIA DA LINGÜÍSTICA.....	49
2.5	INTERFACE ENTRE AS CATEGORIAS PRAGMÁTICAS.....	51
2.5.1	Conversação e Cooperação em H.P.GRICE (1975).....	52
2.5.2	As Inferências e suas Estratégias Discursivas.....	58
2.5.3	Pressuposição.....	61
2.5.4	Teoria dos Atos de Fala/Linguagem.....	62
2.6	CONCEITO DE LÍNGUA E LINGUAGEM.....	65
2.7	O MANUAL E SUA FUNÇÃO NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA.....	65
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	68
3.1	O ENADE.....	68
3.2	A AMOSTRA.....	71
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	83
4.1	ANÁLISE DO MANUAL 1(M1).....	84
4.1.1	Componente (i) no M1.....	92
4.1.1.1	<i>Concepção de Ciência.....</i>	<i>92</i>
4.1.2	Componente (ii) no M1.....	94
4.1.2.1	<i>Características das teorias (A).....</i>	<i>94</i>
4.1.2.2	<i>Características das teorias (B).....</i>	<i>95</i>
4.1.2.3	<i>Características das teorias (C).....</i>	<i>98</i>
4.1.2.4	<i>Características das teorias (D).....</i>	<i>100</i>
4.1.3	Componente (iii) no M1.....	101
4.1.3.1	<i>Críticas gerais e/ou específicas às teorias(A).....</i>	<i>101</i>
4.1.3.2	<i>Críticas gerais e/ou específicas às teorias(B).....</i>	<i>103</i>
4.1.3.3	<i>Críticas gerais e/ou específicas às teorias(C).....</i>	<i>106</i>

4.1.3.4	<i>Críticas gerais e/ou específicas às teorias(D)</i>	107
4.1.4	Componente (iv) no M1.....	108
4.1.4.1	<i>Avanços e/ou recuos legados pelas teorias(A)</i>	108
4.1.4.2	<i>Avanços e/ou recuos legados pelas teorias(B)</i>	109
4.1.4.3	<i>Avanços e/ou recuos legados pelas teorias(C)</i>	110
4.1.4.4	<i>Avanços e/ou recuos legados pelas teorias(D)</i>	113
4.1.5	Síntese da Análise do M1.....	114
4.2	ANÁLISE DO MANUAL 2 (M2).....	118
4.2.1	Componente (i) no M2.....	120
4.2.1.1	<i>Concepção de Ciência</i>	120
4.2.2	Componente (ii) no M2.....	126
4.2.2.1	<i>Características das teorias (A)</i>	126
4.2.2.2	<i>Características das teorias (B)</i>	128
4.2.2.3	<i>Características das teorias (C)</i>	130
4.2.2.4	<i>Características das teorias (D)</i>	132
4.2.3	Componente (iii) no M2.....	134
4.2.3.1	<i>Críticas gerais e/ou específicas às teorias (A)</i>	134
4.2.3.2	<i>Críticas gerais e/ou específicas às teorias (B)</i>	136
4.2.3.3	<i>Críticas gerais e/ou específicas às teorias (C)</i>	138
4.2.3.4	<i>Críticas gerais e/ou específicas às teorias (D)</i>	139
4.2.4	Componente (iv) no M2.....	140
4.2.4.1	<i>Indícios de (possíveis) avanços e/ou recuos legados (A)</i>	140
4.2.4.2	<i>Indícios de (possíveis) avanços e/ou recuos legados (B)</i>	141
4.2.4.3	<i>Indícios de (possíveis) avanços e/ou recuos legados (C)</i>	144
4.2.4.4	<i>Indícios de (possíveis) avanços e/ou recuos legados (D)</i>	145
4.2.5	Síntese da Análise do M2.....	146
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS	152
	ANEXOS	159

1 INTRODUÇÃO

É importante entender como os estudos da linguagem são impactados e conduzidos pelas teorias linguísticas, bem como compreender o processo de cientificidade e institucionalização da Linguística é influenciado pela forma de apresentação das teorias pelos autores de manuais de introdução. Sabemos que as informações presentes em tais manuais podem influenciar os estudantes de Letras e de Linguística por toda sua vida acadêmico-profissional fazendo-os aderir a determinadas filiações teóricas sem nem conhecer ao menos o leque de opções de teorias que a área desenvolveu até o momento.

Dessa forma, ao estabelecermos o contato com diversas correntes teórico-epistemológicas acerca da linguagem, bem como na análise dos percursos metodológicos de cada modo pelo qual a ciência linguística é manifestada, o qual pressupõe uma determinada filiação teórica que lhe é constitutiva, refletimos sobre como tais orientações têm consequências na delimitação dos objetos teóricos e na circunscrição das disciplinas internas à Linguística. Por esses motivos, tivemos a necessidade de aprofundarmos os conceitos nucleares no interior de diferentes modelos teóricos os quais transitam entre a homogeneização *versus* diversidade do objeto.

Em nossa investigação, fomos ao encontro de uma melhor compreensão das principais teorias que emergiram ao longo da história dos estudos da linguagem, principalmente depois do reconhecimento da Linguística como “Ciência Piloto”, no século XX, em decorrência da publicação do Curso de Linguística Geral pelos alunos e discípulos de Ferdinand Saussure.

Para isso, consideramos as singularidades das teorias e as suas determinações conceituais e históricas reveladas pelos autores deste gênero textual utilizado como principal instrumento na iniciação dos estudantes egressos na área de Letras. O manual escolar possibilita à atividade pedagógica um estatuto privilegiado que regula as atividades diversas. Uma de sua característica mais relevante está no aspecto de que se operam objetivos que não se categoriza numa neutralidade face ao conteúdo apresentado. Assim, a seleção dos textos que o compõem não pode ser vista de forma isolada e descontextualizada. Pela linguagem apresentada, são narrados mais do que conteúdos, mas, sobretudo, visões e leituras de mundo. Para alcançar os propósitos docentes, compreendemos que os manuais devem apresentar as informações categorizadas como científicas, indicar roteiros e caminhos de natureza pedagógica para tratar os conteúdos, além de orientar as aulas com a prática de exercícios que retomem os principais aspectos apresentados dentro de campos de saberes distinto. Assim, a

concepção de manual que conduziu o trajeto desse estudo o classifica como um instrumental destinado ao professor em suas atividades formativas, a fim de possibilitar um melhor desempenho diante do processo ensino-aprendizagem¹. De acordo com o autor, a seguir, são os propósitos do gênero.

A genre comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community, pshapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style (SWALES, 1990, p. 58).²

Dessa forma, caberá ao manual de introdução possibilitar um *continuum* entre os resultados da trajetória das pesquisas acadêmicas e uma possível “sedução” do conteúdo apresentado. O manual é um gênero discursivo específico que é veiculado a partir de um determinado suporte. Sendo assim, a compreensão de manual que adotamos em nossos corpora o classifica como um resultado de formações e estruturas textuais que fazem parte de uma forma de saber partilhada nos grupos de pesquisadores vinculados em Instituições de Ensino Superior (IES). Circulam como gênero que são categorizados como válidos e necessários em dado momento histórico. A concepção de manual enquanto gênero instaura uma discussão no interior da teoria de gêneros que o circunscreve e caracteriza como tal. Na realidade, ele abriga outros gêneros diferentes, a exemplo de texto explicativo, exercícios, tabelas, gravuras, índices, instruções, sumários, entre outros gêneros. Dessa maneira, assumimos em nosso estudo a classificação do manual como elemento que exerce uma função comunicativa inserida num processo com um propósito definido. As inclusões e omissões que os manuais fazem, mesmo que o leitor não possua uma consciência dessa estratégia, seja por afirmações e negações de saberes, indicam que as escolhas estabelecidas em cada texto revelam as influências e formas que os manualistas operam com conjuntos específicos de conhecimentos científicos a respeito do que é a linguagem humana. Assim, o manual se propõe a ser um instrumento que possibilita uma atitude dialogal com outros grupos de pesquisadores e comunidades acadêmicas.

¹ Cf. Marcuschi (2002) e Gérardi (1998).

² Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham alguns conjuntos de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva de origem, e assim constituem a lógica para o gênero. Essa lógica molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e constrange a escolha de conteúdo e estilo (SWALES, 1990, p. 58). [tradução nossa]

Como o livro de introdução se propõe a ser uma ferramenta para contribuir na formação e na divulgação de um conjunto de conhecimentos, faz uso de uma série de termos técnicos específicos e, dessa forma, articula uma metalinguagem que é adotada pelos integrantes do grupo. Nesse aspecto, reside o traço característico da cientificidade que os grupos procuram atribuir aos seus projetos. O manual, assim, desenvolverá uma característica de objetividade partilhada a partir da linguagem adotada e dos propósitos do gênero introdutório. Essa caracterização idealizada de conhecimento sistematizado a partir de uma retórica e de um arcabouço conceitual consolidado impacta no leitor da obra uma imagem de ciência a ser defendida. Assim, o que o manual apresenta aos leitores é recepcionado como um produto textual inquestionável. Sendo assim, os aspectos de objetividade, universalidade e integralidade dos conteúdos e das formas inseridas no manual o transformam num instrumento pedagógico de primeira ordem. Inclusive, as diversas reedições pelas quais essas obras passam - praticamente, com pouquíssimas alterações- mostram que os conflitos e as controvérsias não constituem seus objetivos imediatos. Nesse sentido, subjaz à homogeneidade da divulgação das ideias contidas desse gênero uma dimensão hermética de ciência que indica não haver espaço para as discussões e problematizações do que foi adotado como cientificamente válido e necessário. Assim, eles direcionam os usuários a propósitos delimitadores diante visão de conhecimento assumida como modelo de cientificidade diante do tratamento do objeto linguagem.

Assumindo essa perspectiva, aceitamos a ocorrência dos gêneros textuais em comunidades discursivas específicas, onde seus membros mais experientes compartilham estrutura esquemática e se reconhecem a partir da cooperação de propósito (s) comunicativo (s), onde os “neófitos” são inseridos a partir de estratégias, sejam explícitas ou implícitas, necessárias para o processo de iniciação em determinada comunidade de pesquisadores. Todo esse conjunto de procedimentos faz parte da ritualização para os usuários poderem ser proficientes pesquisadores numa esfera acadêmica, e, assim, terem condições de transitarem no gênero textual específico e serem reprodutores dos mesmos para as futuras gerações. Tanto a concepção de “discurso acadêmico”, quanto o de “comunidade acadêmica”, em nosso trabalho, baseou na compreensão de comunidade discursiva de Swales (1992). Entre as características constituintes do conceito de comunidade discursiva, podemos considerar os seguintes aspectos: conjunto de objetivos compartilhados; criação de estratégias que possibilitam a intercomunicação entre os membros; incentivo de uso de mecanismos que dinamizem e controlem os propósitos sociais a fim de manter as crenças e valores partilhados

numa direção que monitore as inovações e possa estender as abrangências do grupo; criação e reconfiguração dos gêneros textuais utilizados; estruturação e uso de uma terminologia caracterizadora da comunidade; existência de um conjunto escalonado de regras e princípios que estabeleça os critérios, tácitos ou não, para controlar quem pode ser inserido, participe e, assim, possibilite o crescimento da comunidade (SWALES, 1992). Nossos manuais de introdução, que compõem nosso estudo, se inserem na concepção sociorretórica de gêneros textuais. Para tanto, nos baseamos também nos postulados de Miller (2009), a qual categoriza e classifica gêneros como “ações retóricas tipificadas baseadas em situações recorrentes” (MILLER, 2009, p.167). Segundo a autora, os aspectos formais dos gêneros não correspondem à sua razão última. Mas se centram nos aspectos pragmáticos, o que lhes conferem uma retórica recorrente numa direção que estabelece uma relação de intencionalidade e efeito. Isto vai configurando a prática de uso dos gêneros como uma ação social. Ou seja, por meio da ação retórica as práticas discursivas evidenciam propósitos comunicativos conectados e partilhados pelos membros de determinada comunidade com motivações sociais que satisfaçam os objetivos pretendidos.

É importante ressaltar que os manuais de linguística tratam, além das teorias escolhidas, dos métodos de análises, bem como dos principais percursos teóricos escolhidos pelo organizador ou autor do manual. Sua categorização genérica o situa como parte integrante de um domínio discursivo mais abrangente, o que Marcuschi (2008, p.194) chama de instrucional, vinculado a dois campos: o educacional e o científico. Com isso, os pesquisadores iniciantes podem se apropriar do discurso acadêmico, bem como exercitar as práticas acadêmicas a partir dos gêneros textuais que veiculam o “*modus operandi*” que provoque reflexões e interesses para que sua participação seja efetivada. Dessa maneira, ele vai conseguir unir as práticas comunicativas e as formas pragmáticas que tenham como estratégia possibilitar o seu letramento acadêmico num universo apresentado pelo manual de introdução (SPACK, 1988, p. 36).

Assim, compreendemos as mudanças ocorridas nessa Ciência e vislumbramos as interpretações explicativas para avanços e recuos em torno do fenômeno da língua ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Nesse aspecto, esta pesquisa se propôs a compreender a(s) influências(s) que os estudos linguísticos contemporâneos, nos últimos 30 anos, tiveram sobre as formas como as teorias são apresentadas nos Manuais de Introdução à Linguística, publicados por autores nacionais. Nesse sentido, compreendemos que a Linguística parece não escapar ao funcionamento científico proposto por Kuhn (2006).

E não apenas a Linguística, mas as demais ciências humanas apresentam dificuldades para aplicar o método científico pautado pela objetividade, previsibilidade e universalidade dos resultados obtidos a partir de um mesmo conjunto de procedimentos metodológicos para, só assim, validar uma determinada teoria. Nesse aspecto, não podemos deixar de considerar a perspectiva cooperativa da construção dos saberes. Sendo assim, a dimensão crítica e, sobretudo, conflitiva constitui condição de possibilidade para a categorização de determinado conhecimento como científico. Esse aspecto se dá nas confluências e divergências das abordagens, das teorias, das metodologias e dos projetos de pesquisa, além de situar pesquisadores em campos de defesa diversos. Longe de essa situação representar uma característica a priori negativa, traçam em suas delimitações os principais aspectos que consolidam o conhecimento científico. Dessa forma, nos filiamos à perspectiva de Dascal (2005) ao enfatizar o caráter necessário de coletividade para o saber científico. Segundo o autor, as condições necessárias de possibilidade do saber científico estão inseridas no conflito e nas controvérsias. Nisso habita a abertura para as intersecções teórico-metodológicas entre os pesquisadores. Ou seja, por mais que certo representante da comunidade acadêmica seja um defensor incondicional de uma postura teórica, ele necessita conhecer e assumir posicionamentos diante das demais correntes para fundamentar sua escolha. Dessa maneira, ciências assim pautadas gozariam de uma possível uniformidade nos procedimentos que conduzem suas atividades investigativas.

No Brasil, a disciplina Linguística, na primeira metade do século XX, aproximadamente nos anos 60, procurou estabelecer uma autonomia diante dos ramos tradicionais da Filologia e da Dialetologia. Com a profissionalização da atividade do professor de linguística, ocorreram mudanças na concepção dos problemas e nos tratos do objeto da linguagem. Dessa forma, a pesquisa linguística teve uma coincidência sócia histórica com a instauração dos cursos de Letras no país. Praticamente, seu aparecimento acontece imbuído nos projetos de criação das Faculdades de Filosofia nos anos 30 do século XX.

Foi nesse período que surgiram os primeiros cursos de letras no Brasil. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo foi em 1934. Em Brasília, na Universidade do Distrito Federal, o curso de Letras surgiu em 1935. Na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e na Universidade de Minas Gerais foi no ano de 1939 que o curso de Letras iniciou suas atividades. Na organização interna do curso de Letras da USP, o qual já constituía uma secção do curso de Filosofia, através do decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934, houve uma divisão de duas subsecções: Letras Clássicas e Português e

Línguas Estrangeiras. No ano de 1939, com base no parecer 283/62, do Conselheiro do CFE, Valnir Chagas, os Cursos de Letras no país foram reorganizados. A perspectiva de compreender a língua nacional como uma variante europeia foi uma das marcas desse período inicial. Um dos primeiros programas de Letras, o da USP, reservou pouco espaço para uma análise do Português do Brasil. A orientação predominante era a histórica. (ALTMAN, 1998; FIORIN, 2006). Dos anos 1940 até os dias de hoje, muitos outros manuais foram publicados por diferentes estudiosos da linguagem, alguns dos quais não mais influenciados pela visão “*mattosiniana*”, mas por outros teóricos como Noam Chomsky, por exemplo. Acreditamos ser possível extrair da observação dos Manuais Introdutórios as razões que possam justificar a saliência de um determinado viés de pesquisa em torno da língua.

Em 1950, Francisco da Silveira Bueno, o qual assumiu a cátedra de Filologia e Língua Portuguesa no ano de 1940, publicou seu *Tratado de semântica geral*, o qual revelou as influências estrangeiras de semanticistas, sobretudo os alemães e franceses sobre os estudos desta área no Brasil. Neste período, ele estava vinculado à Universidade de São Paulo (USP). Foi na fase inicial dos estudos sobre a Língua, que as abordagens linguísticas tinham uma filiação e uma orientação com a perspectiva histórico-comparativa. A Linguística moderna, assim, se estruturou na cadeira de Filologia Românica. Dessa forma, aos estudos linguísticos era reservado apenas o aspecto instrumental que possibilitasse aos alunos lerem os textos no original.

Já se passou quase um século desde a publicação do Curso de Linguística Geral de Ferdinand Saussure que praticamente revolucionou os estudos da linguagem no mundo. No Brasil, a Linguística, enquanto disciplina curricular foi instituída nos cursos de Letras há mais de 60 anos. Um dos primeiros manuais de introdução à Linguística foi o livro *Princípios de Linguística Geral*, escrito por Mattoso Câmara Jr., considerado o introdutor da disciplina Linguística no Brasil. A influência dos escritos de Mattoso Câmara Jr sobre a formação dos primeiros linguistas brasileiros é inegável.

Joaquim Mattoso Câmara Jr., aluno de Roman Jakobson nos EUA, foi o grande pioneiro da linguística descritiva no Brasil. Ministrou o primeiro curso de Linguística na Universidade do Distrito Federal e depois na Universidade do Brasil. Ele lecionou Filologia e Linguística na Escola de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF) entre 1938 e 1939. Historicamente no âmbito nacional, a Linguística foi institucionalizada como disciplina obrigatória nos cursos de Letras via decreto Federal no ano de 1962. Sua prática estava voltada para um grupo de estudiosos restritos. Não havia, portanto, um reconhecimento

acadêmico que incluísse a Linguística nos estudos da linguagem. Inclusive, como não se tinha formação especializada na área, outros profissionais que se dedicavam aos estudos linguísticos, assumiam o ofício de linguistas, a exemplo de Leonor Scliar Cabral, formada em Direito, que estava no último ano do curso de Letras quando da publicação de seus artigos no *Jornal Diário de Notícias*. Desse modo, “o sujeito com formação em outras áreas, mas dedicado aos estudos linguísticos, era autorizado a assumir a posição de sujeito linguista” (XAVIER, 2004, p. 52).

No ano de 1975, os estudos de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) possibilitaram a apresentação circunstanciada de uma história da linguística de uma forma pioneira, apesar da obra ser póstuma, o que não daria a possibilidade de revisão pelo autor. Entretanto, a obra *mattosiana* possuiu um formato com características mais abrangentes, numa perspectiva linear e com orientação fortemente orientada para o tratamento da linguística numa direção ocidentalizada a partir do século XIX.

A contribuição de Mattoso Câmara para a fase inicial dos estudos linguísticos se deu em razão da elaboração de um manual que tratasse a Linguística de forma sistemática. Entretanto, o contexto acadêmico brasileiro não constituiu seu principal intento investigativo. Ele deu um destaque às tradições clássicas do pensamento linguístico. Neste período, segundo os estudos de Koerner, (1978, p. 33), na segunda metade do século XX, multiplicaram-se estudos acadêmicos sobre as teorias linguísticas com foco ‘no passado’. Os manuais desse período refletiram as tendências de estudos europeus e americanos, a exemplo de Ivic (1965), Leroy (1963), Tagliavini (1963), Malmberg (1964), Lepschy (1971), Mounin (1970, 1972), Robins (1967) e Coseriu (1969-1972). Entretanto, Mattoso Câmara foi um dos únicos que buscou fazer uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento linguístico no Brasil, com uma reflexão sistemática diante do problema. Nesse aspecto, os estudos a partir da Linguística Brasileira refletiam os movimentos de unificação e diversificação dos estudos na época.

Quanto aos linguistas brasileiros, precursores dos anos 30, esses dedicaram suas abordagens dos manuais às questões revisionistas das tradições anteriores. Todavia, utilizaram o espaço destinado às introduções dos manuais para esse fim. É interessante pontuarmos que os autores/organizadores dos manuais que escolhemos como amostra para análise, abrem os capítulos iniciais fazendo uma retrospectiva que contemple as múltiplas e variadas visões das ciências da linguagem. Esse aspecto nos possibilitou compreender como foram desenvolvidas as práticas dos autores das apresentações das teorias linguísticas nos manuais de introdução.

Procurando dar razões que justifiquem nossa pesquisa, defendemos que a escrita e publicação de manuais constituem um modo específico de produzir e difundir conhecimentos entre iniciantes e curiosos por dar os primeiros passos em direção a uma determinada área das diversas ciências. Acreditamos haver uma lacuna sobre qual o papel que este tipo de publicação desempenha para o esclarecimento da função da Linguística na compreensão das características e funcionamentos da linguagem verbal em suas modalidades com ou sem contextos de uso entre os iniciantes nos estudos da linguagem. Dessa forma, conduzimos nossa pesquisa a partir de uma delimitação por procedimentos de análises e fundamentos epistemológicos que estruturam o conhecimento linguístico, a fim de compreender os arranjos conceituais e a construção expositiva dos manualistas que seduzem iniciantes na direção de perspectivas teóricas que interessavam salientar em seus programas de pesquisas. Isso tudo busca, a nosso ver, uma legitimação de cientificidade das escolhas teóricas.

Os recortes necessários que são feitos nos *corpora* utilizados das ciências humanas produzem uma espécie de obstáculo à construção de uma análise consubstanciada em dados quantificados que gerariam a desejada homogeneidade e previsibilidade nos resultados impostos para uma determinada disciplina ser classificada de científica (Souza Santos, 2008). No caso dos estudos da linguagem, seu objeto de investigação, a língua, varia e muda no tempo e no espaço, bem como de acordo com a classe social, nível intelectual, entre outros aspectos, como, por exemplo, a opção sexual, cujo saldo, em relação às ciências exatas e até biológicas, se mostra bem diferente do ponto de vista da credibilidade acadêmica. Dessa forma, necessitamos desenvolver uma atitude crítica e não passiva diante das análises dos fatos linguísticos em suas variadas manifestações. Discorremos no bojo de nosso estudo que o estatuto científico creditado à Linguística não é um estado consensual entre os cientistas pertencentes às outras áreas do saber, a exemplo dos estudiosos das classificadas ciências exatas ou “duras”.

Procuramos saber na nossa pesquisa se e como manuais de introdução à linguística empregam estratégias de elaboração dos conteúdos que funcionam valorizando determinadas perspectivas teóricas de estudos da linguagem em detrimento de outras. Assumimos que os manuais de introdução à linguística podem possibilitar a configuração da institucionalização da disciplina linguística a partir da constituição de grupos de pesquisa delimitados e, em certo aspecto, herméticos diante de formas novas de manifestação dos fatos linguísticos, pois procura criar um espaço que direcionam tendenciosamente os iniciantes na área numa perspectiva partidária a determinada corrente teórica em detrimento de outras que são negadas

aos alunos conhecerem de forma mais crítica. Nesse sentido, de determinado estudo acadêmico. Mesmo que o ato descritivo das teorias esteja direcionado, num primeiro momento, a uma visão instrumental, é inegável que seus arranjos nas apresentações possam conduzir os leitores a diferentes interpretações. Isto pode indiciar o aspecto manipulador dos manuais diante das teorias linguísticas.

A partir de nossos questionamentos, elaboramos nossa hipótese de pesquisa da seguinte forma: seriam os manuais de introdução à linguística instrumentos estratégicos para valorização de determinadas perspectivas teóricas dos estudos da linguagem? Para tanto, optamos por uma amostra de dois manuais que constam na bibliografia das ementas de dez IES mais bem avaliadas pela CAPES. Nesse sentido, a fim de responder a nossa pergunta de pesquisa supracitada, nossa investigação recairá sobre dois manuais publicados nos últimos 15 anos no Brasil. A razão da escolha se deu pela inserção dos respectivos manuais na bibliografia dos cursos. As teorias escolhidas para compor nosso *Corpus* foram as seguintes: Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo e as Teorias da Enunciação ou Enunciativas face sua abordagem ser propedêutica para os iniciantes nos estudos linguísticos. Após análise das ementas dos cursos, escolhemos os seguintes manuais escritos por autores brasileiros nos últimos 10 anos: Manual de Linguística, de Mário Eduardo Martelotta (2008), e, Introdução à Linguística: Vol. 1: Objetos teóricos (2015) e Vol. 2: Princípios de análise (2016), organizados por José Luiz Fiorin (Org.).

Então, diante do que expomos, nosso problema de pesquisa procurou saber se o modo empregado na exposição das diversas teorias da Linguística presentes nos Manuais de Introdução publicados entre segunda metade do século XX e início do século XXI por autores brasileiros podem direcionar os textos para uma possível manipulação de uma corrente de pensamento em detrimento de outra. Acreditamos que, caso se confirme esse procedimento, poderá existir o alçamento/ destaque de determinadas teorias linguísticas na contemporaneidade em detrimento de outras filiações teóricas.

Sendo assim, ao possibilitarmos uma maior aproximação metodológica para a compreensão dos princípios e os fundamentos do desenvolvimento de teorias, propusemos uma inserção nos dados a partir dos pressupostos da Pragmática, principalmente nos conceitos de pressuposição, subentendidos e implicatura conversacional. Para responder ao problema de pesquisa, fizemos uso de um conjunto de procedimentos metodológicos, com os quais buscamos perceber a sutilidade assumida pelos organizadores dos manuais indiciam posições que canalizam os alunos às filiações teóricas de seus autores a partir de uma provável

“neutralidade” científica. Partimos do Estruturalismo de base saussureana até chegarmos aos modelos teóricos mais recentes da Linguística como o cognitivismo linguístico e as teorias da enunciação.

Acreditamos ser possível, observando as pistas presentes nas entrelinhas dos textos dos manuais de introdução aos estudos da linguagem, entender se há e, em havendo, inferir o porquê da predominância de determinadas linhas de pesquisa e suas correntes teóricas em alguns cursos de Letras, bem como em seus respectivos programas de pós-graduação bem avaliados pela Capes. Provavelmente, percorrendo as diversas etapas do pensamento linguístico, considerado formalmente científico, poderemos encontrar indícios que justifiquem o quadro atual da preferência por certas teorias e o desprezo por outras tão importantes quanto às prestigiadas, nos manuais. Para a efetivação dos objetivos propostos nesta pesquisa, utilizamos um enfoque qualitativo, no processo de identificação e compreensão das estratégias de valorização de certas teorias presentes nos manuais de introdução à linguística investigados.

Sabemos da existência de uma multiplicidade de abordagens da linguagem que permite aos pesquisadores enxergarem seu objeto de estudo, a língua, por perspectivas diferentes. A nosso ver, é necessário, então, tentarmos sistematizar procedimentos que, mesmo preservando suas especificidades relacionadas ao objeto de estudo, possam ser agrupados por características comuns. Também investigaremos como as “vozes” dos manualistas “traduzem” e “interpretam” nuances de diferentes teorias para “facilitar” o entendimento do estudante iniciante na área. Interessa-nos ainda saber se no Manual a chegada das novas teorias é mostrada possível continuidade de teorias anteriores ou se esta chegada é apresentada como ruptura conceitual total, nos termos defendidos por Kuhn (2006).

Na busca por descrever e analisar as teorias apresentadas nos manuais de introdução à linguística a fim de construir uma interpretação explicativa para o funcionamento deles e sua capacidade de indução à adoção de determinadas correntes teóricas, seguimos de perto os seguintes passos metodológicos: 1.identificamos os principais manuais de Introdução aos estudos da linguística citados nas ementas dos dez cursos de graduação das Universidades, Faculdades ou Instituição de Ensino Superior (IES) mais bem avaliadas pelo sistema oficial. Em seguida, 2.selecionamos dois manuais de introdução à linguística mais presentes nos programas curriculares desses cursos de Letras mais bem avaliados pelo Enade/Inep/MEC no período 2008 a 2014 e seus respectivos programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) avaliados pela Capes com conceito de cinco em diante na avaliação referente ao

período 2008 a 2014. Dando prosseguimento, 3.elaboramos um conjunto de categorias para analisar os Manuais escolhidos para esta pesquisa. Observamos atentamente as formas de exposição das diversas correntes teóricas dos estudos da linguagem nos manuais selecionados em nossa amostra a partir das seguintes categorias de análises: 3.1 Concepção de ciência que subjazia ao manual; 3.2 Características apresentadas para cada uma das teorias comparativamente aos manuais selecionados como *corpora*; 3.3 Críticas gerais e/ou específicas às teorias incluídas pelos organizadores dos manuais, e, 3.4 Indícios de possíveis avanços e/ou recuos legados por cada um dos paradigmas teóricos.

Ainda, na busca de responder ao nosso problema de pesquisa, avaliamos se havia maior volume de conteúdo ou esvaziamento de informações importantes no tratamento dado pelos autores e/ou organizadores dos manuais a certas teorias em detrimento de outras. Em constatando esse fato, coube-nos intuir as possíveis causas para o tratamento diferenciado. De outro modo, procuramos saber como os organizadores dos manuais construíram seus textos em colaboração com outros autores sintonizados com seus propósitos na apresentação das correntes teóricas e por qual motivo silenciaram outras formas de estudos da linguagem. Nesse sentido, diante das inquietações que perpassam os estudos linguísticos na contemporaneidade, escolhemos a Filosofia da Linguística como uma disciplina que procura compreender os aspectos teóricos e metodológicos que subjazem às múltiplas formas de apresentação dos fenômenos linguísticos. Em nosso estudo, assumimos, também, a concepção da Filosofia da Linguística baseados nos pressupostos de Borges Neto (2004), como um ramo da Filosofia da Ciência voltado especificamente à análise da Linguística. Assim, procuramos entender e compreender a arquitetura discursiva das teorias linguísticas de nosso corpus em sua superfície textual, analisando com o auxílio de nosso instrumental teórico como a obtenção do conhecimento está fundamentado em determinada condução da linguagem imersa nos contextos sociais dos mais diversos. (BORGES NETO, José, 2004).

Em nosso percurso de investigação, coube-nos como estratégia de análise transitar pelas abordagens epistemológicas, e, ao mesmo tempo, histórica da ciência da linguagem. Revelando uma visão panorâmica do trabalho, podemos dizer que o capítulo 1 expõe os eixos conceituais pelos quais o estudo se estruturou. Ao procurar inserir a discussão da filosofia da linguística no ramo das inquietações da filosofia da ciência, o percurso teórico-metodológico foi estabelecido a partir deste campo de saber já bem consolidado. Dessa forma, procuramos mostrar que coube ao linguista reivindicar uma postura de interpretação metateórica que estabelece diálogos com outras áreas do saber.

Assim, no primeiro momento, o capítulo inicial fez um traçado sócio-histórico da História das Ciências em seus principais momentos. Compreendemos também ser relevante expor desde o início o conceito de Língua e Linguagem, posto que são conceitos centrais nos estudos da linguagem com rebatimento imediato em outros conceitos periféricos aos quais as diversas subáreas da Linguística se vinculam.

No mesmo capítulo, abordamos o modo como os estudos na Epistemologia se organizam na trajetória da filosofia da linguística. Toda forma de conhecimento guarda seus aspectos mais basilares, a fim de manter um *continuum* diante dos saberes existentes que orbitam em espaços específicos. Como a atividade científica está numa dialética constante com outros saberes, a Linguística não pode escapar a essa questão. Por isso, a relação com as demais ciências possibilita à Linguística uma abertura a analisar os fenômenos linguísticos a partir de pressupostos teóricos de outras áreas do saber. Esse fato vem contribuindo para uma maior aceitação da Linguística diante das exigências teórico-metodológicas de outras disciplinas.

Com o problema de pesquisa a nos solicitar resposta, foi necessário realizar o esforço de aproximação dos estudos da linguagem aos da História e Filosofia da Ciência e da Epistemologia. A análise de Manuais de Introdução à Linguística, objetos que escolhemos investigar, demandou-nos um trabalho de fazer convergir dispositivos teóricos de ambas as áreas para, dessa forma, dar conta dos modos e das estratégias presentes àqueles e identificarmos indícios de confirmação de nossa hipótese de trabalho. Como sabemos, cabe à Filosofia da Linguística, disciplina resultante das convergências das supracitadas áreas, Linguística e Epistemologia, descrever, compreender e interpretar as manobras de linguistas em sua prática docente ou de produção textos da área, entre eles, manuais, para apresentar aos debutantes as correntes teóricas mais significativas disponíveis no “mercado”, que seriam responsáveis por explicitar fenômenos diversos do funcionamento da linguagem.

Em seguida, sistematizamos, no capítulo 2, as informações num quadro sinótico relativo às teorias que possibilitassem responder aos questionamentos de nosso problema de pesquisa. Para conduzir a análise que fizemos dos dados, optamos por seguir o roteiro descritivo crítico ao fazer a comparação das teorias entre as amostras selecionadas dos manuais. Como exemplo, podemos compreender que através da seleção dos textos, dos espaços ofertados a cada corrente, do silenciamento ou apagamento, pode indiciar possíveis tendencialismo teóricos. Isto pode nos ajudar a inferir que a perspectiva de uma visão teórica, ao ser estandarizada no manual, oferece ao linguista uma visão consolidada da

disputa acadêmica por linhas teóricas diferentes. Esta visão analítica pode também nos questionar sobre como se estrutura progressiva e linearmente um desempenho textual proselitista. Assim, não deixamos de fomentar nossa criticidade neste tipo de análise. Procuramos na leitura atenta do texto identificar os principais aspectos que caracterizam as teorias linguísticas, bem como acontece alternância das correntes nos manuais no seu aspecto valorativo e, por vezes, excludentes de outras visões. Com isso, poderemos explicar as razões pelas quais os manuais são vistos como instrumentos de formação intelectual possuidores de propósitos canalizados em direção a determinado ponto de vista. Nesse processo seletivo, pode acontecer desde o apagamento intencional até a eliminação das propostas teóricas “concorrentes”. Em outras palavras, poderá até ocorrer que uma corrente teórica mais “forte” possa eliminar uma mais “fraca” a partir da inclusão e/ou exclusão de seus pressupostos característicos.

Defendemos que poderia haver simultaneidades teóricas sem que para isso ocorra um “anátoma” das demais correntes teóricas que circulam na academia. Nesse aspecto, as análises das teorias nos manuais nos indicaram elementos decisivos para a compreensão do direcionalismo que os manualistas operam na obra que organizam. Indicou-nos que, com essa arquitetura textual, os organizadores dos manuais manipulam conscientemente as teorias linguísticas a partir de posicionamentos ideológicos, sociais os quais indicam a partir das escolhas lexicais e discursivas em que tipo de comunidade de intelectuais e pesquisadores se insere. Dessa maneira, se fez necessário efetuar uma análise preliminar dos programas de investigação em Letras das IES escolhidas, além de traçarmos um percurso em sua tradição de pesquisa e grupos de especialidade.

O Capítulo 3 foi responsável pela análise efetiva dos dados selecionados como nossa amostra restrita diante do montante de dados que compunham nossa amostra ampla coletada. A escolha dos manuais que fizeram parte da amostra ampla de manuais foi baseada na observação das ementas dos dez cursos de graduação mais bem avaliados no Enade, conforme já dito. Nossa intuição era a de que escolhas temáticas e bibliográficas presentes nos programas de disciplinas de introdução à Linguística poderiam figurar como indícios da preferência por algumas teorias e o apagamento deliberado da importância de outras teorias concorrentes. O mesmo raciocínio guiou a eleição dos três manuais de introdução aos estudos da linguagem que receberam nossas análises mais refinadas. Por fim, no capítulo 4, apresentamos os principais paradigmas que influenciam os percursos teórico-metodológicos da Linguística contemporânea a partir do conjunto de inferências analisadas nas informações

disponíveis. Dessa forma, compreendemos que ao investigarmos sistematicamente como operou a construção textual em torno da constituição das teorias na Linguística, podemos inferir quais os possíveis caminhos foram escolhidos pelos teóricos, bem como perceber o alcance das influências que os manuais de introdução que essas exercem nos futuros pesquisadores.

Em nosso percurso de investigação, interessou-nos o modo pelo qual os autores dos manuais de introdução à linguística descreveram e definiram as teorias, bem como analisamos as implicações de suas escolhas para tecerem suas definições e métodos que guiaram os estudos linguísticos. Para guiar nossas discussões, escolhemos como categorias de análises as contribuições dos estudos conversacionais e cooperativos do filósofo H. P. Grice (1975) por oferecer um instrumental de análise a partir da violação das máximas conversacionais que permite ao leitor compreender a apresentação das teorias linguísticas considerando o elemento inferencial como condutor dos sentidos do texto. Também conduzimos nossas análises tendo como guia as Inferências Pragmáticas, a contribuição da Pressuposição na compreensão das informações textuais e a Teoria dos Atos de Fala como elemento que fundamenta as intenções da relação autor e leitor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo traz uma exposição do processo de discussão sobre as questões que nortearam este estudo. Para tanto, descrevemos parte da trajetória do pensamento de alguns pesquisadores que mais influenciaram as descobertas da relação do estatuto do conhecimento científico, entre eles, destacamos Karl Popper (1999) e Thomas Samuel Kuhn (2006), por oferecerem o instrumental teórico-metodológico que nos possibilitou melhor ancorar nosso problema de pesquisa haja vista serem epistemólogos de referência no estudo e nas discussões sobre a História das Ciências. Também necessitamos explicitar o conceito de língua e linguagem que subjaz aos nossos pressupostos, a fim de estabelecermos uma coerência analítica mais precisa diante dos achados. Por se tratar de pesquisa de cunho analítico linguístico-filosófico, tivemos a necessidade de, em breves linhas, inserir as características mais essenciais da Epistemologia que possuísem relação com nossa escolha. Como a Linguística ou Ciência da Linguagem, como asseveram alguns estudos na atualidade, não pode estar isolada diante de outras expressões das ciências, buscamos discutir essa relação de forma interdisciplinar, sem, contudo, nos ausentarmos da defesa da especificidade de um objeto próprio que urge um método analítico multifacetado e em permanente mudança. Nesse processo de convergências e divergências teóricas, tomamos como fio condutor de nossas análises teórico-metodológicas os pressupostos de uma nova, mas promissora, corrente de estudos chamada “Filosofia da Linguística”, a qual tem entre os seus “pesquisadores-criadores” José Borges Neto (2004). Por fim, mas não tendo a ousadia de finalizar a necessidade progressiva de inserção de outros postulados teóricos, optamos por analisar nosso problema de pesquisa inserido nos Manuais de linguística de nossa amostra, à luz das teorias linguísticas presentes nos Manuais de introdução: a Teoria das Implicaturas Conversacionais (TIG), de H.P. Grice (1975), as Inferências Pragmáticas (IP), a Teoria da Pressuposição (TP) e, concluindo, a Teoria dos Atos de Fala (TAF).

2.1 HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS: PERCURSO TEÓRICO

Compreendemos a História das Ciências como um fazer que analise as sequências de fatos categorizados como científicos. Como se procederam às descobertas em seus contextos de investigação, de que forma as “crises” nas teorias fizeram surgir novas abordagens, e, como as teorias se desenvolveram nesse percurso são questões por cujas resposta o historiador

das Ciências incansavelmente procura. Nessa perspectiva, necessitamos enxergar o dinamismo interno dos fenômenos científicos para além dos limites das teorias com sucessos acumulados como ponto de partida para teorias vindouras.

Antes, preferimos ver a História das Ciências como um esforço para analisar acontecimentos que ora contribuíram para o desenvolvimento das Ciências, ora retardaram-no. Cabe, sobretudo, ao historiador da Ciência mostrar as rupturas de teorias e de paradigmas científicos que, ao impactar o mundo acadêmico e respingar no mundo real, revelam o caráter não necessariamente cumulativo de saberes, já que toda teoria é passiva de questionamento. Para exemplificar tal ruptura, podemos citar a mudança da perspectiva geocêntrica defendida pelo filósofo Ptolomeu, bem como a teoria newtoniana sobre o movimento dos corpos. O Geocentrismo postulava ser a Terra o centro do Universo. Essa teoria veio a ser contestados séculos depois por Giordano Bruno, Nicolau Copérnico e Galileu Galilei, para citar apenas os mais conhecidos estudiosos do início da Idade Moderna. Para esses monstros da Ciência, a Terra giraria em torno do Sol, tese que ficou conhecida como Heliocentrismo.

O segundo exemplo, também consagrado, é o da Teoria do Movimento dos Corpos, elaborada por Isaac Newton, indiretamente contestada por Albert Einstein em sua Teoria da Relatividade. Esses exemplos demonstram que, ao longo do desenvolvimento da Ciência enquanto modo de explicar o mundo, não há uma teoria única e uníssona capaz de explicar sozinha uma grande gama de fenômenos. É, pois, função da História das Ciências esmiuçar impasses como esse, servindo de instrumento descritivo da trajetória das teorias científicas e auxiliando outra disciplina afim como a Epistemologia. De um modo geral, esta se apoia nas descrições e informações fornecidas por aquela.

Cabe lembrar ainda que a História das Ciências trata da apresentação temática, metodológica e os efeitos diretos e indiretos da criação de uma determinada teoria científica sobre os cidadãos. Segundo Canguilhem (2011), são os filósofos que se preocupam em discutir as questões levantadas pelos historiadores de Ciências, assumindo o protagonismo diante desses e dos cientistas de ofício. O trabalho dos historiadores inclinar-se-ia para as questões de natureza política, social, histórica, bem como se interessaria pelas ideias filosóficas e religiosas de determinados fenômenos. Já os cientistas normalmente não dão a atenção devida à História das Ciências, nem mesmo pela história da Ciência que abraçou. Justificariam tal desinteresse invocando a propalada “objetividade científica”. Os cientistas, ao não se preocuparem com a historicidade das Ciências, desprezam a reflexão sobre o

passado, deixam de aprender com os erros e perdem o horizonte promissor que poderia derivar dos acertos dos cientistas antecessores.

Entretanto, a preocupação dos filósofos com a História das Ciências ocorre porque esta trata de dois aspectos imbricados: as ideias e a forma de expressão delas na elaboração do conhecimento que é mediado pela linguagem. Em lugar de procurar ordenar e impor dogmas às Ciências, ela possibilita a construção de um ordenamento discursivo próprio. Como defende Bachelard (1996), a História das Ciências deve estar apoiada no movimento dialético do pensamento científico situado dinamicamente como elemento constitutivo da racionalidade humana.

De acordo com Canguilhem (2011), o trabalho da História das Ciências ultrapassaria a dimensão descritiva diante das novidades das descobertas científicas. Ela deveria fazer uma *anamnese* dos seus expoentes em diversos aspectos (cronológico, biográfico, acadêmico etc.). A Canguilhem (2011) é atribuída uma divisão categorial para a abordagem do discurso científico: o modo internalista e o modo externalista. No primeiro, a origem de um pensamento científico habitaria o interior do sistema de ideias de determinada época. Tanto a adesão, quanto a rejeição se interligariam ao processo de evolução de ideias filosóficas, religiosas etc. Conforme o autor, essa perspectiva internalista não consideraria a relação entre a concepção de ciência como teoria e a sua dimensão prática. Essa postura parece conduzir o historiador das ciências à ideia de uma ciência pura, voltada para si mesma e sem quaisquer interferências de ordem política, social, histórica ou ideológica, por exemplo. O historiador se conteria na apresentação e descrição dos fatos internos e reclusos à ciência historiada, sem fazer qualquer relação com o contexto fora do laboratório de pesquisa.

Já sobre o modo externalista, Canguilhem (2011) afirma haver uma imbricação entre as ciências e sua história a partir de elementos que a condicionam a interesses sociais, filosóficos, ideológicos e econômicos, que motivariam ainda que indiretamente a pesquisa. A análise interpretativa seria o instrumento fundamental com o qual trabalharia o historiador das ciências afeto ao modo externalista, que vê o fazer científico como uma prática fundamentalmente cultural. O autor ainda afirma que apenas a busca do conhecimento produzido em uma determinada área do saber e a descrição da dinâmica interna dos seus procedimentos científicos não seriam critérios suficientes para se determinar quando um tipo de conhecimento traz em sua estrutura elementos de cientificidade. Canguilhem (2011) salienta que a abordagem externalista impulsiona o historiador a assumir uma atitude hipercrítica que pode, inclusive, balizar a afirmação de especificidade do discurso científico.

Enfim, a História das Ciências necessita constantemente interrogar seu sentido para poder compreender os processos de seu surgimento, bem como relacionar os aspectos técnicos, econômicos e políticos porque estariam em seu DNA. Nesse sentido, caberia, de acordo com Canguilhem, ao historiador das Ciências, influenciado pela perspectiva externalista, construir os possíveis e esperados caminhos interpretativos que o saber científico trilhou e trilha nas sociedades. Dessa forma, a permanência de uma racionalidade moderna parece possibilitar aos campos dos saberes a emergência de relações cada vez mais imbricadas, uma vez que o seu propósito, segundo Machado (1981), é a análise científica da resolução de problemas, ou seja, analisar tais problemas de forma racional.

Por essa ótica, compreendemos que o saber científico se ancora também em diferentes visões sobre a natureza do conhecimento humano, sem que seja necessário excluir outras expressões aparentemente contraditórias. Isso reflete na formulação de uma racionalidade que busca integrar os diversos saberes a partir de uma compreensão que cada um possui uma forma de construir seu próprio projeto. Para tanto, temos que cada vez ampliar a concepção da pluralidade de ideias como fator constitutivo do saber científico. Por isso, que a construção de uma nova racionalidade não pode prescindir das contribuições do pensamento filosófico em razão deste permitir as conexões que clareiam as convergências e os necessários conflitos existentes entre as diferentes visões de mundo estabelecidas entre o sujeito epistêmico e o objeto do seu conhecimento. Então, a racionalidade científica que se propõe ser um modelo ideal para nossos dias deve possuir a heterogeneidade das diferentes vertentes do conhecimento como característica essencial.

Bachelard (1996) apresenta uma análise progressiva que é feita em relação aos instrumentos questionadores das Ciências, quais sejam: o obstáculo epistemológico, a vigilância epistemológica, a recorrência³. Segundo Bachelard (1996), o ato de conhecer se dá a partir de uma espécie de tropeço diante de um conhecimento anterior, onde se supera determinado tipo de saber mal estabelecido. É uma inércia surgida no interior do próprio ato de conhecer, em que são gerados conflitos. Em outras palavras, é caracterizado, ainda, como uma ideia que bloqueia outras ideias. Pode se manifestar como hábitos intelectuais cristalizados, por teorias científicas que mais parecem dogmas e elementos ideológicos

³ Cf. Bachelard (1977). Em relação ao conceito de recorrência, na história epistemológica, os valores que dominam por certo período são variáveis e mutáveis. De certa forma, vão refazendo os critérios de julgamento e ampliando a compreensão para os pesquisadores que a verdade científica possui a marca provisória e constitutiva de sua essência. Dessa forma, a história das ciências é refeita ao longo do tempo.

ortodoxos. Isso ele dá o nome de obstáculo epistemológico. O pesquisador, assim, não se limita aos esboços iniciais.

Possivelmente, é a partir da construção da história das teorias e dos conceitos científicos que a história das ciências se estrutura. Assim, para o esse epistemólogo, a História da Ciência possui um caráter efêmero no âmbito de uma modernidade que é, em seus aspectos mais essenciais, refletida, repensada, reconsiderada, e, sobretudo, recomeçada. Afirma ainda: “Hábitos intelectuais que foram úteis e sadios podem, com o tempo, entravar a pesquisa” (BACHELARD, 1977, p.123). De acordo com ele, será por intermédio da vigilância epistemológica que se opera a tomada de consciência de determinado conhecimento, o caracterizando como comum ou científico. Neste espaço, também se realiza o destaque da reflexão sobre os aspectos da percepção.

Nessa esteira de raciocínio, os enunciados linguísticos são apresentados como recursos que, ao descrever os fatos científicos dentro das normas internas de cada área do saber, influenciam determinadas leituras e interpretações da trajetória da Ciência historiada. Neste estudo, a adoção de uma postura crítica sobre o que seja o fazer científico por parte dos autores de manuais e dos respectivos usos dos professores, pode impactar na construção de uma dada imagem acerca dos paradigmas linguísticos e conduzir estudantes em fase inicial a vê-los positiva ou negativamente, pendendo para uma ou outra imagem, conforme os ingredientes presentes nos manuais lançados estrategicamente por seus autores.

Saussure (1916), ao tratar o sistema linguístico como realidade objetivável no emaranhado das relações sociais, possibilitou a tomada de consciência de diversos teóricos de que é plenamente possível construir uma delimitação teórica e própria para tratar dos fenômenos que se manifestam em diversos espaços, pois a realidade social é organizada em diferentes níveis estruturais que são percebidos por diferentes sistemas. Nesse aspecto, ele insere o sistema linguístico como propulsor dessa perspectiva. Isso possibilitou uma maturidade metodológica diante de um objeto não tão fácil de definição e, sobretudo, de delimitação. Então, a língua pode fornecer mais do que pistas para compreender o fenômeno social em sua globalidade. Segundo os estudos de Saussure, ela é constitutiva dessa mesma realidade social. Ela é, ao mesmo tempo, objeto e realidade de determinada cultura. Parece-nos que a ideia de conjuntos estruturados é que válida a unidade funcional do significante linguístico apresentado por Saussure. A homogeneidade que lhe é peculiar está presente em seus processos de manifestações no nível da ordem vivida, ou seja, da autonomia elaborada em certos conjuntos sociais estruturados. O conjunto significante criaria, nesse sentido, uma

estrutura específica dentro de determinado conjunto um sistema semiológico próprio que pode ser guiado por uma determinada análise autônoma e independente de significação global, conforme Hjelmslev (1991). Alguns estudiosos, a exemplo de Roman Jakobson (1970), compreenderam que as duas perspectivas (estrutural e histórica) possuem pontos de convergência quanto aos objetivos de apreender o fenômeno linguístico em suas variadas manifestações. Assim, não se pode *a priori* prescindir do aspecto histórico para entender o desenvolvimento da estrutura da língua. Ela possui uma forma apreendida em um longo processo de estruturação.

Enfim, compreendemos que as funções exercidas pela língua estão situadas numa estruturação histórica de formas relativamente consolidadas. A relação de interpenetração metodológica entre as abordagens estruturais e históricas mostram que há possibilidades de intersecção nos respectivos quadros epistemológicos. Assim, tanto a consideração estruturalista do devir histórico da língua como ponto de partida para as análises, bem como instigar os pesquisadores a compreenderem as possíveis contribuições do método caracterizado como estrutural para as concepções dinâmicas da linguagem. Francis Bacon (1561-1626), por seu turno, afirma que a observação deve ser vista sob dois enfoques em relação ao trabalho científico, ou seja, a observação é gênese (início) e assume o critério coletivamente aceitável de avaliação dos pressupostos teóricos adotados em determinadas áreas do saber.

Para Popper (2008), a pesquisa científica acontece a partir dos problemas, entretanto, dá um trato lógico nas suas análises epistemológicas, procurando evidenciar que a atividade observacional do historiador da Ciência possui um caráter de avaliação diante das teorias surgidas, embora reconheça que cada teoria possui sua própria independência. Segundo ele, as observações são sempre feitas à luz de um problema, o qual tem a necessidade da elaboração de hipóteses que serão testadas. Esse processo será guiado pelo falseamento, conforme expressa:

Não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo; deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico (POPPER, 1999, p.93).

Nesse sentido, o supracitado autor atribui o caráter científico às teorias que tiverem a possibilidade de possuírem hipóteses passíveis de verificação experimental. Assim, uma hipótese será uma conjectura ou ideia criada para resolver determinado problema. A possibilidade de ser refutada ou não será a garantia de fortalecer ou enfraquecer a respectiva teoria em questão. Ou seja, serão as teorias que possibilitarão o surgimento do que se compreende por verdade. Com isso, caberia à Ciência a atribuição de eliminar os erros das teorias e apresentar aquelas que mais se aproximam da verdade mediante o método da falseabilidade das hipóteses. Nisso reside a prática das conjecturas e refutações no processo do progresso científico dentro da visão popperiana. Contudo, a generalização se fortalece e se legitima quando em consonância aos fatos particulares observados, com a via dedutiva.

Outro aspecto a ser aprofundado na teoria de Popper se relaciona com a questão da verificabilidade. Para que uma asserção tenha a condição de ser concebida numa perspectiva científica, segundo Popper, se faz necessário que tenha a possibilidade de ser verificada. Mesmo que não seja totalmente suficiente para marcar o status científico, a verificabilidade é uma característica constituinte de primeira grandeza. Sendo assim, uma proposição sujeita à verificação possui a potencialidade de ascender a um estatuto de verdade, ainda que provisória. Ou seja, esse caminho de cientificidade que uma proposição pode chegar tem na sua testagem a condição de compor um campo teórico dado a certa ciência. Dessa forma, cabe aos instrumentos metodológicos aplicarem os testes confirmatórios ou não de determinadas hipóteses. Nesse sentido, Popper apresenta em seu método uma trajetória possível de aplicar uma lógica na interpretação dos dados para que se possa determinar em que medida uma proposição seja tomada como verdadeira ou falsa. Para tanto, ao pesquisador que assume o percurso popperiano em suas análises, a verificação de enunciados serão submetidas a condições objetivas de naturezas diversas para a determinação de cientificidade da hipótese. Nessa esteira de raciocínio, o conteúdo empírico é o que credencia as proposições a terem em sua refutação com contraexemplos a possibilidade de serem falsificadas ou não. Sendo assim, o método empregado empiricamente é que submete as proposições em prováveis enunciados científicos.

Sendo a refutação um procedimento provisório e conjectural, a determinação da falseabilidade teórica se constitui num processo dialético, não conclusivo. Essa condição é necessária, mas não é suficiente. Assim sendo, Popper nos apresenta um modelo de análise que procura “desestabilizar” as “certezas teóricas” para, no campo da falsificabilidade, quebrar as impermeabilidades de proposições ortodoxas e deixar as críticas serem

constituintes permanentes do conhecimento científico. Então, nesse sentido, reside na refutabilidade o principal requisito que confere às asserções e enunciados o aspecto científico das teorias. Também as proposições metafísicas possuem a capacidade, segundo Popper, de servirem de inputs para uma atitude empírica.

Ainda segundo o viés poperiano, a luta travada pela sobrevivência de determinada hipótese diante de outras que reivindicam para si a primazia da aceitabilidade é que garante a emergência do conhecimento científico. Assim, as teorias escolhidas são confrontadas a vários testes críticos que não poupam seus postulados em suas posições consolidadas. Pelos menos, por enquanto. As que não suportarem os questionamentos críticos serão descartadas e nasce um ciclo. Dessa forma, o progresso de determinada teoria está relacionado à abertura às críticas aos dados empíricos na busca de sua potencialidade em fazer emergir constantemente a falseabilidade diante dos possíveis erros nas hipóteses atuais. Assim, cabe aos enunciados gerais diante das observações constantes e repetidas em face de fatos específicos demarcarem o método indutivo como indicativo da identidade do conhecimento como científico. Esses enunciados, ao se ancorarem no método indutivo, elevam as observações e experimentações a um status de constituintes da ciência. Dessa forma, as certezas novas do processo indutivo são incorporadas aos fatos existentes.

Entre as preocupações de Popper está a dinâmica da construção do conhecimento a partir do método do falsificacionismo. Seus postulados vão além do entendimento sobre a realidade. O que conduz o processo de conhecimento é a permanente testagem sobre as hipóteses diante de determinado resultado alcançadas na ciência. Ou seja, as hipóteses para Popper não constituem resultados finalísticos, mas são provisórias para sempre através da possibilidade de serem constantemente falseadas. Dessa maneira, as hipóteses irão enquadrar a natureza para poder ser analisada. Nessa perspectiva, o trabalho da Ciência consistirá em compreender os modelos existentes de conhecimento. Para o falsificacionismo, a visão de ciência se relaciona com os encontros e desencontros das hipóteses a partir do método indutivo de observação e experimentação. Mas o que credencia as teorias serem válidas é o poder explicativo diante dos fenômenos analisados. A possibilidade de coexistirem duas teorias para o mesmo fato é justificável em face de a “força” que cada uma possui na explicação dada. Na realidade, essa característica se aproxima mais, segundo Popper, a uma “fraqueza” da teoria, a qual lhe garante o aspecto de transitoriedade. Um dos principais aspectos que possibilita a emergência de certa teoria se refere a sua resposta no presente para dado problema e/ou hipótese.

Parece-nos muito claro a natureza de ruptura epistemológica nos postulados popperianos. Enquanto para Lakatos⁴ há a possibilidade de permanência de resquícios da hipótese A na hipótese B, para Popper ocorre o cancelamento da hipótese A pela emergência da resposta satisfatória da hipótese B. O que provavelmente pode ocorrer é a permanência de duas posturas epistemológicas que não partilham seus pressupostos e seus métodos para analisar o mesmo objeto. Um exemplo clássico consiste na tomada de posição dos cientistas físicos e químicos diante do entendimento da natureza do átomo de hélio. Para os químicos, o átomo de hélio constitui uma molécula. Já para os estudiosos da física, os referidos átomos não são moléculas. Assim, a epistemologia de determinada área será indicada pelo grau de certeza de certa hipótese compartilhada pelo grupo de cientistas do campo do saber. Dessa maneira, as ciências, cada uma de sua forma, reivindicam para si a legitimidade do seu estatuto científico para seu objeto de análise.

Popper faz uma crítica ao Positivismo lógico de sua época, sobretudo, como assinalamos anteriormente, revela que todo o conhecimento é marcado pela falibilidade, é corrigível e, nesse aspecto, provisório. Para ele, a Ciência é mais que uma instância detentora dos saberes e conhecimentos absolutos e imutáveis da Humanidade. Pelo contrário, sua força transita pelas possibilidades de refletir sobre a realidade hipóteses constantemente suscetíveis de serem questionadas por outras hipóteses. Corroboramos com o autor de *Controvérsias e Refutações* quando afirma: “As soluções são propostas e criticadas. Se uma solução proposta não está aberta a uma crítica pertinente, então é excluída como não científica, embora, talvez, apenas temporariamente” (POPPER, 2004, p.16). Nesse entendimento, a missão do conhecimento científico reside na busca de seu progresso, cabendo aos cientistas problematizarem permanentemente seus achados a fim de constituir dialeticamente a realidade. Dessa maneira, o estatuto conjectural das teorias científicas é uma construção, na perspectiva popperiana, a partir de uma teoria ainda não contestada. As teorias, para esse autor, não possuem amparo permanente no critério de uma verdade absoluta. Os conhecimentos científicos são críticos e provisórios, inseridos, num movimento sucessório. Enfim, a relação da teoria com tipo de conhecimento que ela expressa para Popper (2004), é uma busca conciliatória entre objetividade sustentada pelo método crítico.

⁴ LAKATOS possui uma relevância para a discussão em torno do tema da História das Ciências, principalmente a sua contribuição sobre os Programas de Pesquisa e o polêmico tema dos Paradigmas na perspectiva de Thomas Kuhn.

Nesse sentido, as teorias vão se estruturando num movimento de superação aos testes propostos pelas hipóteses que surgem. Verdadeiramente, esse processo pode ser comparado a um rigoroso teste de sobrevivência. O caminho dos testes é “inversamente” estabelecido diante da lógica. Serão as condições de falseabilidade que nortearão a classificação do conhecimento científico. Então, nesse sentido, os enunciados observáveis que sobreviveram a uma sucessão de provas é que se estabelecerão como válidos.

Ainda na linha de discussão de Popper, a objetividade científica é compreendida como uma construção social. Por esse motivo as observações são feitas a partir de uma tradição crítica dos sujeitos em determinado contexto. As pessoas refutam os registros dos outros guiados por elementos conceituais e teóricos próprios. Não se pode descuidar, porém, conforme Popper (1999), das limitações impostas pelo sistema de valores que um pesquisador social está inserido.

Assinala o autor da falseabilidade quem na construção das teorias científicas, ocorre também a inserção de aspectos não racionais, a exemplo das intuições e da imaginação, além da criatividade e capacidade especulativas presentes nas pessoas, pois o que se busca, de fato, é a compreensão das leis da natureza. Assim, ele busca relativizar as certezas que os cientistas dão ao conhecimento científico (POPPER, 1999, 218). Por isso, que todas as fontes que possibilitem questionar e problematizar os ‘pilares’ do conhecimento humano. Todos os fatos, entretanto, têm que estar sujeitos ao crivo do exame crítico (POPPER, 1999). Portanto, Popper, busca harmonizar as teorias com a capacidade humana de descrever a realidade vivida a partir das ideias que as pessoas possuem no entendimento dos fatos.

Nota-se que o papel da Ciência é, para Popper, fazer aproximações diante das possibilidades de se chegar à verdade dos fatos. As teorias, assim, terão como finalidade estreitar o máximo essa relação, mesmo que seja em sua acepção uma realidade impossível. Para ele, o encontro e desencontro de teorias é tomado num campo de batalha, onde a mais robusta diante da explicação dos fatos observáveis é quem ganha. Contudo, ela também, num momento posterior, pode vir a sucumbir diante do surgimento de outra teoria que possua mais elementos explicativos convincentes. Daí que a quantidade de fatos observáveis e explicados por determinada teoria não garantem sua permanência como a que satisfaz os cientistas. Em razão disso, um enunciado singular pode desbancar o ‘*status quo*’ de enunciados universais defendidos por uma teoria científica. Ou seja, nasce uma incompatibilidade entre enunciados observáveis diante da teoria que os explica. Então, a incompatibilidade que surgiu vai possibilitar o falseamento da teoria. Dessa forma, caberão as críticas e provas rigorosas é que

darão a possibilidade de manter a teoria ou de ser substituída. Sendo assim, após o processo de falseamento de determinada hipótese que tenha superado o maior número de testes e provas, o pesquisador se insere num novo momento em que novas hipóteses criadas sejam também submetidas ao mesmo processo das anteriores. E, no mesmo processo, segundo Popper, dialeticamente, as teorias nunca assumirão o estatuto de serem verdadeiras, pois, o seu estágio positivo de ter respondido satisfatoriamente às hipóteses anteriores é provisório e não lhe garante uma certeza definitiva.

Como vimos discutindo, nesse capítulo, as questões que permeiam o conhecimento científico já vêm sendo discutidas há certo tempo na história da humanidade. As contribuições de vários pensadores e estudiosos de períodos mais remotos (cf. Aristóteles, Platão, Isaac Newton, Galileu Galilei, entre outros), impulsionaram aos demais estudiosos, em nossa época, a buscarem também, a seu modo hermenêutico, uma possível explicação diante do fenômeno do ato de conhecer cientificamente as coisas. Dessa forma, a contribuição de Popper vem trazer questões que permanecem ainda inquietando aos pesquisadores diante da consistência retórico-argumentativa. Seus postulados, conforme apresentamos, mesmo recebendo críticas ora mais suaves, ora mais “ácidas” por parte de estudiosos discordantes de seu método, não foram relegados ao esquecimento. Pelo contrário, vêm sendo cada vez mais aprofundados por várias áreas do conhecimento.

Entretanto, a abordagem sobre a problemática do conhecimento científico proposta por Kuhn (2006), físico de formação, veio marcar um salto na visão de ciência moderna para a perspectiva pós-moderna. Suas postulações representam uma tendência analítica na contemporaneidade, ao lado de outras também relevantes, a exemplo da assumida por Popper (1999), que temos que discutir a fim de inserir nosso leitor aos seus princípios gerais.

Será em torno da questão polêmica da objetividade científica, ao lado de outras relacionadas, que Kuhn conduzirá sua obra. Entre as discussões mais críticas, ele questionará o fato de que a formulação de teorias não é um ato imune aos mecanismos persuasivos existentes no âmbito científico. Isso não invalida a gênese das teorias diante do processo de análise dos fenômenos, mas lhe fornece uma compreensão guiada por categorias diferentes. Em seus postulados, conforme discutiremos mais adiante, a rivalidade teórica não corresponde a um ideal da ciência. Essa situação além de ser incompatível é, sobretudo,

incomensurável⁵. Diante de tantas polêmicas suscitadas por vários teóricos que discutiam o desenvolvimento do conhecimento científico, coube a Kuhn um grande número de críticas. Foram atribuídas a Kuhn as características de relativista, irracionalista e subjetivista face ao método utilizado para caracterizar o pensamento científico (LAUDAN, 1984). Para Popper (1999) e Lakatos (1977) também Kuhn não se guia pelas atitudes científicas diante dos seus achados. As explicações racionais para o desenvolvimento científico conduzido por Kuhn (2006) recaem, paradoxalmente, ao que ele enxerga como crítica nos demais teóricos, sobretudo numa atitude “irracional”. Inclusive, por não trilhar o rigoroso método das ciências, um de seus principais e controversos temas, o conceito de paradigma, é tratado numa esfera não científica: “[:] a mudança científica – de um “paradigma” a outro – é uma conversão mística” (LAKATOS, 1979, p. 112).

Thomas Kuhn (2006) aborda a temática em torno do desenvolvimento do pensamento científico. O debate que ele propõe em *A Estrutura das Revoluções Científicas* gira em torno do significado da Ciência e da sua percepção e descrição sob níveis diversos. Problematisa, numa coletânea de exemplos oriundos da Física, o método da investigação científica e questiona como ocorre o progresso do conhecimento científico. O tema principal de Kuhn⁶ é o da evolução da Ciência por rupturas de paradigmas e não por acúmulos de teorias. Nesse sentido, o conceito de paradigma para Kuhn constitui, ao lado de ciência normal e revolução científica, termos centrais e recorrentes em sua obra. O tema da mudança de paradigma, para Kuhn, é constitutivo para a concepção de um saber inovador e revolucionário: “[...]embora o mundo não mude com uma mudança de paradigma, depois dela o cientista trabalha em um mundo diferente” (KUHN, 2006, p.157).

⁵A incomensurabilidade, segundo Kuhn (2006), não contribui para a escolha entre paradigmas rivais, pois não oferece condições para se atribuir a pertinência de uma teoria em relação a outra, ou seja, se uma teoria é melhor ou pior do que outra. Esse aspecto das teorias científicas não é bem definido entre alguns teóricos, a exemplo de Scheffler (1982) que defende que incomensurabilidade não é sinônimo de incompatibilidade, enquanto para Watkins (1979), as teorias para serem incompatíveis necessitam ter algo em comum. A noção radical de uma incomensurabilidade que rejeita totalmente a possibilidade de existirem traços comuns entre paradigmas rivais não é consensual entre os dois teóricos da filosofia das Ciências, Scheffler e Watkins. Na concepção kuhniana, tem-se a necessidade de guardar alguns traços em comum entre os paradigmas, a fim de se estabelecer um ponto inicial no processo de disputa. Essa comparatividade é necessária para se estabelecer um plano de análise que permita fazer inferências dos postulados de cada paradigma em disputa. Faz-se necessário, também, citar que a incomensurabilidade entre paradigmas rivais não o exime de ter um canal de diálogo, mesmo que seja para estabelecer relações de oposição: “Se há racionalidade na ciência, cientistas defensores de paradigmas rivais podem deliberar sobre a escolha de paradigmas. Se podem deliberar sobre isso, então eles podem manter um diálogo entre si. Segundo KUNH, paradigmas rivais são incomensuráveis e, por isso, cientistas falham em se comunicar. Logo, não há racionalidade na ciência (Kunh, 2006, p.33)”.

⁶ Idem.

Para conduzir as reflexões sobre o propósito da obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn (2006) assume o rompimento de “paradigma” como tese central de seu trabalho. O termo “paradigma” amálgama sua acepção de como deve ser feita a história da ciência e funciona como pedra angular na compreensão das mudanças e revoluções científicas. Kuhn compreende paradigma como uma forma de compartilhamento entre indivíduos e grupos de determinada teoria ou modelo teórico que se apresenta a problemas emergentes. São mais que meras teorias. Representam, pois, para Kuhn, “visões de mundo”. Todavia, outras abordagens do conceito de paradigma povoam a obra kuhniana. Interessa-o, pois, perceber que a solução apresentada vai se ‘impondo’ progressivamente aos indivíduos e grupos, conquistando adesões e vai se estabelecendo em determinada comunidade científica, em algum movimento intelectual, em uma nação, ou mesmo sua aceitabilidade científica abarca a humanidade como um todo. Desse processo emerge um paradigma. Entretanto, um estado de crise começa na ciência quando um paradigma deixa de funcionar de maneira adequada em relação aos problemas emergentes de certas comunidades.

Kuhn provoca o leitor ao discorrer, amparado por exemplos oriundos da Física, sobre o que poderia causar impactos na Ciência a partir do fato da rejeição da ideia de que a progressão da ciência não está relacionada com a acumulação de verdades eternas, mas estava baseada na imagem de mundo que é modificado dialeticamente com as rupturas causadas por diferentes paradigmas, a exemplo do Paradigma Ptolomaico modificado pelo Modelo Copernicano. Tudo isso causou, segundo Kuhn, o progresso na Ciência. Dessa maneira, a “ciência nova”, também chamada de ciência clássica em tributo a Newton, estruturou a ciência físico-matemática, na qual suas bases prevaleceram até inícios de nosso século. Contudo, seria a partir da Teoria da Relatividade de Einstein, aliada ao vertiginoso crescimento das ciências matemáticas e físicas, que teria surgido a crise no paradigma newtoniano, com posterior ruptura para o avanço da Física. Dirá Kuhn que a crítica ocorrerá em raros momentos das revoluções científicas. Na fase paradigmática da ciência, também chamada de ciência normal, em virtude da educação científica dos indivíduos, não há espaço para atitudes dissonantes diante do paradigma vigente. Sendo assim, diante das inserções dos questionamentos de Kuhn na concepção da história da ciência, seus pressupostos transitam na área da filosofia, da história, bem como na sociologia da ciência e do conhecimento.

Na compreensão de Kuhn, a história da ciência estabelece um percurso programático para a consolidação de um modelo de paradigma: nasce desde um período de atividades desorganizadas, período de normalidade, momento da crise, ciência extraordinária,

surgimento de um evento que revolucione a ciência então vigente, e, após embates e disputas, aparecimento e possível estabelecimento de um período normal da ciência que ampara um novo ciclo que abre espaço dialético para um novo processo.

No período da ciência normal, predomina a atividade articulatória entre a correspondência dos fenômenos e suas possíveis explicações, ou seja, as teorias. Essa atitude se desenvolve no interior de um paradigma, segundo Kuhn, que guia as realizações exemplares e suas variadas manifestações explicativas teóricas. Elas, as teorias, se ajustam a modelos que se estabelecem como padrões, além de delimitadores de atuação. Nesse período, os cientistas têm a necessidade de escolher, condensar e sistematizar seus métodos e modelos explicativos num espaço que explicita aos neófitos um grau de autoridade diante de uma gradiente escalonada de respostas descobertas diante de problemas e dados com suas respectivas teorias. Dessa maneira, um manual se presta a ser esse instrumento de veiculação que se encarrega dessa “missão”. Assim, caberá a este instrumento uma das tarefas relevantes para a ciência normal: a de deixar o cientista mais convicto de que o corpo de métodos e teorias contidos nele são os exemplares e que merecem ser seguidas por apresentarem as melhores visões científicas do mundo que intentam explicar. Há uma rigidez das crenças nesse empreendimento sistematizador do que foi escolhido como conhecimento científico. O nível pelo qual estão organizados os conteúdos é indicativo que a “normalidade científica” não necessita de questionamentos, pois as abordagens já são possuidoras e detentoras de um modelo explicativo “inquestionável”. Os próprios cientistas se posicionam num espaço cômodo diante de um corpo teórico consolidado. Suas preocupações se organizam na disseminação e preservação do modelo exemplar para tratar os problemas, dados e explicações teóricas vigentes. Isso possivelmente produz nos cientistas uma “estabilidade” que não cria um clima especulativo diante dos achados do momento. Inexiste neste momento uma preocupação de dar respostas novas aos problemas que já foram respondidos pelas abordagens anteriores. Todo esse processo, na ciência normal, é indicativo de que há êxito nos procedimentos e na conceituação dos modelos. Assim, diante do fato significativo da ciência ocorre uma “harmonia” entre os fatos e sua trajetória teórica.

Quanto ao período de crise do paradigma, Kuhn vai creditar ao “fracasso das regras existentes” o surgimento dele (KUHN, 2006, p.95). Dessa forma, as novas regras irão desencadear o surgimento de uma crise no paradigma vigente instauradora de uma anomalia a qual tem a função de apresentar as constantes e consecutivas falhas que afetarão a teoria em voga. Entretanto, a substituição de um paradigma por outro não é operado unicamente por resultados negativos surgidos em determinado período da ciência normal.

Para Kuhn (2006), objetivando acabar o estado de crise, caberá ao cientista assumir uma das seguintes posturas: entender que o paradigma vigente possui condições para solucionar o problema em questão; aguardar a elaboração de instrumentos mais adequados para uma possível resolução posterior do problema; ou, não satisfeito com as condições anteriores, criar condições para que surja um novo candidato a paradigma que possa acabar com a situação da crise estabelecida. Considerando essa terceira opção, começa se delinear um “campo de batalhas” para que os candidatos a paradigmas possam se habilitar. Assim, surge o período extraordinário da ciência na concepção kuhniana. Para tanto, cada grupo fará uso de seu instrumental metodológico e conceitual para se apresentar como o mais coerente diante das demais e assumir a posição principal. Nesse embate “infrutífero” entre paradigmas rivais incompatíveis e incomensuráveis a ciência não progride, segundo Kuhn (2006)⁷, pois eles não apresentam soluções para superar a crise, mas apenas reverberam suas características definidoras e delimitadoras de suas respectivas abordagens. Na realidade, outros fatores devem concorrer para a superação da crise entre paradigmas, como, por exemplo: resolução do problema que originou a crise do paradigma antigo, ter uma quantidade maior de possíveis soluções aos fenômenos oriundos das novas situações, além, é claro, de outros elementos de caráter mais social e comunitário perante os pesquisadores, como a ampliação do poder persuasivo e exercer uma maior capacidade e habilidade de influenciar as instâncias promotoras do conhecimento científico em suas variadas iniciativas. Tudo isso tem que estar numa sintonia permanente com uma bela perspectiva estética e política das teorias que buscam responder aos problemas suscitados.

Para a perspectiva teórica popperiana, há a crença que a crítica permitirá escolher a teoria melhor entre duas que competem entre si. Kuhn defenderá, entretanto, a incomensurabilidade entre as teorias. Ao comparar as duas abordagens, a oposição se dá entre a revolução paradigmática ou teórica de Kuhn e probabilidade de uma teoria ser mais forte que outra por ser mais falseável diante de cada paradigma, o qual envolverá a adesão a pressupostos linguísticos diferenciados, visões ontológicas diferentes e posicionamentos epistemológicos diversos. Tudo isso propiciará para o pesquisador a percepção de racionalidades diversas dentro dos campos de investigações. Todavia, na abordagem *popperiana*, a mudança teórica não implicaria, necessariamente, uma ruptura total, pois a base factual não se alteraria. Para Kuhn, as teorias não poderiam conviver sem que existisse ruptura e descontinuidade entre as que fossem diferentes, exatamente por serem

⁷ Este tema possui uma centralidade na obra kuhniana.

incomensuráveis. Esse tema da incomensurabilidade vem ocupando um espaço significativo nos estudos das controvérsias de Kuhn. Contudo, não se pode confundir, tampouco, restringir incomensurabilidade com o relativismo teórico. Acreditamos que a defesa kuhniana pela tese da incomensurabilidade entre as teorias estava relacionada à perspectiva do progresso da ciência que ocorre, necessariamente, numa atmosfera de disputa e embates. Essa característica entre as teorias, segundo Kuhn, possibilita a emergência de uma racionalidade científica própria da dinâmica do processo para o progresso e ampliação do conhecimento científico: “como posso ser considerado um irracionalista, se a minha tese da incomensurabilidade é a condição *sine qua non* para que surja o mais belo produto da racionalidade, o progresso científico?” (KUHN, 2006, p.128). Em razão do destaque que Kuhn deu à força persuasiva dos argumentos inseridos nas comunidades científicas, a tese da incomensurabilidade foi interpretada como uma ameaça à racionalidade interna da Ciência que se pautava pela arquitetura lógico-empírica de seus postulados.

Na escolha de um paradigma – como nas revoluções políticas – não existe critério superior ao consentimento da comunidade relevante. Para descobrir como as revoluções científicas são produzidas, teremos, portanto, que examinar não apenas o impacto da natureza e da lógica, mas igualmente as técnicas de argumentação persuasiva que são eficazes no interior dos grupos muito especiais que constituem a comunidade dos cientistas (KUHN, 2006, p. 128).

Com essa postura, Kuhn acirrou o debate no sentido de questionar a primazia dos aspectos da coerência interna das teorias, bem como a perspectiva da correspondência exclusivamente comprobatória dos fatos para se determinar a emergência e a atualidade de um paradigma. Ou seja, o desfecho que se daria nas revoluções científicas é mais de natureza externa (política de grupos de cientistas, presença de expoentes teóricos consolidados, eventos) do que propriamente de desempenho meramente retórico da academia. Mesmo que Kuhn não aprofunde a questão, a influência dessas esferas de caráter exógeno às comunidades científicas é decisiva nos períodos de revolução científica (KUHN, 2006, p. 14-15).

Como observamos, no enfoque *kuhniano*, a preocupação está em descrever como a ciência está situada na história das práticas dos cientistas. Para esse teórico, a ciência opera com questões de natureza lógica e metodológica, mas também é influenciada pelos aspectos mais políticos de seus pesquisadores. Ou seja, ela é um fenômeno cultural historicamente situada e contextualizada nas práticas dos pesquisadores.

2.2 EPISTEMOLOGIA E LINGÜÍSTICA

Segundo Moraes (2009), foi por volta do ano de 1900, que a Epistemologia recebeu um impulso maior dentro de um movimento chamado de “Crítica das ciências”. Conceituar a palavra ‘teoria’ tem sido uma tarefa das mais difíceis. Essa dificuldade nos faz compreender que a apreensão dos fenômenos em seus determinados domínios não se constitui em uma atividade exclusiva de uma ou de outra Ciência. O desafio de conhecer um determinado fenômeno humano ou natural necessita, sim, de uma junção de perspectivas que procurem abarcar o maior número possível de propriedades a fim de chegarmos a uma noção mais próxima das características e funcionamento de tal fenômeno. No interior de determinada teoria da ciência, os campos de fenômenos e as classes de leis possibilitam ao crítico da Ciência estabelecer certa unicidade e conexão entre os pressupostos que fundamentam suas observações. Assim, o crítico busca desenvolver uma discussão de ordem epistemológica para responder a questões como o quê e quais são os problemas epistemológicos que orbitam em torno das ciências e de seus objetos. Tais problemas devem ser analisados sem a influência dos sistemas constitutivos das ciências. Dessa forma, busca-se garantir o rigor e a isenção necessária à análise de certo fazer científico.

A definição conceitual da autonomia da Epistemologia não se constitui uma atividade simples.

Devemos dizer de início, que da epistemologia, sabemos muito daquilo que ela não é e pouco sobre aquilo que ela é ou se torna, uma vez que se trata de uma disciplina recente e cuja construção é, por isso mesmo, lenta. Seu estatuto está longe de poder ser bem definido tanto em relação às ciências, entre as quais pretende instalar-se como disciplina autônoma, quanto em relação à filosofia de quem insiste em separar-se (JAPIASSU, 1977, p.23).

Dessa forma, podemos constatar que identificar as fronteiras que delimitam a relação da epistemologia com as demais ciências não é uma tarefa das mais fáceis. Os problemas levantados por ela se estendem às outras disciplinas vizinhas, a exemplo da lógica, da sociologia, da psicologia, da história, da linguística etc. O questionamento dos epistemólogos sobre a constituição de dada teoria científica, sua gênese e modos de estruturação das ciências, além de procurar saber as condições reais da produção dos conhecimentos científicos, o lugar específico que certo conhecimento científico possui dentro da esfera dos saberes em geral, bem como os elementos sociopolíticos e extra científico das teorias, entre outros aspectos importantes na análise do fazer científico, tudo isso nos indica quão é

importante o trabalho do crítico da Ciência. A pesquisa acadêmico-científica está sempre vinculada a todos esses fatores e depende fundamentalmente do papel do pesquisador e de suas abordagens, por isso merece tratamento especial. Logo, saber de onde estão falando, qual sua inscrição social e política é de grande relevância para compreender os resultados a que chegou. Com efeito, a especificidade da ciência comparada com outras formas de consciência representa uma das estratégias interessantes para se buscar compreender como as diferentes esferas de conhecimento convivem entre si. Como todo fazer científico se materializa por um dizer, verbaliza-se para explicar o fenômeno pesquisado, e assim anunciar conclusões, parece-nos pertinente saber que tipo de linguagem se constitui como científica e como ela se organiza diante das demais.

Nessa linha, defendemos que a dimensão interdisciplinar costurada pela linguagem possa se constituir numa estratégia que contemple as abrangências da discussão epistemológica. Por conseguinte, a epistemologia buscaria suscitar a reflexão sobre a produção dos conhecimentos científicos em aspectos variados: linguístico, histórico, ideológico etc. Além de estudar a descrição metodológica e os usos das linguagens nas apresentações das teorias científicas, caberá também à epistemologia entender a prática efetiva dos cientistas.

2.3 A LINGUÍSTICA E AS DEMAIS CIÊNCIAS

Os postulados saussureanos não apresentaram um modelo descritivo teórico-metodológico que abarcasse a complexidade do objeto língua como deveria ser estudado, tal como toda teoria não consegue. Algumas das dicotomias de Saussure representaram avanços teóricos com outras correntes do pensamento que buscavam, de algum modo, compreender a natureza da linguagem, mas não foram suficientes metodologicamente para tal. Um dos aspectos que fomentou certo distanciamento da teoria saussuriana diz respeito ao atrelamento analítico de seus pressupostos vinculados aos limites históricos da abordagem gramatical do século XIX. Quis dar aos fatos linguísticos um tratamento positivo, ensaiando, com certa firmeza, uma análise de base estrutural da linguística. Os passos metodológicos ensaiados pelo Mestre Genebrino conferiram à linguística um olhar como ciência diante das demais expressões científicas. Assim, “ao considerar a linguagem como atividade, Saussure [sic], insere diversos fatores que se entrecruzam nas análises, a exemplo de aspectos biológicos, físicos e psíquicos, individuais e sociais, históricos, estéticos e pragmáticos” (BENVENISTE, 1966, p.33).

Sem dúvida, vale ressaltar que o pensamento saussuriano ultrapassou os quadros dos estudos da linguagem à época, vindo a ser inspiração para a epistemologia geral das ciências humanas. Nesse sentido, a linguística de Saussure trouxe uma contribuição relevante às Ciências Humanas ao possibilitar a tão frequente crítica feita a respeito das posturas teórica estática e histórica. Isto é, a opção saussureana pela pegada sincrônica, embora reconhecesse a validade da diacronia, recolocou em discussão a necessidade de tal opção ser feita também por outras Ciências Humanas que tanto conflitavam neste aspecto metodológico.

Dessa forma, o pensamento de Ferdinand de Saussure teve uma contribuição original ao possibilitar uma vasta reflexão nas possíveis redes de relações mediadas por uma arquitetura de formas carregadas de sentidos, tendo por base uma teoria em que o conhecimento se exterioriza por uma metodologia científica. Para tanto, Saussure desenvolveu uma relação indissolúvel entre os conceitos de significante e significado, a partir do qual criou uma metodologia analítica que poderia ser o seu modo replicado diante das demais ciências humanas. Em seu método, o mundo estruturado pode ser apreendido a partir do conjunto de significações possíveis.

Os pressupostos analíticos saussurianos tiveram, em certos aspectos, um provável prolongamento no itinerário de algumas disciplinas que tratam das multiplicidades de fenômenos das ciências humanas. Um exemplo dessa interlocução se refere às influências dos postulados de Saussure que são estendidos às análises do objeto social, especificamente na órbita conceitual do que define por “ordem pensada”, a “ordem vivida”. Uma das marcas visíveis dessa presença saussuriana está nas diferenças terminológicas escolhidas pelos teóricos que investigam o fenômeno social em seus aspectos estruturais, a exemplo de Lévi-Strauss (inconsciente coletivo), Merleau-Ponty (o espaço social), Althusser, Foucault, Derrida, que exemplificam o alcance das releituras dos postulados de Saussure num movimento que conferia à linguística um estatuto de “ciência-piloto”. Assim, vários outros ramos do saber científico se interessam pelos estudos da linguagem para responder aos seus postulados próprios.

Como sabemos bem antes mesmo do *Curso de Língua Geral*, a língua pode fornecer muitas pistas para compreender o fenômeno social em sua globalidade. Segundo os estudos de Saussure, ela é constitutiva dessa mesma realidade social. Ela é, ao mesmo tempo, objeto e realidade de determinada cultura. Ela está inserida numa contextualização intrincada, mas com certa flexibilidade nas relações semânticas e pragmáticas, as quais, ancorada numa estrutura cotextual da língua, pois, ela permite formas distintas e complementares de análises que

possibilitam a ampliação do estudo objeto língua como um propulsor das comunicações humanas a partir do que vem a se constituir o significante em correspondência com o significado.

Dessa maneira, a incompatibilidade dos estudos sincrônicos e diacrônicos presente nas formulações saussurianas constitui, grosso modo, mesmo considerando o caráter geral dessa dicotomia, um aspecto opositivo nas formulações atuais dos historiadores da língua. Nos estudos do Círculo Linguístico de Praga, em se tratando das análises linguísticas, por exemplo, os fatores internos e externos ao sistema são considerados. Contudo, os estudos praguenses, mesmo ainda com certos traços estruturalistas, procuraram evidenciar o papel desempenhado pelos fatores pragmáticos na configuração formal da língua. Entretanto, a Escola praguense se afastou dos estudos estruturalistas anteriores, buscando uma definição teórica específica. Contudo, a vertente norte-americana do Funcionalismo, trabalha a partir da agenda de estudos dessa numa estreita relação de análise que congrega traços dos fenômenos linguístico-textuais, onde se integra sistema e uso, forma/função, procurando identificar categorias semântico-cognitivas e discursiva-interacionais, ora sobre enfoque sincrônico, ora a partir dos fatores diacrônicos⁸. Tudo isso possibilitou uma compreensão dos conceitos fundantes do Estruturalismo saussureano a partir da ressignificação dada pela Linguística Funcional de orientação norte-americana que vem se estabelecendo como uma abordagem de estudo que tem n uso seu modelo de análise.

Ainda, segundo Jakobson (1971), há um encadeamento histórico na busca da autonomia da Linguística em relação ao estatuto científico. Chama de ato de emancipação. Compreende que é a partir da especificidade de seus métodos e do direcionamento de suas tarefas iniciais que a Linguística, no final dos anos 30, necessitou apresentar ao mundo acadêmico os seus fundamentos. A linguística possibilitou, nessa fase inicial, o entendimento de um trabalho interdisciplinar entre os vários ramos do saber. Entretanto, é premente uma compreensão de que os pesquisadores precisam aprofundar um exame intensivo dessa imbricação científica entre a Linguística e as demais ciências.

Com o objetivo de estabelecer pontos de convergência entre a Linguística e as demais áreas do conhecimento, alguns pesquisadores, a exemplo de Edward Sapir, sacaram que, ao alargar o horizonte investigativo dos estudos da linguagem com as demais ciências, a

⁸ Cf. MARTELOTTA; AREAS, 2003.

Linguística, por extensão, trataria de problemas antropológicos, sociológicos, psicológicos, entre outros. Ou seja, o estatuto científico de determinada área do saber parece ir além das especificidades e particularidades de determinada Ciência. Estrutura-se em linhas e fundamentos comuns entre as diversas abordagens da vida humana. Nisso habita uma das principais características do conhecimento científico, a saber: apresentar leis que justifiquem os fenômenos em sua manifestação para as pessoas situadas em determinados contextos sociais.

Assim, nos problemas da ciência da linguagem também perpassam diversas questões de natureza epistemológica de disciplinas adjacentes, sobretudo, nas Humanidades. Assim, a Linguística vai possuir uma centralidade nas disciplinas de Humanidades, pois, a partir dela, todos os estudos dos pressupostos, problemas, conclusões de tantas áreas do conhecimento, necessitam dos seus achados para que seja apreendida pelas pessoas. Afinal, a partir das estratégias da Linguística, o saber produzido é conduzido de forma regular e progressiva nas diversas tramas culturais, pois, “a Linguística é reconhecida como a mais progressista e precisa dentre as ciências humanas (antropólogos e psicólogos)” (JAKOBSON, 1971, p.13).

Diante da rigidez lógica das Ciências Naturais, os demais estudos a partir das Humanidades ficariam debilitados por não observarem a hierarquização dos conceitos e as generalidades e complexidades subjacentes relegadas a um plano acessório. Contudo, a Linguística assume a função de ser um ponto de partida para a ordenação dos achados das ciências, sobretudo, das denominadas “Ciências do Homem”.

2.4 A FILOSOFIA DA LINGUÍSTICA

Em nossos dias está surgindo a necessidade em procurar fundamentar, de forma sistemática, os princípios da ciência da linguagem em suas variadas manifestações. Desde as preocupações descritivo-normativas, filológicas, cognitivas, entre tantas da linguística, que os domínios e métodos dos estudos da (na) linguagem possuem a necessidade de se pensar sobre o fazer científico assumido. Creditamos, nesse aspecto, a uma falta de questionamento sobre as posturas teóricas que inspiraram os mais diversos campos dos estudos linguísticos o déficit de uma meta teoria que viesse a abarcar tais necessidades. Para isso, se faz necessário compreender a natureza da linguagem em que se situam as teorias linguísticas e a forma em que são abordadas na história. Dessa maneira, o método pelo qual a linguagem é estudada

direciona a construção do objeto língua. Para tanto, escolhemos a Filosofia da Linguística (doravante FL) como guia de nosso estudo.

Assumimos, nesse estudo, o conceito de Filosofia da Linguística postulado por Borges Neto (2008), segundo o qual ela é “um ramo da Filosofia da Ciência voltado especificamente à Linguística.” Representa um campo paralelo às demais perspectivas filosóficas das outras ciências (Física, Matemática, etc.). A Filosofia da Linguística está inserida na esteira da Filosofia da Ciência como elemento de estudo. Entre as atividades da Filosofia da Linguística está a preocupação em investigar a natureza das teorias linguísticas, além do estabelecimento das possíveis relações entre elas. Procura, também, estabelecer um paralelo entre conceitos explicitamente defendidos e as formas que as teorias são apresentadas. Pois, cada teoria trilha seu caminho por pressupostos diferentes. Nesse sentido, a Filosofia da Linguística busca reconhecer as virtudes e os defeitos das teorias, revelando o porquê de serem feitas certas escolhas teóricas em determinados períodos da história da Linguística.

A Filosofia da Linguística não busca apenas descrever teorias. Ela analisa-as a eficácia e contribuições legadas para a área. Ela não propõe regras ou normas que estipularão um comportamento específico a ser seguido pelos cientistas. Pretende observar uma dada teoria pelo critério de explicitude e de elucidação trazidos para a melhor compreensão de um determinado fenômeno ocorrido no interior de uma das teorias da linguagem em análise. Ela observa e pontua as razões envolvidas nas escolhas dos cientistas. Parte do princípio de que as teorias elucidativas podem aumentar o conjunto de conhecimento sobre a linguagem humana. Por isso, um dos aspectos importantes da Filosofia da Linguística tem a ver com as boas descrições das teorias em seus vários pormenores, procurando relacioná-la com a história da linguística como um todo.

Desde a “Virada Linguística da Filosofia”, no início do século XX, as principais questões dos filósofos contemporâneos têm se vinculado à linguagem e ao mundo que ela representa na mente humana. Se por um lado o filósofo da Linguística se preocupa em analisar a eficácia e as contribuições das teorias linguísticas para o “fazer científico” entre estudiosos da linguagem, por outro, ele terá necessariamente como seu objeto de estudo o problema da imbricação entre pensamento e linguagem e sua representação no mundo real ou imaginário por meio das palavras. Nesse sentido, ao analisarmos as teorias presentes nos manuais de introdução à Linguística, pautamo-nos por uma atitude de suspeição diante do que está exposto e, assim, procuramos compreender os aspectos subjacentes às diversas opções teóricas diante do fenômeno da linguagem.

2.5 INTERFACE ENTRE AS CATEGORIAS PRAGMÁTICAS

As discussões pragmáticas vêm, nos últimos anos, ampliando seus espaços de pesquisa no âmbito acadêmico. Não constitui uma novidade no campo de análise linguística. Desde a década de 1940, com a contribuição do egiptólogo Sir Alan Gardiner (1932), passando por Austin (1962), por Searle (1982), e, especialmente, por Grice (1975), que a relação pragmática entre a coisa significanda e a qualidade discursiva está em processo de aprofundamento entre diversos teóricos da filosofia e da linguagem. Nesse aspecto, a categoria da intenção do falante que, num dado enunciado dirigido a um destinatário, pode ser aparentemente identificável vem assumindo uma fundamentação cada vez mais sólida em virtude das pesquisas contemporâneas integrarem teorias relacionadas com a pragmática. Entre as teorias que tratam das questões pragmáticas, tomamos por base de análise em nosso trabalho as seguintes: Teoria das Implicaturas de Grice⁹, Teoria da Pressuposição, Teoria dos Atos de Fala/Linguagem e a Teoria das Inferências Pragmáticas, como já mencionamos anteriormente.

A Pragmática está ancorada nas discussões sobre a relação existente entre os sentidos e os usos. Desde a sua fase inicial que a problematização das questões vai buscar a interface com a significação. Historicamente, os estudos pragmáticos não apresentavam uma tendência à homogeneidade. Podemos dividir, inicialmente, o período das discussões pragmáticas na atualidade a partir do século XIX com a emergência dos postulados dos principais teóricos: Peirce(1987), Morris(1938), Carnap(1939), Bar-Hillel(1954) e Austin(1962). Posteriormente, as discussões pragmáticas começaram a ampliar as problematizações outros teóricos, os quais, em sua maioria, amparados nas investigações anteriores, aprofundaram as questões, a exemplo de Searle (1969), Stalnaker (1972), Montague (1974), Grice (1967,1975), Thomason (1977), Kempson (1977), Gazdar (1979), Leech (1983), Sperber e Wilson (1986,1995) e Levinson (1983; 2000). Na busca de uma nucleação em torno das concepções que circulam as preocupações inferenciais, Morris e Peirce conceitua Pragmática como a relação estabelecida entre os próprios signos e os indivíduos que os interpretam. Para as relações formais entre os signos (entidades de duas faces: significado e significante) chamou de sintaxe. Para a Semântica, a particularidade essencial da língua, que é a relação, ele reserva o estudo ao

⁹ Em nosso estudo daremos ênfase e aprofundamento, por razões metodológicas, diante das demais inferências pragmáticas, a abordagem das Máximas Conversacionais do filósofo H. P. Grice. Defendemos, em nossa análise, que as estratégias presentes na superfície textual dos enunciados supõem uma relação entre o autor (falante) e um leitor (ouvinte) na exposição das teorias linguísticas inseridas nos manuais.

estabelecimento de correspondência entre os signos e os objetos que são aplicáveis em suas propriedades.

Os impactos da reviravolta linguístico pragmática na Filosofia se estenderam, sobretudo, à Linguagem enquanto instrumental da múltipla manifestação das mais variadas discussões e reflexões feitas pela Filosofia. Dessa forma, a perspectiva relacional da linguagem com seus usos concretos, bem como os direcionamentos novos que seguiram a visão tradicional da correspondência entre verdade e objeto, herdeira do aristotelismo, abriram indiretamente espaços para o nascimento da Pragmática nos estudos Filosóficos e posteriormente linguísticos. Desde os focos iniciais entre signos e seus falantes (Morris e Carnap) até o modo de se conceber os alcances da linguagem comum, ou ordinária, e seus usos concretos, situados, contextualizados (Wittgenstein II, Austin, Grice), a Pragmática vem se propondo a superar e instaurar avanços teórico-metodológicos diante das abordagens investigativas do fenômeno linguístico na contemporaneidade. Portanto, optamos, também, pela orientação analítica que os pressupostos pragmáticos possuem para entender, compreender e, principalmente, refletir sobre os mecanismos que os usos concretos da linguagem exercem na estruturação de uma língua e qual o papel (ou papéis) são exercidos nas possibilidades de modificações de funções e, principalmente, de sentidos.

2.5.1 Conversação e Cooperação de H.P.GRICE (1975)

Caberá à discussão da pertinência do(s) sentido(s) pretendido(s) pelo locutor a maior parte das expressões pragmáticas. Entretanto, a inserção das questões sobre implicatura conversacional, diante da extensão de seu campo de análise, feitas por Grice (1989), lhe propiciou um destaque nas problematizações da pragmática. Dessa maneira, podemos compreender como a pragmática impulsionou uma reviravolta nas questões dos fatos da linguagem. Dessa forma, para a “descoberta” dos sentidos que o locutor pretende para seu enunciado, na perspectiva griceana, se tem a necessidade de utilizar uma lógica que não segue os aspectos formais, mas que é necessária baseada no princípio cooperativo e, sobretudo, com o compartilhamento de regras fundamentadas no processo indutivo, as quais Grice classificou como Máximas de Conversação.

Segundo Grice (1975), as Máximas são categorizadas em quatro modalidades. A Máxima de Quantidade afirma que “torne seu discurso tão rico de informação (ões), mas não em excesso, quanto requerido pelo objetivo da comunicação”. Nessa máxima, além da

quantidade de informação fornecida na sentença, podem-se depreender as submáximas: “faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto o requerido” e “não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido”. Quanto à Máxima de Qualidade, o autor afirma que “não afirme o que você acredita ser falso, nem aquilo de que não tem prova suficiente”, a qual se desdobra na supermáxima: “trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira” e duas máximas específicas: “não diga o que você acredita ser falso” e “não diga senão aquilo que para você possa fornecer evidencia adequada”. Já a Máxima de Relação propõe que “seja relevante” diante das informações contidas nas sentenças ou enunciados. Em se tratando da Máxima de Modo, o filósofo da linguagem afirma que “seja claro, sem equívocos, sintético e ordenado”. Pode-se desdobrar a supermáxima “seja claro” nas máximas “evite obscuridade de expressão”, “evite ambiguidades”, “evite prolixidade desnecessária” e, por fim, “seja ordenado”.

Ao tratarmos das Implicaturas Conversacionais na formulação dos enunciados, necessariamente, teremos que levar em consideração seus aspectos constitutivos, a fim de delimitarmos com a maior precisão sua intenção comunicativa. Sejam as Implicaturas Conversacionais do tipo generalizada ou particularizada, as características de calculabilidade, anulabilidade, não destacáveis, não convencionais e indeterminadas cooperam para a construção de sentidos possíveis para os enunciados. Entretanto, as Implicaturas Convencionais possuem uma caracterização, diante da formação dos enunciados, diferentemente das Conversacionais, as quais deixam o processo inferencial, em seu segundo aspecto vericondicional, como: não calculável, não anulável, elas são destacáveis, são convencionais e independentes da trama dos enunciados, sendo, dessa forma, seu sentido determinado.

Na perspectiva de Grice, há uma racionalidade que subjaz ao processo de uso ou violação das Máximas Conversacionais. Nesse aspecto, cabe ao pesquisador buscar reunir o maior número de elementos que ensejem identificar as motivações que guiaram a elaboração de determinado tipo de enunciado e por quais objetivos e propósitos sua provável compreensão do argumento foi pretendida pelo locutor. Isso nos possibilita entender a necessidade do aspecto cooperativo entre o locutor/autor e seu ouvinte/leitor durante o percurso do enunciado. Mesmo que Grice não defenda o uso da Lógica Formal na compreensão das máximas, podemos identificar que existe uma racionalidade original que se assemelha em aspectos lógicos no processo de cooperação. Sendo assim, o processo não é conduzido por aspectos aleatórios, mas é possuidor de uma “lógica cooperativa”. Dessa

maneira, nos postulados de Grice, o leitor perceberá uma fundamentação próxima às categorias de quantidade, qualidade relação e modo utilizado pelo filósofo Immanuel Kant para descrever a Tabela dos Juízos. Ao identificar características comuns entre os postulados das Máximas e das categorias da Tabela de Juízo de Kant, Grice reconhece que a aplicação das Máximas da Conversação se dá numa perspectiva universal.

Na análise das categorias, temos que diferenciar sentenças e enunciados. Enquanto as sentenças não dependem de um aparato contextual, inclusive não se vinculam aos aspectos temporais e espaciais os quais são delimitadores dos tipos específicos de dêiticos, os enunciados se relacionam com o contexto onde as sentenças são ditas. Dessa maneira, o que conduziu nossa preocupação analítica foi mais a extensão significativa dos enunciados diante da limitação das sentenças.

A fim de facilitar a nossa análise, buscamos usar os termos a partir de suas respectivas subáreas: proposição para a teoria Semântica; quando nos referimos à Sintaxe faremos uso de sentença e para Pragmática utilizaremos o termo enunciado. Em nosso estudo, procuramos enfocar no alcance pragmático que considera a força dos aspectos contextuais para a compreensão dos fatos da linguagem na dimensão de adequação e plausibilidade diante dos elementos constitutivos dos enunciados. Essa característica coloca a Pragmática num passo mais amplo diante das possíveis limitações da Semântica, sobretudo, com os seus aspectos referenciais das Condições-de-Verdade como correspondências das entidades físicas e teóricas (matéria X essência).

Para tanto, compreendemos a Implicatura Conversacional como uma estratégia regida por diretrizes e princípios que buscam compreender como se dão os usos da língua na busca da eficiência comunicativa. As máximas são inseridas na perspectiva da conversação e da permanente negociação de sentidos pretendidos. São denominados de princípios cooperativos por, ao estarem subjacentes, possibilitarem a emergência dialética de constantes construções de sentidos, a partir de contextos partilhados entre as pessoas de uma conversação. Dessa forma, as partes envolvidas nos enunciados, as quais chamaram de interlocutores, obedecem a certas normas ou princípios que vão configurando um dado sistema cooperativo. Em si, a liberdade existe na medida em que os tópicos da conversação vão emergindo numa troca conversacional permanente. Contudo, as máximas conversacionais criam um jogo de linguagem controlado por uma cooperação constante e progressiva e uma centralidade no processo de interação e construção dialogal de sentidos. Assim, cabe aos princípios gerais da conversação, com o uso das Máximas Conversacionais criarem e possibilitarem o

reconhecimento do ouvinte com os propósitos pretendidos pelo princípio cooperativo. As pistas oferecidas pelas Máximas Conversacionais podem proporcionar uma descrição na análise da comunicação cooperativa além dos meios convencionais. Nesse aspecto, as inferências apreendidas num dado contexto de proposição são originadas num movimento interpretativo que vão além das limitações da forma linguística expressa.

Na perspectiva fundamentada em Grice (1975) e Austin (1962) a atividade comunicativa é compartilhada nos discursos, nas enunciações entre os usuários, é conduzida por um uso racional da língua que direciona a ação dos falantes. Por mais desinteressada que sejam as interações comunicativas entre as pessoas, o componente da racionalidade está presente na maior parte dos atos cooperativos. Possuem uma base comum que estabelece um encadeamento entre as partes constitutivas. Tacitamente, o entendimento entre as partes vai se constituindo na comunicação. Dessa maneira, a direção aceita reflete a cooperação mútua no processo interativo que indica caminhos de propósitos comunicacionais reconhecidamente compartilhados. Constitui-se de forma cooperada e engajada: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou intercambio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1982, p.86). Todo esse processo necessita de uma aceitação para ser efetivado, além da abertura para que possam ocorrer os desdobramentos das Máximas na construção do sentido do texto. Essa perspectiva é característica essencial do Principio Cooperativo (GRICE, 1982, p. 87-88).

Em nosso trabalho, optamos pela utilização das Implicaturas Conversacionais como categoria para a análise de nosso *corpus*. Nesse aspecto, o significado convencional das palavras é influenciado pelo contexto e os conhecimentos prévios mutuamente compartilhados entre os participantes. Assim, também devemos considerar o potencial das estruturas e marcas linguísticas nas conversações, ou seja, na categoria de análise das implicaturas conversacionais podemos pontuar a força das formas linguísticas na produção dos sentidos em do uso. Em consequência, a ocorrência de determinada implicatura vai também se relacionar com um componente específico inserido num contexto de uso. Podemos, inclusive, prever que as funções de algumas formas linguísticas são ressignificadas ao serem consideradas as intencionalidades interacionais.

Consideramos em nosso trabalho, como fio condutor, as formas de violação das máximas na direção de uma intencionalidade comunicativa. Dessa maneira, ao serem produzidos mal entendidos nas formações textuais, podemos pontuar um modo não intencional de violação das máximas conversacionais. Dotados de uma racionalidade

consciente que direciona o fazer e o dizer, os indivíduos podem abandonar o cumprimento de uma ou mais máximas, tendo como objetivo a preservação do princípio de cooperação. Por essa razão, ao violar uma (ou mais) das Máximas Conversacionais, a Implicatura Conversacional surge como estratégia comunicativa que estabelece a continuidade da produção do sentido pretendido de primeira ordem. Portanto, podem existir diversas formas de não cumprir as máximas considerando o propósito comunicativo. Enfim, se pode abandonar uma máxima ou simplesmente não cumpri-la quando não havia nenhum impedimento no texto para essa estratégia: “Como pode o fato do locutor ter dito o que disse ser reconciliado com a suposição de que ele está observando o Princípio da Conversação?” (GRICE, 1982, p.14).

Ao fazer uso das Implicaturas Conversacionais, o aspecto gramatical só ganha relevância quando procura estabelecer um processo de cooperação com a perspectiva de uma teoria da ação social para compreender as forças que conduzem a construção de sentidos das proposições inseridas nos enunciados. Dessa forma, os aspectos da sintaxe, da semântica e, principalmente, da pragmática atuam simultaneamente. Assim, ela se organiza por uma imbricação dos aspectos internos e, sobretudo, externos às interações comunicativas e enunciativas. De alguma forma, mesmo considerando a relação interna dos componentes das frases, os efeitos nos aspectos externos, o contexto sempre exerce uma influência, seja na organização do que se deseja dizer, seja na contextualização dos enunciados. Entretanto, a categorização das informações nos tópicos discursivos (dadas, novas ou inferíveis) será apreendida a partir de elementos textuais e extratextuais. A Pragmática preocupa-se, enfim, pelas inferíveis, as quais podem ser recuperadas por um conjunto de informações dadas no corpo do texto ou na acessibilidade partilhada entre leitores. Nesse sentido, os elementos de estilo, os pré-textuais, a ordem das partes constituintes, além dos marcadores contribuem para a construção dos sentidos possíveis. Dessa maneira, os efeitos dos componentes sintáticos, as relações entre os verbos modais dentro de determinado escopo (morfossintático), aliados com elementos morfológicos (tempo, modo dos verbos) criam parâmetros que instauram funções dos usos das sentenças pragmaticamente novas. Por esse motivo, é necessário ter conhecimento não só da língua, mas, sobretudo, das circunstâncias em que ocorrem os usos para compreender a intencionalidade dos sujeitos que optaram e elaboraram sequências linguísticas. Em nosso estudo, ao elegermos as Máximas Conversacionais, aliada às estratégias de violação consciente, bem como os demais tipos de inferências, conforme veremos adiante, estabelecemos um fio condutor para a análise de nossa hipótese, bem como

procuramos entender como essa subárea da Linguística transita entre os demais conceitos da disciplina.

Ainda, segundo Grice, o sentido de uma sentença pode estar relacionado ao significado natural (convencional) das palavras ou o sentido pode estar fora da sentença (significado não natural). Assim, se faz necessário estar por dentro dos propósitos e intenções que circundam as sentenças. Para tanto, Grice apresentará dois tipos de implicaturas, as “convencionais” e as “não convencionais” ou “conversacionais” como inferências pragmáticas que concorrerão para a produção de sentidos. Estas últimas são as que têm despertado maior interesse entre os estudiosos da linguagem ao possibilitar uma maior interseção teórica. Sendo assim, buscando possibilitar uma compreensão da sentença, nas implicaturas conversacionais existe o ato proposital de quebra de ao menos uma das máximas, bem como para a efetivação de certo propósito comunicativo deve-se verificar o cumprimento das máximas relacionadas com os aspectos do gênero textual requerido com o objetivo de gerar vários recursos linguísticos e discursivos.

A partir dos pressupostos de Grice (1975), podemos compreender que as escolhas linguísticas estão subjacentes e motivações de características sociais, o que pode nos permitir entender e refletir sobre os propósitos comunicativos, a fim de compreender os efeitos gerados e as restrições que os usuários fazem uso da linguagem. Dessa maneira, Grice com seus postulados nos oferece a possibilidade de estreitar as confluências teóricas da pragmática quanto aos usos da linguagem e outras correntes que perscrutam os fatos linguísticos. Defendemos que existem imbricações teóricas e metodológicas nas diversas abordagens que buscam suas respectivas legitimidades na área dos estudos que possuem o fato social como condutor das análises dos fenômenos linguísticos.

Para Grice, as Implicaturas são classificadas em Convencionais, Conversacionais Generalizadas e Conversacionais Particularizadas. Ainda segundo seus postulados, o nível pragmático se sobressai diante de uma ambiguidade intuitiva, quando o semântico também estiver presente. Isso se dá em razão das escolhas explicativas a partir do nível pragmático em ser mais econômicas e possuírem motivações contextuais, pois os princípios atendem a aspectos gerais e cooperativos. Por esse motivo, entre outros, a escolha pelas inferências pragmáticas do tipo Implicatura podem oferecer respostas satisfatórias diante da limitação da perspectiva semântica na produção de sentidos. Dessa forma, cabe ao uso das implicaturas atuarem no campo da instabilidade de sentidos, a qual ultrapassa os limites circunscritos pelo significado literal, unitário e estável.

Mesmo que consideremos a relevância dos estudos semânticos, principalmente porque representa um primeiro nível na compreensão dos implícitos na comunicação em linguagem natural, no domínio do significado das palavras, no nível pragmático das Implicaturas, ao inserir os aspectos intencionais do falante e o contexto onde é dito interferem e podem modificar o significado. Na tradição griceana, foi também abordada a relação de pertinência de uma dada informação. Ao serem satisfeitas as máximas de quantidade, quantidade e modo se pode identificar a pertinência de um enunciado. Entretanto, não constituirá categoria de análise em nossa pesquisa o estudo da Pertinência desenvolvido por Sperber e Wilson (2004), mesmo que a teoria seja uma releitura dos postulados das Máximas de Grice.

Segundo Levinson (2007), a análise pragmática possui uma base para que seus pressupostos possam se manifestar satisfatoriamente em várias situações de uso. Assim sendo, ao possibilitar a apreensão do significado da sentença, com fundamento na dimensão de uma racionalidade consciente, as inferências podem oferecer pistas que levam os intérpretes a induzirem significações fundadas no contexto dos usos, ao invés de serem dependentes de uma lógica inquestionável. Será a partir da definição e sua possível determinação que o significado se constituirá como possibilidades de sentidos entre as condições-de-verdade (semântica) e as condições comunicativas (pragmática) dos enunciados. Dessa maneira, os postulados da Pragmática possibilitam uma perspectiva eclética aberta à inserção de diversas correntes teóricas que estudam os usos da linguagem e seus processos constitutivos de sentidos. Dessa forma, as implicaturas conversacionais possibilitam aos estudos da linguagem um entendimento sobre o ato dialogal dos enunciados a partir de uma perspectiva contextualizada. Ainda, conforme Levinson (2007), as máximas conversacionais permitem ir diante das convencionais, pois, possibilita a descrição e a compreensão dos efeitos de sentidos dos enunciados ditos.

2.5.2. As Inferências e suas Estratégias Discursivas

De acordo com Sperber e Wilson (1989), a comunicação inferencial se interessa em compreender as possibilidades implícitas de sua intenção informativa na formulação dos enunciados. Nesse sentido, ao locutor caberá decidir por quais razões não explicitou o conteúdo daquilo que queria dizer, ou seja, qual a intencionalidade que perpassa seu ato comunicativo para não querer ser explícito em seu enunciado (DUCROT, 1988).

A fim de entendermos os alcances mais universais dos processos inferenciais, se faz necessário diferenciar decodificação de inferenciação. Enquanto na decodificação há relação estabelecida entre um sinal e uma mensagem que “traduz” o código comum entre os participantes da conversação, na inferenciação, o conjunto das premissas é garantidor de conclusões inferidas delas próprias. Assim, na compreensão daquilo que não é dito, aos modelos inferenciais será atribuído à explicação e a descrição do processo que garante a eficácia do ato comunicativo.

Para tanto, as inferências possuem aspectos característicos de acordo com seu propósito comunicativo. Como a comunicação humana possui diversos objetivos a serem alcançadas na interação entre as pessoas, as inferências também se ajustam a variadas maneiras de se manifestarem diante dos respectivos propósitos. Para Louise Cummings (2005, p. 80-84), o qual dá um destaque especial às inferências no trato dos fatos linguísticos a partir da Pragmática, elas podem ser classificadas em três categorias: dedutivas, elaborativas e conversacionais. Segundo Cummings (2005), por fazerem uso de procedimentos análogos ao raciocínio matemático, as inferências dedutivas se assemelham à lógica, bem como a semântica das Condições-de-Verdade. Já as elaborativas, possuem traços que as ligam à psicologia e à inteligência artificial. Entretanto, as inferências conversacionais possuem traços indutivos e abdutivos, além de elementos de adequação, os quais vão além dos aspectos formais.

Segundo Koch (1998: 26-34), as estratégias de processamento textual mobilizam variados sistemas de conhecimentos que buscam corroborar para o processo de produção de sentido, as quais são divididas em (i) estratégias cognitivas; (ii) estratégias sociointeracionais e (iii) as textuais ou textualizadoras. Em se tratando das Inferências, Marcuschi (1985, p.6) nos diz que transcorre na imbricação do contexto cognitivo que é constituído pelos conhecimentos prévios que cada pessoa possui, pelas suas crenças e valores, pelos conhecimentos e circunstâncias que a trama textual opera na formação dos discursos. Esse linguista se ampara nas classificações das inferências em dois autores: Clark (1977) e Warren et al, (1979). Na classificação apresentada por Clark, as inferências são processos referenciais nas seguintes modalidades: direta, indireta por associação, indireta por caracterização e relações temporais. Quanto ao aspecto da intenção do autor, Clark classifica, ainda, em inferências autorizadas (ocorre uma correspondência entre o leitor e a pretensão do autor) e a não autorizada (o leitor vai mais além das pretensões do autor), entretanto, sua esfera de análise é mais restrita a situações dialogais de textos mais curtos.

As inferências situadas nas narrativas textuais e seus processos e compreensão se baseiam em três fontes em que podemos identificar as informações. As relações lógicas ocupam o primeiro lugar nos eventos comunicativos, pois, ao procurar responder as questões “Por que e Como” essas questões matematizam o argumento na interação entre causas, motivações e condições de possibilidade dos eventos. Em relação às questões de natureza informacionais dos eventos comunicativos as inferências vão articular na superfície textual a pessoa específica, o tempo, o lugar, o contexto de onde é dito, além dos instrumentos e objetos utilizados. As relações informacionais procuram responder a algumas questões interrogativas, a exemplo de “O quê”, “Quando” e “Onde”. Para completar o circuito das fontes, se deve também incluir o conhecimento de mundo que os falantes estão inseridos, o qual envolve diversas variáveis na formulação textual. Esse conhecimento faz uma integração entre a perspectiva perceptual e verbal numa busca de construção de sentido na perspectiva lógica e informacional, segundo Warren et al (1979). Segundo esses autores, há uma proposta de taxionomia das inferências que revela uma possibilidade de construção de sentido estruturada entre movimentos interpretativos que se alternam entre si: para frente, para trás, entre eventos. De acordo com esse teórico as cadeias de eventos já possuem condição de representar logicamente a estrutura de uma narrativa. Dessa maneira, as inferências vão sendo construídas numa estrutura causal na construção de sentido pretendido pelo autor. Assim, se faz necessário três componentes estruturais e formais que atuam de modo articulado na representação da coesão e coerência para a formação da cadeia de eventos: (i) os tipos de proposições, (ii) os conectivos e (iii) as regras de conexão.

Para Marcuschi (1985, p.7), as Inferências podem ser classificadas da seguinte forma:

Quadro 1: Classificação das Inferências segundo Marcuschi (1985)

INFERÊNCIAS LÓGICAS	▪ dedutivas; ▪ indutivas; ▪ condicionais.
INFERÊNCIAS ANALÓGICO-SEMÂNTICAS	▪ por identificação referencial; ▪ por generalização; ▪ por associações; ▪ por analogia; ▪ por composição ou decomposições.
INFERÊNCIAS PRAGMÁTICO-CULTURAIS	▪ conversacionais; ▪ experienciais; ▪ avaliativas; ▪ cognitivo-culturais.

As do grupo (A) são as que possuem uma relação mais direta com a estrutura do texto. Possuem a marca da obviedade, mas também apresentam problemas de interpretação em enunciados quantificados. Quanto às classificadas no grupo (B), o uso da analogia possibilita uma troca de propriedades entre os termos. Entretanto, como, segundo o autor, o “raciocínio analógico vai sempre do particular para o particular e não oferece garantia de verdade na conclusão” (MARCUSCHI, 1985, p.8), esse tipo de inferência trabalha com as características da polissemia e da ambiguidade, as quais criam a analogia que se fundam nas associações, semelhanças ou comparações. Contudo, as Inferências Pragmáticas Culturais são as que possibilitam uma análise mais comparativa, considerando o princípio da diferença, estabelecido entre os elementos dos textos, além de considerarem os aspectos dos conhecimentos pessoais e os traços individuais e socioculturais das pessoas envolvidas na produção dos enunciados.

2.5.3 Pressuposição

Para Levinson (2007), as Suposições Contextuais se baseiam em cooperações dos participantes de uma conversa. Segundo o autor, a pressuposição é um tipo de inferência pragmática, assim como as Implicaturas Conversacionais, que possibilitam ampliar o significado das proposições. Entretanto, diferente das Implicaturas, ela se fundamenta mais diretamente à estrutura linguística das sentenças.

O estudo das Pressuposições ocupou um destaque na década compreendida de 70 a 80 nas pesquisas sobre teoria linguística. As pressuposições não podem ser consideradas como semânticas num sentido mais estrito em virtude da predominância dos fatores contextuais em sua análise. Já as inferências semânticas levam em consideração os aspectos dos significados das palavras, expressões e sentenças. Para que ocorra a coerência no uso da estratégia pressuposição, é necessário que as expressões referenciais possibilitem a derivação dos sentidos das sentenças, segundo Strawson (1975).

O fenômeno da pressuposição é tomado como um implícito discursivo que tem na linguagem um mecanismo de convencimento e argumentação. O estudo desse fenômeno aparece nos trabalhos de Frege (1892), Strawson (1975) e Collingwood (1940). Em sua maior parte, é no nível do sentido que o pressuposto da língua se atualiza na reconfiguração do conteúdo informacional do enunciado. Dessa forma, o que é posto se atualiza numa cadeia coerente argumentativa. Podemos citar, como exemplo, o seguinte enunciado:

O povo ainda exige mudanças radicais.

Como o que foi **posto (p)** podemos inferir que “o povo exige mudanças radicais” e como **pressuposto (pp)** que “o povo exigia mudanças radicais”. Esse processo é mediado pelos elementos constitutivos na superfície do texto, bem como a partir das funções dos operadores argumentativos. Ao submeter o enunciado (1) a uma interrogação, teremos a seguinte forma:

(1a) O povo ainda exige mudanças radicais?

Apenas o que o conteúdo posto (p) é modificado numa interrogação. O pressuposto (pp) não se altera. Permanece no seu sentido anterior, ficando o mesmo enunciado da seguinte forma: pressuposto de (1^a): “O povo exigia mudanças radicais” e posto de (1a) “O povo exige mudanças radicais?”. Quando o mesmo enunciado é submetido à exclamação ou à negação, acontece a mudança, também apenas no conteúdo posto (p). **Na negação de**

(1b): “É falso que o povo ainda exige mudanças radicais”.

Dessa maneira, acontece o seguinte processo: pressuposto (pp) “O povo exigia mudanças radicais” e como posto (p) “O povo não exige mudanças radicais”, o qual nos mostra uma mudança de sentido. Como já citamos, também na exclamação, a mudança só opera no posto:

(1c): “O povo ainda exige mudanças radicais!”.

Temos como pressuposto (pp): “O povo exigia mudanças radicais” e como posto (p): “O povo exige mudanças radicais!”.

2.5.4 Teoria dos Atos de Fala/Linguagem

Para tratar do que a Teoria dos Atos de Fala formulou em termos de argumentação, recorremos a Searle (1982) e Austin (1990/91). Conforme esses filósofos da linguagem, persuadir e advertir são atos de linguagens distintas:

Falar do “uso da linguagem para argumentar ou advertir” parece o mesmo que falar do uso da “linguagem” para persuadir, incitar, alarmar. No entanto, o primeiro tipo de uso pode ser considerado, sem maior precisão e para efeito de contraste, “convencional”¹, no sentido de ser possível, pelo menos, explicitá-lo pela fórmula performativa, ao passo que tal coisa não ocorre com o segundo. Assim, podemos dizer “Argumento que” ou “Advirto-o de que”, mas não podemos dizer “eu convenço você de que” ou “eu alarmo você que.” Além disso, podemos tornar totalmente claro o fato de estar alguém argumentando ou não sem tocar na questão de a pessoa estar ou não convencendo alguém (AUSTIN, 1990/91, p.?).

Quando usamos a linguagem, basicamente, fazemos três coisas: (a) *dizemos algo*; (b) *indicamos como o ouvinte deve entender o que dissemos* e (c) *esperamos efeitos definidos no nosso interlocutor como resultado* (FRASER, 1984, p. 30)¹⁰. Nisso está o principal postulado do discurso tomado como ação na Pragmática. Ou seja, no momento da interação com o outro usamos a linguagem com intenções que estão imbricadas na superfície textual e, sobretudo, no contexto que estamos pactuando cooperativamente. Nesse sentido, podemos compreender que os Atos de Fala são também considerados como Atos de Linguagem no sentido de exigirem das partes envolvidas na conversação posicionamentos verbais e atitudinais.

Essas escolhas, porém, são conduzidas por intenções e significados específicos. No processo de produção de sentidos, ocorre a interdependência contextual para que os conhecimentos linguísticos sejam requeridos na interpretação do sentido pretendido. Este caráter de dependência contextual possui duas características: (i) convenções sociais e (ii) contexto local (situacional) do Ato de Fala. (SAEED, 1998, p. 205). A primeira refere-se às instituições sociais, ou às autoridades, que respondem culturalmente por certas funções a ações sociais. Ou seja, dizer “Eu vos declaro marido e mulher” só tem validade se for pronunciada por um juiz de direito ou sacerdote. Ainda que nós (estudantes, vendedores, programadores) simulemos tal frase, a validade social só existirá se for uma autoridade a pronunciá-la, em um local apropriado para tal. Já a segunda se refere à possibilidade de um mesmo ato de fala em contextos diversos se referirem a coisas distintas, como por exemplo:

A: Você tem relógio?

B: São 2h30.

A₁: Eu perguntei se você tem relógio e não as horas.

ou

A₂: Obrigado!,

onde (A₁) indica uma construção em forma de anedota feita por pessoas em certo contexto de brincadeira iniciada pela pergunta de (A). Entretanto, para (A₂), inserido num contexto diferente, a resposta foi intencionada para uma intenção real de saber o horário. Na teoria dos Atos de Fala estas são as chamadas condições de felicidade que configuram sua realização.

Na concepção inicial de Austin existiam dois tipos de atos: os **constatativos** – caracterizados como uma enunciação que afirma ou descreve um fato ou um estado de coisas

¹⁰ Tradução nossa.

existente, independentemente de quaisquer outros efeitos que da sua enunciação possam eventualmente resultar e **performativos** - enunciação que, independentemente do sua condição de verdade, faz algo, ao dizê-lo (no caso de um ato locucionário) ou pelo fato de o dizer (no caso de um ato perlocucionário). Entretanto, Austin discute que não há maneira clara de distinguir entre performativos e constativos, propondo três elementos dos atos de fala, a saber, (SAEED, 1998:210-211) (**tradução nossa**):

- **LOCUCIONÁRIO**, seria o ato de dizer algo que faz sentido de acordo com as regras de uma dada língua e compartilhado pelos seus usuários;
- **ILOCUCIONÁRIO**, que é a ação pretendida pelo falante (ordem, promessa, pedido, desejo...);
- **PERLOCUCIONÁRIO**, que é o efeito assumido após o ato locucionário (que pode ser cumprido ou não).

Os pressupostos de Austin foram desenvolvidos por outros filósofos com o objetivo de desenvolverem sua teoria e, dessa forma, sistematizarem seus achados. Searle foi um desses teóricos que deram continuidade aos estudos de Austin, e formulou a divisão dos Atos de Fala em cinco categorias (SAEED, 1998, p.212):

- **REPRESENTATIVAS** – o falante compromete-se com a verdade da proposição expressa (afirmar, concluir);
- **DIRETIVAS** – tentativas do falante conseguir que o ouvinte faça algo (pedidos, questionamentos);
- **COMISSIVAS** – o falante compromete-se com suas intenções futuras (ameaça, ofertas, promessas);
- **EXPRESSIVAS** – expressam um estado psicológico (boas-vindas, desculpas, parabenização);
- **DECLARAÇÕES** – quais mudanças imediatas em um dado estado de coisas a fala de outrem (uma autoridade) provoca (casar, excomungar, declarar guerra).¹¹

Para Searle, os atos de fala combinam três elementos para efetivar seu entendimento, anteriormente mencionados: **(a) condições de felicidade; (b) contexto da enunciação e (c) os princípios da cooperação conversacional.**

¹¹ Tradução nossa.

2.6 CONCEITO DE LÍNGUA E LINGUAGEM

No presente estudo, assumimos o conceito de linguagem como a capacidade humana de interagir por meio de um conjunto de signos e que lhe permitem criar mundos e realidades presentes e ausentes ao contexto imediato de comunicação e assim consignar a interação objetivada. Portanto, compreendemos a língua como uma forma de ação intersubjetiva mediada por signos verbais; trata-se de uma atividade de natureza sócio-cognitiva, simbólica, histórica e culturalmente criada para promover a interação humana. Por outro lado, a língua se efetua por meio de textos, que são, a nosso ver, eventos de comunicação nos quais convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais, como já disse Beaugrande (1997).

Procuramos, também, considerar a língua a partir da filiação sociointeracionista, pois será a partir da perspectiva interacional situada em determinados contextos históricos, as quais estão em permanente inter-relação e interdependência. Os textos, nesta abordagem, não são atemporais. São analisados num movimento condicionado por diversas categorias de ordem antropológica, política, econômica, ideológica, entre outras. Ou seja, ela se realiza na história dos indivíduos. A língua é aqui tomada muito mais do que um instrumental sofisticado de comunicação. Ela representa um aspecto relevante da constituição dos sujeitos e das sociedades capaz de modelar seu fazer, sua cultura e sua história.

2.7 O MANUAL E SUA FUNÇÃO NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

A formatação de um conjunto de regras, normas, crenças e valores é característica do período de ciência normal. Isso ocorre num período pré-paradigmático marcado por debates que são convergentes. Nesse período de ciência normal, os cientistas compartilham concepções teóricas relevantes e, inclusive, diminuem o nível de criticidade dos debates diante dos aspectos inerentes aos objetos de investigação. A atividade que refina e amplia as imbricações dos fenômenos e suas teorias pelos cientistas são características da consolidação do período da ciência normal. Para esse empreendimento, Kuhn utilizou a expressão *puzzles* (resolução de quebra-cabeça), o qual se assemelha a um enigma.

Caberá ao processo educacional diante dos propósitos uma comunidade científica a missão de produzir a adesão aos padrões comuns do paradigma vigente. O processo é de uma submissão diante das exigências de se manter os adeptos ao modelo do paradigma. Segundo Kuhn (2006), a rigidez metodológica e a ortodoxia conceitual são marcas da educação dos futuros cientistas. Sendo assim, a educação dos novos cientistas é impregnada de traços

tradicionais, pois marcam delimitações que se destinam a manter os aspectos que configuram autoridade a certo corpo devidamente articulado de problemas, dados e teorias. Tudo isso provoca uma apatia dos cientistas para proporem novas abordagens diante dos antigos problemas que permanecem circulando nos espaços das comunidades científicas. Afirma o supracitado autor:

Um detector imensamente sensível dos focos de dificuldades de onde surgem inevitavelmente as inovações importantes nos fatos e nas teorias (...). Portanto, embora uma adesão quase dogmática seja, por um lado, uma fonte de resistência e controvérsia, e também um instrumento inestimável que faz das ciências a atividade humana mais consistentemente revolucionária. Uma pessoa não precisa fazer da resistência ou do dogma uma virtude para reconhecer que as ciências maduras não poderiam viver sem eles (KUHN, 2006, p 39)

Dessa maneira, a atividade científica une dogmatismo e atitude revolucionária na perspectiva kuhniana. O objetivo central é disciplinar os cientistas dentro das exigências teórico-metodológicas do paradigma vigente. Diante desse quadro, para Kuhn, revolução científica e dogmatismo fazem parte de uma mesma constituição para a história das ciências.

Para tanto, caberá aos manuais à atividade de induzir os neófitos ou aspirantes a cientistas a adotarem os modelos que determinado paradigma defende. Sendo assim, a educação científica trilhará por uma rigidez teórico-metodológica na formatação de futuros profissionais e pesquisadores. Dessa forma, os manuais exercem uma quase exclusividade na educação científica, pois conduzem os estudantes aos conteúdos previamente estabelecidos por um padrão imposto pelos cientistas. Portanto, na estruturação dos manuais os conteúdos e os conjuntos das ideias permanecem sob uma mesma orientação conceitual. Assim, será através da educação científica, mediada pelos manuais, que os cientistas buscarão estender seus padrões, instrumentos e técnicas utilizadas no curso do próprio trabalho criativo. Assim, ao adotarem os manuais como instrumento de apoio, os cientistas obstam conscientemente aos estudantes acessarem aos originais e o processo inicial da investigação, pois estão operando no paradigma vigente.

Os manuais terão também a incumbência de antecipar os consensos os quais são manifestados na repetição e reiteração dos fundamentos e princípios das práticas científicas nas revistas especializadas. A ideia de homogeneidade produz a aniquilação dos debates metodológicos nos manuais de ensino. Também a perspectiva do que deve ser investigado e quais soluções deveriam ser almejadas tornam-se um aspecto de ordem epistemológico que fica relegado ao imobilismo dogmático inserido no manual. Por ultimo, Kuhn problematiza os

aspectos ontológicos ao discorrer sobre a definição de qual é a natureza das entidades que serão investigadas. O manual consegue impermeabilizar todas essas questões. Dessa maneira, a normalidade da ciência consistirá em criar um circuito fechado nas discussões cada vez mais especializadas e que também terá o encargo de “depurar” as inconsistências que por ventura possam surgir diante do exemplar paradigmático vigente.

Kunh (2006), ao inserir exemplos históricos na discussão sobre a emergência e a preservação dos paradigmas, buscou mostrar que a organização manualizada não representava uma exclusividade explicativa. Ou seja, outro componente foi adicionado à discussão a partir de aspectos de ordem social e subjetivos das teorias.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo detalhamos os passos realizados para a efetivação da pesquisa sobre como os Manuais de Introdução à Linguística vêm tratando as teorias e se esse tratamento tem potencial linguageiro para direcionar as escolhas dos estudantes iniciantes para um determinado modelo teórico em detrimento de outros. Problematicamos como a natureza da abordagem dos fatos linguísticos exposta nos Manuais de Introdução pode influenciar e determinar, em vários aspectos, os caminhos teóricos dos futuros pesquisadores em suas escolhas acadêmicos futuros. Nesse aspecto, compreendemos que o material didático, especialmente, o Manual, possui a funcionalidade de ser âncora no planejamento das ações didáticas do professor, além de ser um instrumental estruturador e cristizador diante das orientações contidas nos currículos dos cursos (ROJO, 2013, p.164).

Dessa maneira, pudemos compreender como os discursos que circulam no ambiente acadêmico, em especial, os da área da Linguística, podem esconder através de um conjunto de estratégias pragmáticas certas informações e argumentações que podem inserir determinados pressupostos e subentendidos teórico-metodológicos em relevo e denegrir sub-repticiamente outros. Para tanto, procuramos perceber de pistas linguísticas, tais como: implicaturas conversacionais de máximas violadas, inferências pragmáticas possíveis, informações pressupostas e tipos de Atos de Fala, a fim de verificarmos se há supervalorização ou subvalorização de teorias nos Manuais observados nesta pesquisa.

Portanto, procuramos flagrarmos o modo pragmático de utilização da linguagem verbal na exposição das teorias pelos linguistas autores dos Manuais de Introdução à Linguística (MIL), posto que ela pode indiciar direcionamentos preferenciais e ideológicos voluntários ou não com impactos na adesão de futuros linguistas.

3.1 O ENADE

Após examinarmos os documentos oficiais, verificamos que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), criado pela Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004, se configura como um instrumento importante no processo avaliação diagnóstica instituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Como sua natureza avaliativa é híbrida, essa característica nos permitiu fazer recortes analíticos em suas múltiplas variáveis sem, com esse procedimento, comprometer as análises globais que possam vir a ser feitas. Dessa forma, pudemos fazer cruzamentos em nossas análises dos *corpora*, guiados

pelos aspectos de compreensão do funcionamento e da permanente busca da qualidade do sistema de ensino superior no país. Mesmo existindo há mais de dez anos, o Enade está em constante atualização, pois a dinâmica do ensino superior vai apresentando novos desafios e necessidades a serem respondidas pelos instrumentos de avaliação.

Sendo assim, os três componentes que estruturam o processo avaliativo do Sinaes (avaliação institucional, avaliação de cursos de graduação e desempenho dos estudantes) fazem o eixo girar a partir de vários aspectos que possuem uma relação imbricada no processo de busca de uma melhor qualidade para o Ensino Superior. Como exemplo, temos diversas categorias que são contempladas e, cada uma, possui sua relação de interdependência com as demais: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, entre tantos itens, corroboram para uma análise mais próxima do contexto das IES no cenário nacional. Selecionamos em nossa pesquisa alguns instrumentos complementares ao Sinaes, a exemplo das respostas dos questionários destinados aos alunos, a fim de traçarmos uma visão panorâmica de nosso objeto de estudo.

Nesse sentido, optamos por centralizar nossas escolhas pelas IES a partir do Conceito Enade, que possui uma dinâmica de pontuação que vislumbra o desempenho dos alunos nas provas de formação geral e componente específico, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Conceito dos cursos do Enade/2008

Tabela 5.1 – Número e percentual de cursos participantes por grandes regiões, segundo o conceito obtido - Letras - ENADE/2008

Conceito	Brasil		Região									
			Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	740	100,0%	54	7,3%	142	19,2%	324	43,8%	123	16,6%	97	13,1%
1	21	2,8%	2	3,7%	9	6,3%	3	0,9%	2	1,6%	5	5,2%
2	149	20,1%	14	25,9%	30	21,1%	50	15,4%	22	17,9%	33	34,0%
3	329	44,5%	27	50,0%	41	28,9%	163	50,3%	60	48,8%	38	39,2%
4	138	18,6%	4	7,4%	42	29,6%	58	17,9%	23	18,7%	11	11,3%
5	25	3,4%	-	0,0%	5	3,5%	18	5,6%	2	1,6%	-	0,0%
SC	78	10,5%	7	13,0%	15	10,6%	32	9,9%	14	11,4%	10	10,3%

Fonte : MEC/INEP/DEAES - ENADE/2008

Entretanto, uma das questões inseridas no questionário dos alunos nos interessa em razão de possuir uma relação mais próxima com nossa pesquisa. A questão 75 problematiza a organização didático-pedagógica dos cursos de Letras ao trazer ao censo a situação de como são apresentados os planos de ensino. Para tanto, elabora a pergunta nestes termos: ***“Os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e avaliação; conteúdos e bibliografia da disciplina? (grifo nosso)”***. Por esse aspecto, podemos ter convicção da relevância de nosso procedimento de seleção das ementas como fator relevante para assegurar a pertinência de nosso *corpora*, conforme Tabela abaixo:

Tabela 2: Planos de Ensino dos Cursos de Letras (Enade/2008)

Tabela 79
Os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina? (questão 75)
Letras – ENADE/2008

Categoria de Respostas	Grupo de estudantes					
	Ingressante			Concluinte		
	Desempenho		Total	Desempenho		Total
	Percentil 25	Percentil 75		Percentil 25	Percentil 75	
Sim, todos contêm	60,9%	63,7%	62,9%	60,7%	58,8%	60,7%
Sim, a maior parte contêm	29,1%	28,4%	29,0%	28,8%	30,2%	28,8%
Sim, mas apenas cerca da metade contêm	5,3%	3,8%	4,2%	6,5%	5,5%	5,4%
Sim, mas apenas menos da metade contêm	4,2%	3,3%	3,2%	3,4%	4,6%	4,2%
Não, nenhum contêm	0,6%	0,8%	0,6%	0,7%	0,9%	0,8%
População	4.361	5.204	19.159	4.845	5.391	20.427
Tamanho da amostra	2.202	2.986	10.268	2.783	3.894	13.543

Fonte: MEC/INEP/DEAES – ENADE/2008

Ancoramos-nos também nas informações preliminares para a condução analítica de nossos *corpora*, Manuais de Introdução à Linguística. Como o citado questionário também insere esse material de acordo com seu uso pelos docentes dos cursos das IES, em nosso caso, o de Letras, procuramos em nossa pesquisa utilizar como critério a sua inclusão nos planos de ensino. A Tabela 84 do Enade/2008 demonstra a importância da quantidade e, dessa forma, do lugar que ocupa esse artefato nos cursos de graduação em Letras. Entretanto, essa pergunta não foi incluída no questionário do Enade na edição de 2014, conforme analisaremos em seguida.

Tabela 3: Material utilizado nos Cursos de Letras (Enade/2008)

Tabela 84
Que tipo de material, entre os listados, é ou foi mais utilizado por indicação de seus professores durante o curso? (questão 80)
Letras – ENADE/2008

Categoria de Respostas	Grupo de estudantes					
	Ingressante			Concluinte		
	Desempenho		Total	Desempenho		Total
	Percentil 25	Percentil 75		Percentil 25	Percentil 75	
Livros-texto e(ou) manuais	33,9%	35,6%	36,1%	32,0%	29,0%	30,6%
Apostilas e resumos	46,1%	29,4%	38,7%	47,3%	24,1%	38,5%
Cópias de trechos ou capítulos de livros	16,7%	32,7%	22,8%	17,2%	44,3%	28,1%
Artigos de periódicos especializados	2,0%	1,7%	1,5%	2,7%	2,1%	2,0%
Anotações manuscritas e cadernos de notas	1,2%	0,7%	0,8%	0,8%	0,6%	0,9%
População	4.807	5.565	20.763	5.136	5.603	21.888
Tamanho da amostra	2.319	3.101	10.731	2.913	4.031	14.130

Fonte: MEC/INEP/DEAES – ENADE/2008

3.2 A AMOSTRA

Para análise, selecionamos três Manuais de Introdução à Linguística de autores nacionais incluídos nas bibliografias das ementas de dez cursos de graduação em Letras mais bem avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), entre os anos de 2008 a 2014¹².

Num primeiro momento, buscamos selecionar nossos *corpora* a partir dos seguintes critérios:

- A.** Classificação do curso de Letras-Português e Linguística seja Licenciatura ou Bacharelado, com nota entre 4,0 e 5,0, em uma escala que vai de 1,0 a 5,0;
- B.** Integração à rede de Instituições Públicas de Ensino Superior, podendo ser: Universidade Federal ou Estadual, Centro Universitário Federal, Estadual ou Municipal, Instituto Tecnológico Federal ou Estadual que sejam classificados como IES;
- C.** Ser integrante da rede de Instituições de Ensino Superior Privada que tenham alcançado conceito no ENADE no período citado, preferencialmente com conceito dentro do intervalo de notas entre 4,0 e 5,0.

Após a identificação das IES que atendessem aos requisitos acima, fizemos uma visita exploratória aos sítios eletrônicos das referidas instituições, focando nosso olhar nas ementas

¹²Para maiores detalhes ver a Portaria que instituiu o ENADE como avaliação inserida na metodologia do SINAES, in: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2007/portaria_n40_12122007.pdf

e/ou planos de disciplinas/ensino da graduação em Letras (Bacharelado e/ou Licenciatura) e no Bacharelado em Linguística enquadrados no critério mencionado de terem, pelo menos, dois dos três Manuais Introdutórios à Linguística como referências para os estudos dos fenômenos e teorias da linguagem. Para tanto, após a consulta aos resultados do Enade compreendido no período de 2008 a 2014, chegamos às seguintes classificações:

Quadro 2: IES que alcançaram o conceito 5 Enade/2008

IES	Município	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	PICOS	Federal	Universidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	MARIANA	Federal	Universidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	SÃO CARLOS	Federal	Universidade
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	SÃO PAULO	Privada	Universidade
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	Estadual	Universidade
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Estadual	Universidade
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	ARARAQUARA	Estadual	Universidade
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	ASSIS	Estadual	Universidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	SÃO JOÃO DEL REI	Federal	Universidade
UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	SÃO PAULO	Privada	Universidade
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	VOTUPORANGA	Privada	Centro Universitário
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	MONTES CLAROS	Estadual	Universidade
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA	VOLTA REDONDA	Privada	Centro Universitário
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA	VALENÇA	Privada	Faculdades Integradas
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	BARRA MANSA	Privada	Centro Universitário
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	Estadual	Universidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	SÃO LUÍS	Federal	Universidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	CURITIBA	Federal	Universidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE	Federal	Universidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	JUIZ DE FORA	Federal	Universidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	RECIFE	Federal	Universidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	Federal	Universidade
FACULDADE DE FILOSOFIA SANTA DOROTÉIA	NOVA FRIBURGO	Privada	Faculdade
UNIÃO DAS ESCOLAS DO GRUPO FAIMI DE EDUCAÇÃO	MIRASSOL	Privada	Faculdade
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	CAMPINA GRANDE	Federal	Universidade

Fonte: www.inep.gov.br

Quadro 3: IES que alcançaram o conceito 5 Enade/2011

IES	Município	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	MARIANA	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	FORTALEZA	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	RIBEIRÃO PRETO	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PORTO ALEGRE	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	BENTO GONÇALVES	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	SÃO JOÃO DEL REI	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	NOVA FRIBURGO	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	PIRACICABA	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE PAULISTA	CAMPINAS	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE PAULISTA	SANTANA DE PARNAÍBA	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE PAULISTA	SANTOS	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE PAULISTA	SOROCABA	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE PAULISTA	SÃO PAULO	PRIVADA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	MONTES CLAROS	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	PORTO ALEGRE	PRIVADA	CENTROS UNIVERSITÁRIOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	CURITIBA	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	CURITIBA	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UBERABA	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	CASCADEL	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
FACULDADE DE FILOSOFIA SANTA DOROTÉIA	NOVA FRIBURGO	PRIVADA	FACULDADES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	TRÊS LAGOAS	PÚBLICA	UNIVERSIDADES
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	CORONEL FABRICIANO	PRIVADA	CENTROS UNIVERSITÁRIOS
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	LAJEADO	PRIVADA	CENTROS UNIVERSITÁRIOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	PARIPIRANGA	PRIVADA	FACULDADES
FACULDADE CCAA	RIO DE JANEIRO	PRIVADA	FACULDADES
CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ANCHIETA	JUNDIAÍ	PRIVADA	CENTROS UNIVERSITÁRIOS

Fonte: Inep¹³¹³ Inep. Disponível em: www.inep.gov.br

Quadro 4: IES que alcançaram o conceito 5 Enade/2014

IES	Município	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (MG)	BELO HORIZONTE	PRIVADA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	RIO DE JANEIRO	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG)	VIÇOSA	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL(RS)	BENTO GONCALVES	PRIVADA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ(CE)	FORTALEZA	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ(CE)	QUIXADA	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE(SC)	JOINVILLE	PRIVADA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI(MG)	SAO JOAO DEL REI	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO(SP)	BATATAIS	PRIVADA	CENTRO UNIVERSITÁRIO
UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA(SP)	PIRACICABA	PRIVADA	UNIVERSIDADE
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS(MG)	BELO HORIZONTE	PRIVADA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ(PR)	CURITIBA	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO(RJ)	NOVA IGUACU	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS(MG)	BELO HORIZONTE	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO(RJ)	RIO DE JANEIRO	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS(MG)	ALFENAS	PÚBLICA	UNIVERSIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO(RJ)	RIO DE JANEIRO	PÚBLICA	UNIVERSIDADE

Fonte: www.inep.gov.br

A preocupação didático-pedagógica inserida no Enade subjacente ao Questionário Socioeconômico dos estudantes, elaborado para revelar o perfil dos alunos que realizaram o exame, fomentou a discussão sobre qual tipo de conhecimentos tem guiado a atividade docente e como a sua utilização pode influenciar a formação dos graduandos numa dimensão global. Um exemplo dessa preocupação está explicitado na seguinte Questão 76: Que tipo de material, entre os listados abaixo, é / foi mais utilizado por indicação de seus professores durante o curso?

- (A) Livros-texto e (ou) manuais.
- (B) Apostilas e resumos.
- (C) Cópias de trechos ou capítulos de livros.
- (D) Artigos de periódicos especializados.
- (E) Anotações manuscritas e cadernos de notas.

Verificamos que a presença dos Manuais de Introdução na trajetória acadêmica dos alunos é central, posto que apareça como primeira alternativa da lista de material questionada no ENADE 2004. Essa constatação nos assegura a escolha deste objeto para nossas análises com potencial de revelar a influência de teóricos e teorias, contempladas nos Manuais, sobre os graduandos que iniciam sua formação no campo do saber que optaram por estudar.

Já nas edições do Enade 2009 e 2010, a pergunta referente à presença deste material de apoio pedagógico utilizado pelos docentes universitários restringiu-se a opções aos manuais e livros-texto. Observamos isso Questão 37 do Questionário Socioeconômico: “Os professores indicam como material de estudo a utilização de livros-texto e/ou manuais?”.

- A. Sim, todos os professores.
- B. Sim, a maior parte.
- C. Somente alguns.
- D. Nenhum.

Entretanto, na versão do Enade 2011 e 2012, na Questão 37, referente ao mesmo aspecto inquerido pelo Questionário Socioeconômico, a formulação da pergunta não incluiu o Manual como opção para os discentes escolherem: “Os professores indicam como material de estudo a utilização de *livros-texto?*” (grifo nosso). Contudo, nas versões do Questionário Socioeconômico de 2013 e 2014, não houve a inclusão da questão referente à utilização e/ou indicação dos professores pelo manual e/ou livros-texto no quesito da Organização Didático-Pedagógica. Essa mudança será analisada com mais detalhe no capítulo de análise.

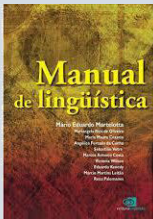
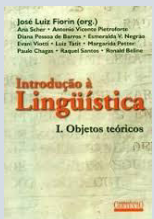
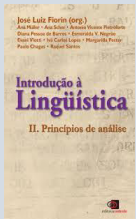
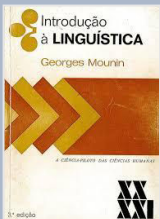
Com navegação nos sítios das IES acima, buscamos localizar em suas respectivas páginas institucionais a Ementa da disciplina introdutória aos estudos linguísticos ou denominação correlata. Verificamos que o percurso dos links nas páginas oficiais das instituições que hospedam as respectivas ementas não é facilitado para os alunos iniciantes, tampouco para os interessados em pesquisa. Também constatamos que a maioria das IES disponibiliza apenas a grade que contém o nome das disciplinas que introduzem os estudos da linguagem. Entretanto, não disponibiliza os programas, nem as ementas completas com a respectiva bibliografia.

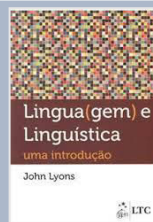
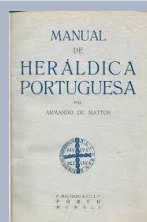
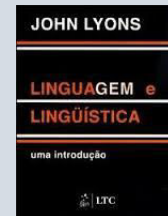
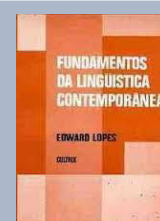
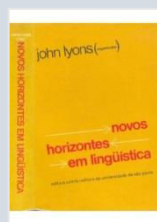
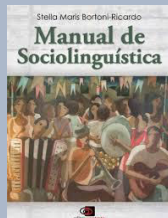
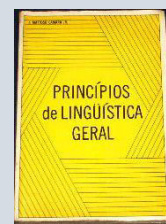
Esta pesquisa, de caráter descritivo, comparativo e interpretativo, utilizou os dados e as informações contidas nas ementas das disciplinas introdutórias aos estudos da linguagem, as quais também estavam inseridas nos planos de ensino, nos projetos políticos-pedagógicos

das IES selecionadas. Para tanto, nos propusemos a investigar, a partir do ensino das disciplinas introdutórias ao fenômeno da linguagem, especificamente nas ementas das referidas disciplinas, seja na modalidade do Bacharelado ou Licenciatura, na graduação de Letras/Português ou na graduação em Linguística, no intuito de compreendermos como se configura e se caracteriza a presença dos Manuais de Introdução à Linguística nos ementários dos cursos. Dessa forma, nesse estudo, desejávamos descrever como esses manuais, a partir de suas referências bibliográficas, dão sustentação ao ensino da linguagem, bem como de que forma essa realidade poderá refletir na trajetória futura dos estudantes.

Como assinalamos anteriormente, as ementas dos cursos nos sítios das IES estavam também inseridas nos Projeto Pedagógico de Curso (PPC), principalmente em suas Matrizes Curriculares ou em cada Programa Geral de Disciplina (PGD) do curso de graduação, particularmente nas informações disponibilizadas pelas IES em vários espaços institucionais, a exemplo de seus sites e portais virtuais. Para ter acesso ao ementário das disciplinas, enviamos solicitações por meio de mensagens eletrônicas às coordenações dos Departamentos de Letras, além de contatos, também através de e-mail, para os referidos docentes das disciplinas introdutórias. Fizemos, inclusive, contato, por telefone, com as respectivas coordenações dos cursos de Letras (Licenciatura e/ou Bacharelado) e Linguística, a fim de obter os planos de ensino e suas respectivas ementas com as bibliografias (principal e complementar). Para tanto, estabelecemos um critério de classificação a partir das categorias iniciais presentes nas Referências Bibliográficas dos cursos de graduação, segundo quadro abaixo:

Quadro 5: manuais e obras introdutórias da Linguística

Manual	Obras Introdutórias	Obras Gerais
	 	
		





Nesse aspecto, a fim de alcançarmos nossos objetivos de pesquisa, selecionamos os Manuais Introdutórios que estavam presentes de forma reiterada nas Ementas dos Planos de Ensino das respectivas IES, tendo como fio condutor apresentarem as categoriais de análise que escolhemos. Dessa forma, procuramos delimitar a escolha de nossos exemplares o mais próximo possível dos propósitos do gênero textual “Manual Introdutório”. Nesse aspecto, as obras introdutórias deveriam, inclusive, exporem as principais teorias linguísticas em seu conteúdo. Assim, chegamos ao seguinte quadro sinótico da Bibliografia das Ementas e/ou Plano de Ensino:

Quadro 6: Manuais presentes nas Ementas das dez IES com melhores conceitos do Enade/2008-2014

IES	Nome da Disciplina	Manuais
(01) UFSCAR	Introdução aos Estudos Linguísticos	FIORIN, J. L. (org.), Introdução à linguística. v. 1 e 2. São Paulo: Contexto, 2005. MARTELOTTA, Mário Eduardo (org). Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008. MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (orgs.) Introdução à Linguística. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Cortez, 2001.
(02) UFSJ	Iniciação aos Estudos Linguísticos	FIORIN, José Luiz (org). Introdução à Linguística II: Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Cristina (org.) introdução à linguística: domínios e Fronteiras. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2000. FIORIN, José Luiz (org). Introdução à Linguística I: Objetos teóricos. São Paulo, Contexto, 2002. MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Cristina (org.) introdução à linguística: domínios e Fronteiras. vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.
(03) UFPR	Linguística I	Fiorin, José Luiz (org). <i>Introdução à Linguística II</i> . São Paulo: Contexto, 2003. Mussalim, Fernanda; Bentes, Anna Christina (orgs). <i>Introdução à Linguística – domínios e fronteiras</i> , vol. 1. São Paulo: Cortez.
(04) UFJF	Linguística I Linguística II	FIORIN, J. L. Introdução à linguística. Volume 1. São Paulo: Editora Contexto, 2002. _____. Introdução à linguística. Volume 2. São Paulo: Editora Contexto, 2002. MARTELOTTA, Mario Eduardo . Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008. MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. Introdução à Linguística, v.3: Fundamentos epistemológicos. 5.ed. São Paulo: 2011 MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. Introdução à linguística: Domínios e Fronteiras. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
(05) UFPE	Linguística I: Fundamentos Teóricos Linguística II: Teorias Linguísticas	FIORIN, José Luiz (org.) (2002). Introdução à Linguística . São Paulo: Contexto, Vols.I e II. MARTELOTTA, Mário Eduardo & al. (2008) Manual de Linguística . São Paulo: Contexto. MUSSALIN, Fernanda. & BENTES, Anna Christina. (2001). Introdução à lingüística . São Paulo: Cortez, Volumes I , II e III.

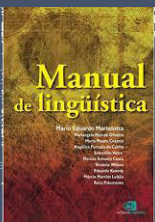
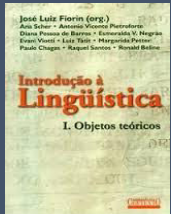
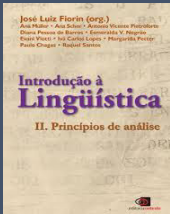
(06) UEM	Linguística I	FIORIN, J. L. (org.) . <i>Introdução à Linguística</i>. São Paulo : Contexto, 2002. MUSSALIM, F & BENTES, A. N. <i>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras</i>. São Paulo: Cortez, 2001. vis. I e 2. MUSSALIM, F & BENTES, A. N. <i>Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos</i>. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3.
(07) UFGO	Introdução aos Estudos da Linguagem	FIORIN, J. L. (Org.). <i>Introdução à linguística: objetos teóricos</i>. São Paulo: Contexto, 2002. MARTELOTTA, M. E. (Org.). <i>Manual de linguística</i>. São Paulo: Contexto, 2008. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). <i>Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos</i>. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. ILARI, R. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. p. 53-92
(08) UNIPAMPA	Introdução aos Estudos Linguísticos Teorias Linguísticas I Teorias Linguísticas II	FIORIN, J. L. (org.) <i>Introdução à Linguística. I. Objetos teóricos</i>. São Paulo: Contexto: 2003. FIORIN, J. L. (org.) <i>Introdução à Linguística. II. Princípios de Análise</i>. São Paulo: Contexto:2008. MARTELOTTA, M. E. (org.). <i>Manual de Linguística</i>. São Paulo: Contexto, 2008. MUSSALIM, F & BENTES, A.C. (orgs.). <i>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. Volume 3: Fundamentos epistemológicos</i>. São Paulo: Cortez, 2004. BENTES, Anna C. <i>Linguística Textual. In: Introdução à linguística 1</i>. São Paulo: Cortez, 2008.
(09) UFAL	Teoria Linguística 1 Teoria Linguística 2	FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística – II Princípios de análise</i>. São Paulo: Contexto, 2003. MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística – domínios e fronteiras 1</i>. São Paulo: Cortez, 2001. _____. <i>Introdução à Linguística – domínios e fronteiras 2</i>. São Paulo: Cortez, 2001. _____. <i>Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos 3</i>. São Paulo: Cortez,2004.
(10) MACKENZIE (Presbiteriana)	Linguística I Linguística II	FIORIN, J.L. (org.) <i>Introdução à linguística I: Objetos teóricos</i>. São Paulo: Contexto, 2002. MARTELOTTA, M. (Org.) <i>Manual de linguística</i>. São Paulo: Contexto, 2008. MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Org.) <i>Introdução à linguística. 2v</i>. São Paulo: Cortez, 2007/2008

Fonte: adaptação do autor.

Dessa forma, na seleção dos Manuais Introdutórios, guiamo-nos pelos critérios anteriormente definidos tais como: ser mencionado em pelo menos duas ementas dos nossos *corpora*. Ao analisarmos, num primeiro momento, as Ementas e suas respectivas Bibliografias, pudemos observar que há também a inclusão de capítulos pertencentes aos manuais. Levamos esse aspecto em consideração em virtude da relevância dada ao assunto tratado no plano de ensino da IES em questão. Essa característica poderá nos mostrar, conforme analisaremos, posteriormente, que a “fragmentação” do conteúdo pode ter outros objetivos e resultados esperados.

Conforme observamos no Quadro 6 no quadro acima, os Manuais que compõem a maioria das ementas das IES mais bem avaliadas pelo SINAES, especificamente a partir da categoria do conceito ENADE, conforme discorremos anteriormente, escolhidos foram os seguintes:

Quadro 7: manuais selecionados para os *corpora*

Manual Introdutório	Referência
	MARTELOTTA, M. E. (org.). Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008.
 	FIORIN, José Luiz (org.) (2002). Introdução à Linguística. São Paulo: Contexto, Vols. I e II.

Assim, após a escolha dos Manuais citados no quadro anterior, fizemos uma leitura crítica diante das questões que nortearam nossa pesquisa, buscando identificar, classificar e analisar com base nas categorias que guiaram nosso estudo. Para tanto, a fim de darmos um tratamento analítico adequado, convencionamos referir os respectivos Manuais com a seguinte nomeação:

- **Manual 1 (M1)** referente à obra organizada por Mário Eduardo Martelotta;
- **Manual 2 (M2)** referente à obra organizada por José Luiz Fiorin, subdividida em M2A para o Volume I e M2B para o Volume II.

Quadro 8: componentes analisados

Componentes analisados	
COMPONENTE (i)	Concepção de Ciência
COMPONENTE (ii)	Características da teoria
COMPONENTE (iii)	Críticas gerais e/ou específicas
COMPONENTE (iv)	Indícios de (possíveis) avanços e/ou recuos legados.

Assim, na análise dos dados buscamos responder os questionamentos que suscitaram a hipótese de pesquisa, a ser confirmada ou não. Para tanto nos guiamos pelas quatro categorias de análises anteriormente descritas (Teoria das Implicaturas Conversacionais, Teoria das Inferências Pragmáticas, Teoria da Pressuposição e Teoria dos Atos de Fala), tendo como elemento justificante o texto e sua dimensão de implicação subjacente na interação verbal, conforme podemos observar nos quadro acima que está de acordo com os componentes observados nos fragmentos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, procuramos fazer uma descrição e análise dos manuais escolhidos. Inicialmente, após uma navegação e leitura exploratória nas ementas das Instituições disponíveis nos sítios das IES selecionadas, observamos em várias analisadas um desdobramento dos aspectos mais relevantes que compõem as discussões necessárias aos estudos introdutórios da Linguística. Constatamos nas ementas uma preocupação com a progressão temática na compreensão dos fatos linguísticos reveladas na ordenação do plano de ensino das disciplinas Linguística I, II, III, IV e V, buscando, dessa forma, estabelecer um *continuum* na abordagem dos assuntos.

Para tanto, nesta pesquisa, ao analisarmos a presença dos Manuais de Introdução à Linguística na bibliografia das ementas das disciplinas, procuramos responder ao nosso problema de pesquisa pontuando os aspectos mais relevantes. A bibliografia básica e a complementar compõem também ementas das IES. A diferenciação consiste em que a básica conduz as discussões dos estudantes durante o período do curso. Já a bibliografia complementar possui uma característica auxiliar para as consultas dos ingressantes. Essa divisão, a princípio, seria meramente metodológica. Também encontramos em nossa busca uma recomendação de se fazer a revisão bibliográfica das disciplinas num período de quatro anos, a exemplo da Universidade Federal de Ouro Preto-MG (UFOP/ENADE 2008). Esse período coincide com o tempo de conclusão da maioria dos cursos de Letras.

Outro aspecto importante consiste na orientação de os alunos desenvolverem uma formação crítica e reflexiva vinculada à área do curso de Letras. Na maioria das IES pesquisadas, caberia apenas ao Bacharelado a atividade voltada à pesquisa. À Licenciatura caberia exclusivamente o ensino de Língua e Literatura.

Um dado interessante para ser pontuado é que os cursos de Letras, no Brasil, em seus inícios, foram criados juntamente com as Faculdades de Filosofia ou coexistiam em suas dependências. Na maioria das instalações desses cursos, em sua maioria na década de 1960 do século passado, a preocupação inicial se vinculava à receptividade das ideias dos fatos linguísticos discutidos fora do Brasil. Os cursos, geralmente, tinham seu reconhecimento após um processo e justificação na instituição de ensino em que funcionavam. Uma das premissas que observamos foi a diretriz de nortear os estudantes a compreenderem criticamente os fatos da linguagem, procurando atentar para as transformações atuais presentes e em constantes mutações e numa contemporaneidade globalizada e informatizada. Para tanto, os graduandos

têm a necessidade de focar numa formação que lhes possibilite o domínio teórico e, sobretudo, crítico dos estudos da linguagem.

Passamos, na sequência, às análises dos manuais de Linguística selecionados em nossa pesquisa.

4.1 ANÁLISE DO MANUAL 1 (M1)

Iniciaremos nossa análise pelo *Manual de Linguística*, obra organizada por Mário Eduardo Martelotta (1958-2011), publicada em 2008 pela editora Contexto, que estava até o momento de nossa análise, na 2ª edição (2012). Nesse trabalho, vários professores e pesquisadores situados em instituições das mais diversas se reuniram para tratar dos fatos da linguagem em abordagens diferentes. Segundo o organizador, o livro já é apresentado na perspectiva de atender a uma necessidade ao corpo discente, e, também aos docentes, não só da Linguística, mas de outras áreas afins, a exemplo da Fonoaudiologia e Comunicação social¹⁴. Este aspecto amplia a obra e a insere a partir de um posicionamento metodológico de interdisciplinaridade dos conteúdos e saberes. Ainda na apresentação, o organizador do manual já prepara os leitores para transitarem numa disciplina marcada pela heterogeneidade teórico-metodológica de seus estudos ao propor uma das tarefas mais instigantes de uma comunidade de pesquisadores, a qual não acontece sem acirrados debates e disputas: “[...], buscamos selecionar o conteúdo transmitido a fim de harmonizar tradição e modernidade”. Dessa maneira, os mais variados leitores já iniciarão seus percursos de investigação sabendo que nos estudos da linguagem ocorreram momentos de permanências, rupturas, conservação, inovações e retomadas e, sobretudo, de marcas enrijecidas de um tradicionalismo que impede o avanço dialético da atividade científica, conforme veremos com mais detalhes adiante.

De certa forma, a produção de um manual não está descontextualizada de determinada afirmação e institucionalização do saber científico. Compreendemos que um dos propósitos desse tipo de publicação se ampara no fato de conduzir a apresentação da Linguística como uma ciência homogênea e sem os rebatimentos críticos existentes entre as diversas correntes teóricas. A nosso ver, esta postura possui a tendência de ofuscar o processo de debates diante das prováveis diferenças existentes na Academia.

¹⁴ Cf. Martelotta (2012, p.11)

O organizador procurou abordar as teorias ou correntes linguísticas, nessa obra, em blocos a partir de similaridades teórico-metodológicas. Foram três agrupamentos que guiaram o texto do manual: Linguística e Linguagem, Abordagens Linguísticas e Aquisição, Processamento e Ensino. Entretanto, houve também a preocupação de inserir a discussão sobre como a Linguística constituiu e vem progressivamente se estabelecendo como Ciência nos estudos que têm a linguagem como centralidade. Considerando que a obra está direcionada, principalmente, aos alunos egressos da graduação, percebemos uma preocupação com os aspectos didáticos ao propor algumas perguntas nos finais dos capítulos através de exercícios. Isso pode nos indicar uma forma de busca de padronização nos propósitos do manual, como aprofundaremos mais adiante. Essa estratégia utilizada pelo organizador possibilita uma retomada dos conteúdos apresentados pelo professor se seu propósito for reforçar entre os estudantes as lições apreendidas das teorias apresentadas. A inclusão de diversos autores e autoras dos capítulos que assumem orientações e filiações teóricas diferentes indica, em princípio, uma obra multifacetada característica das imbricações da natureza da linguagem humana: “[...] estimular o estudante a fazer reflexões sobre a natureza e o funcionamento da linguagem, através de uma linguagem instigante,...” (MARTELOTTA, 2012, p.11). Como podemos observar logo no início do manual, o organizador revela aos estudantes que a perspectiva que ele adotará se filia aos estudos da linguagem em funcionamento.

Por isso, as estruturações dos capítulos podem indiciar uma preocupação do organizador no sentido de conduzir os estudantes a compreenderem a Linguística num *continuum* teórico coerente e lógico a partir de uma iniciação conceitual das teorias apresentadas. Assim sendo, caberia ao leitor reconhecer as aproximações intrincadas entre as teorias que os autores dos capítulos apresentam no manual, tendo a discussão da linguagem como expressão de uma realidade marcada pela heterogeneidade de suas abordagens.

O Organizador do Manual 1, doravante M1, procurou ambientar o leitor numa visão holística do fenômeno da linguagem sem necessariamente focar em determinada corrente teórica. Dessa maneira, os temas mais amplos da linguagem seriam reconhecidos pelos leitores ao serem tratados sobre determinado prisma teórico escolhido pelo organizador no conjunto privilegiado das teorias presentes em sua obra, o que poderá indicar uma compreensão intelectual satisfatória dos docentes.

Segundo Bittencourt (2004), a função do autor de um Livro Didático é ressignificada por uma necessidade do mercado, ao incluir vários profissionais em sua organização de leitura. Dessa maneira, a função de um autor individual vai cedendo espaço para um organizador que se insere na perspectiva da indústria cultural que segue uma política editorial cada vez mais restritiva da autonomia e liberdade autoral. Sendo assim, a discussão do sujeito autor de um manual é, em sua maioria, minimizada pela força constitutiva do poder editorial. Nesse sentido, poderíamos conceber a função autor do manual como uma atividade marcada por aspectos de cunho ideológico. Ainda na apresentação do Manual 1, a perspectiva de ser elaborado numa perspectiva coletiva é assumida pelo Organizador: “Nesse sentido, resolvemos juntar esforços para elaborar um manual que nos fornecesse meios mais eficazes de executar a difícil tarefa de introduzir informações básicas [...]” (MARTELOTTA, 2012, p.11). Como podemos observar, a “missão” do manual não constitui uma das tarefas mais fáceis na apresentação das informações básicas necessárias aos estudantes ingressantes na Academia. Uma das atribuições principais consiste em apresentar aos alunos o que seria básico para determinada área do saber, em nosso caso a Ciência da Linguagem. Portanto, um manual que aspire à unicidade autoral pode até possuir marcas que indiquem sua característica de obra “exclusiva” de um autor. O desafio de o manual procurar trabalhar generalidades, além dos aspectos já citados, torna a sua empreitada exclusivista um fator suspeito.

O M1 mostra-se voltado para um empreendimento coletivo a fim de minimizar a ideia de exclusividade científica, além de procurar mostrar sua intencionalidade de apurar vários pesquisadores e pesquisadores que apresentem o fenômeno linguístico sob matizes diferentes. Todavia, a condução teórico-metodológica a que é submetido os capítulos integrantes do manual podem indiciar seus objetivos mais sub-reptícios.

Veremos no quadro sinótico a seguir uma síntese dos temas e teorias abordados com o objetivo de melhor compreendermos como a estratégia dos manuais é previamente conduzida para determinada visão de ciência e como isso pode indiciar uma estruturação cuja intenção pedagógica seja formar prosélitos de certas teorias mais “fortes” em detrimento de outras expressões da linguagem:

Quadro 9: divisão dos capítulos do Manual 1- M1

Bloco I: Linguística e Linguagem		
Capítulos	Assunto	Autor (es)
Cap. 1	Os autores analisam as relações existentes entre a linguística e algumas disciplinas afins, como a semiologia, a filologia e a gramática tradicional	Angélica Furtado da Cunha; Marcos Antônio Costa e Mário Eduardo Martelotta
Cap. 2	Neste capítulo são discutidas as Funções da linguagem	Mário Eduardo Martelotta
Cap. 3	A Dupla articulação da linguagem é trabalhada de forma integrada	Mário Eduardo Martelotta
Cap. 4	Trabalham-se os diferentes conceitos de gramática	Mário Eduardo Martelotta
Cap. 5	Arbitrariedade e iconicidade do signo linguístico	Victória Wilson e Mário Eduardo Martelotta
Cap. 6	O capítulo de Motivações pragmáticas apresenta aos alunos os pressupostos das mais variadas correntes da Pragmática	Victória Wilson
Bloco II: Abordagens Linguísticas		
Capítulos	Assunto	Autor (es)
Cap.7	O conceito de Estruturalismo é apresentado a partir da corrente norte-americana e relacionado teórico-metodologicamente com outras áreas	Marcos Antônio Costa
Cap.8	O autor do capítulo sobre o Gerativismo trata o tema em perspectiva com outras correntes racionalistas	Eduardo Kenedy
Cap.9	A Sociolinguística é apresentada por seus conceitos centrais como: uso e contextos com visível ao funcionalismo norte-americana e crítica à abordagem formalista	Maria Maura Cezario e Sebastião Votre
Cap.10	Os dois Modelos de Funcionalismo (europeu e norte-americano) são expostos, bem como sua extensão progressiva à Semântica e à Pragmática	Angélica Furtado da Cunha
Cap.11	A “Linguística Cognitiva” é evidenciada pela exposição de seus pressupostos, destacando o valor da dimensão empírica para significação nas intrincadas relações com a cultura	Mário Eduardo Martelotta e Roza Palomanes
Cap.12	A Linguística Textual é abordagem a partir das propriedades do texto (coesão e coerência) sua relação com as atuais pesquisas que orbitam na área dos estudos pragmáticos	Mariangela Rios de Oliveira
Bloco III: Aquisição, Processamento e Ensino		
Capítulos	Assunto	Autor (es)
Cap.13	O tema Aquisição da Linguagem é revelado pelas diversas correntes teóricas surgidas, a saber, a behaviorista, a inatista, a construtivista e a interacionista	Maria Maura Cezario e Mário Eduardo Martelotta
Cap.14	A Psicolinguística Experimental é apresentada em interface com a Neurolinguística e as opções metodológicas que agregam disciplinas de áreas afins	Márcio Martins Leitão

Cap.15	A relação entre Linguística e Ensino é posta a partir das várias dimensões da linguagem em seus aspectos sociais, funcionais, interacionais e também pragmáticos.	Mariangela Rios de Oliveira e Victória Wilson
--------	---	---

Para empreender de forma o mais próximo possível dos objetivos pretendidos pelo manualista, coube ao organizador escolher os autores e autoras dos capítulos a partir de uma identificação teórica assumida previamente. Nesse aspecto, os autores de capítulos do M1 pareceram-nos escolhidos por estarem alinhados teoricamente como os organizadores proponentes do manual. Os convites para a escrita do M1 enviados de acordo com o critério de afinidade teórica tendem a tornar o manual um objeto privilegiado de disseminação de princípios e teorias específicas como procuramos evidenciar na análise deste M1.

Quadro 10: Autores/as dos capítulos do M1

Autor/Autora	IES	Linha Teórica
Marcos Antônio Costa	UFRN	Funcionalismo
Maria Angélica Furtado da Cunha	UFRN	Funcionalismo
Mário Eduardo Martelotta	UFRJ	Funcionalismo
Victoria Wilson da Costa Coelho	UERJ	Funcionalismo
Eduardo Kenedy Nunes Areas	UFRJ	Psicolinguística e Linguística Gerativa
Maria Maura Cezario	UFRJ	Funcionalismo
Mariangela Rios de Oliveira	UFRJ	Funcionalismo
Márcio Martins Leitão	UFRJ/UFPB	Psicolinguística
Sebastião Votre	UERJ/PUC (RJ; RS).	Sociolinguística
Roza Palomanes	UFRRJ	Linguística Cognitiva

Como se pôde constatar, dos autores de capítulos de M1 60% são declaradamente pesquisadores filiados a um mesmo paradigma linguístico¹⁵. Entre os argumentos utilizados pelo organizador do M1 está a escolha de uma equipe que possibilite mostrar aos estudantes o alcance das teorias numa perspectiva global e que inclua os conceitos da linguística inseridos num desenvolvimento histórico.

O direcionamento para a atividade de ensino de línguas é explicitamente assumido na apresentação da obra: “[...] este manual introdutório aos princípios da linguística discute os

¹⁵ Esse levantamento tomou por base as informações declaradas na Plataforma Lattes de cada autor do capítulo do M1. Entretanto, a possível identificação da linha teórica levou, sobretudo, em consideração, a produção acadêmica de cada autor ou autora, além das informações prestadas pelos respectivos pesquisadores ou pesquisadoras.

aspectos que caracterizam esse ramo do conhecimento como uma ciência, [...] apresenta interface com outras áreas de pesquisa, incluo aí o ensino de línguas” (MARTELOTTA, 2012, p. 11). Assim, podemos verificar que um dos aspectos que credencia e legitima a equipe escolhida pelo manualista está a experiência de ensino que perpassa o currículo da totalidade dos autores e autoras dos capítulos do M1. Com isso, é satisfeita a característica de o manual ser instrumento para moldar os processos educacionais na formação científica dos estudantes.

Como dissemos, a leitura do Quadro 2, permite-nos identificar a filiação funcionalista da maioria dos autores e autoras dos capítulos do M1. Mesmo que tratem de outras correntes teóricas, elas foram discutidas em cada capítulo buscando estabelecer diálogo com traços da linguagem em uso e nas diversas funções que exerce na interação tal como preconiza o Funcionalismo.

Curioso foi observar que a IES predominante é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pois o pertencimento a mesma IES poderia representar um fator relevante na condução de uma visão acadêmica pautada por princípios semelhantes do ponto de vista epistemológico. Assim, os autores dos capítulos seriam membros local e teoricamente de uma comunidade científica que costumam compartilhar um mesmo paradigma, procedimentos metodológicos e concepção de ciência.

Em geral, a produção de um trabalho científico se organiza a partir de uma conjugação de fatores dos mais variados. Entre eles, podemos citar a articulação e a formação de equipes de investigação que tratam dos fenômenos sob uma ótica analítica e metodológica semelhantes. Também representa algo de inovador a publicação de artigos em revistas especializadas, além da participação em eventos que agreguem os pesquisadores por eixos temáticos. Ao observamos a página referente ao currículo Lattes de cada autor dos capítulos de M1, percebemos que a maioria possui projetos de pesquisas, guardadas suas peculiaridades narrativas, relacionados com a linguagem em uso em contextos dos mais variados possíveis e, sobretudo, sob o viés funcionalista. Tudo isso, entre outros aspectos, fornece um caráter colegiado à ideia de pertencimento se não a mesma comunidade científica, pelos menos a um mesmo paradigma epistemológico geral.

Entretanto, como condição de possibilidade, o saber necessita ser instigado ao ambiente da controvérsia e do confronto crítico para se estruturar dialeticamente e permanentemente. As abordagens teóricas, metodologias, disciplinas têm em comum a particularidade de abertura às críticas e ao confronto para se manterem ativas. Dessa maneira, justifica-se criticidade e a permanência da controvérsia entre os pesquisadores e programas de

investigação a evolução do saber científico. Pois, acreditamos que a justificação dos achados da ciência não pode prescindir do conhecimento de outras perspectivas diferentes que lhes venha a questionar ou referendar as descobertas. Nesse sentido, concordamos com Popper ao dizer que “sem contradições, sem criticismo, não haveria motivação racional para mudarmos nossas teorias: não haveria progresso intelectual” (POPPER, 1963). Ou seja, a existência da competição acadêmica não anula a necessidade de estabelecer uma atitude cooperativa entre os programas e pesquisadores cujo crescimento só ocorre se houver olhares críticos.

Segundo Dascal (2005), existem três tipos de polêmicas que orbitam as comunidades científicas: as disputas, as discussões e as controvérsias. Para a disputa, o objetivo está em vencer o adversário. Na discussão, o que prevalece é a posição verdadeira de uma das partes envolvidas. Entretanto, para a postura da controvérsia o que interessa é persuadir racionalmente o participante, a fim de que através da estrutura argumentativa ocorra uma adesão cooperativa à teoria em questão.

Interessou em nossa análise a compreensão do tratamento que é dado à linguagem na apresentação das teorias. Percebemos que o direcionamento determinado aos significados que podem reforçar ou romper um dado modelo teórico. Disso inferimos que estratégias linguageiras são articuladas e consolidadas em comunidades científicas específicas, que validam a continuidade ou instauração de programas de investigação que são caracterizados como um compartilhamento de ações que guiam os aspectos teórico-metodológicos de certa comunidade de pesquisadores que adota determinados modo e ideologia de fazer pesquisa.

A imagem apresentada da ciência linguística assumida pelo organizador do manual se relaciona com a forma pela qual os linguistas apresentam as teorias em seus artigos científicos. Isso vai fortalecendo a formação de uma comunidade científica que compartilha um conjunto teórico-metodológico específico, segundo Lakatos (1977). Dessa maneira, podemos classificar e analisar as diversas formas de fazer exposições teóricas presentes nos manuais de linguística como indicativos dos mais variados posicionamentos dos pesquisadores que buscam legitimar seus caminhos e escolhas acadêmicos como institucionalmente relevantes. Um aspecto singular na apresentação das teorias presentes nos manuais de introdução se relaciona com a forma pela qual a sua escrita é produzida.

Manuais, em geral, têm como propósito comunicativo subjacente às exposições dos conteúdos defender um paradigma que coincide com o do seu idealizador e autor. Para tanto, as opções enunciativas feitas pelos autores dos capítulos dos manuais revelam preferências,

influências, críticas, aceitações, continuidades, rupturas, legados dos conhecimentos científicos suscitados pelas teorias escolhidas inseridos em perspectivas diferentes.

As teorias nos manuais possuem uma pretensão de um discurso homogêneo, que não tem necessidade de maiores questionamentos e, ao serem discutidas no ambiente escolar, caracterizam-se mais pela descrição de seus elementos constitutivos do que por indefinições. Tudo isso busca apresentar uma imagem de cientificidade consolidada, voltada mais para a divulgação dos achados e menos para a discussão de suas peculiaridades: “Espero que este livro consiga atingir seu objetivo e contribuir, de alguma forma, para a divulgação das teorias linguísticas entre os alunos de graduação, bem como para a preparação dos alunos para a pós-graduação em linguística [...]” (MARTELOTTA, 2012, p. 12). Com exceção da concepção de Ciência que deveria conduzir as apresentações teóricas do manual, os demais questionamentos procuraram esmiuçar uma correspondência entre a exposição dos conteúdos defendidos presentes no texto dos respectivos manuais e as filiações teóricas dos autores dos capítulos.

Optamos por analisar os dois manuais, extraindo trechos ou passagens do texto, os quais denominamos “*Fragmentos*” devidamente numerados com cardinais a partir da sequência progressiva para facilitar as consultas e reconsultas. Dentro de cada fragmento, observaremos a presença de um ou mais Componentes (Concepção de Ciência, Características da Teoria, Críticas Gerais e Específicas e Indícios de Avanços e/ou Recuos), bem como sublinharemos sempre que necessário a ocorrência das categorias de análise que elegemos, quais sejam: Pressuposição (pp), Ato de Fala (AF), Implicatura Conversacional (IC) e Máximas Conversacionais (MC - Qualidade, Quantidade, Modo e Relevância). Com isso mapearemos pragmaticamente a construção dos manuais e apontar atitudes dissimuladas contidas em publicações que deveriam primar pela integridade dos dados e informações científicas.

4.1.1 Componente (i) no M1

4.1.1.1 *Concepção de Ciência*

Fragmento 1

“[...] executar a difícil tarefa de introduzir informações básicas acerca de uma ciência que é inteiramente desconhecida para a imensa maioria dos estudantes brasileiros...” (MARTELOTTA, 2012, p.15).

“A linguística é definida, na maioria dos manuais especializados, como a disciplina que estuda cientificamente a linguagem.” (MARTELOTTA, 2012, p.15)

“Essa atitude torna a linguística, primordialmente, uma ciência descritiva, analítica e, sobretudo, não prescritiva.” (MARTELOTTA, 2012, p.20)

“[...] a linguística tende a ser empírica, e não especulativa ou intuitiva, ou seja, tende a basear suas descobertas em métodos rígidos de observação” (MARTELOTTA, 2012, 20.)

“[...] a maioria dos modelos linguísticos contemporâneos trabalha com dados publicamente verificáveis por meio de observações e experiências” (MARTELOTTA, 2012, p. 21).

No Fragmento 1 do M1, já em sua Apresentação, podemos observar que o organizador concebe como “difícil” a tarefa científica a que se propõe o manual. Aplicando uma das quatro categorias de análise, a checagem de obediência ou violação às Máximas gricianas nesse Fragmento 1, podemos constatar que houve violação à Máxima da Quantidade, pois o autor não explicita por qual motivo as informações básicas são “inteiramente desconhecidas dos estudantes” de graduação.

Também observamos violação à Máxima de Modo no mesmo fragmento, visto que o autor não foi claro quanto às razões que tornam desconhecidas a natureza da linguagem aos estudantes que ingressam nas graduações das universidades. Essa característica formativa de um manual revela seu valor instrumental para moldar os iniciantes de certa ciência a partir do consumo acrítico dos conteúdos que o constituem e são repassados aos seus leitores como informações essenciais para começarem a dar os primeiros passos no curso que escolheram.

A visão de ciência que o manualista apresenta, neste Fragmento 1, não possibilita uma atividade metacrítica diante dos seus princípios norteadores que são “descrição” e “análise” e nunca “prescrição”. Afirmar que ciência é exclusivamente análise e descrição é ignorar a presença interpretativa do cientista, que se tornará válida quando sancionada por sua comunidade científica. Essa visão de ciência como o lugar da mera descrição e análise, supostamente neutra e imparcial, leva os iniciantes na área a acreditarem ser esse um fato e que não haveria espaço para a problematização da própria atividade científica em seu

conjunto. Notamos, neste momento, a presença do Ato de Fala Indireto cometido quando da implicitude de informação entremeada em outras (a ciência da linguagem é descritiva e analítica e não prescritiva e interpretativa), exigindo uma percepção mais aguçada do leitor para, ao enxergá-la escondida, contradizê-la. Todavia, o leitor de manual ainda não tem os olhos treinados suficientemente para detectar a afirmação escamoteada e nesses moldes tampouco autonomia científica para questioná-la. Eis perigo de um manual produzido de maneira, tendenciosa, pois pode influenciar os neófitos a privilegiar determinada teoria forjada por uma concepção de ciência enviesada que poderá defendê-la e repassá-la pelo resto de sua vida profissional.

O primeiro capítulo do M1 está dedicado à discussão sobre o estatuto científico da Linguística. Para isso, os autores do capítulo procuraram fornecer uma visão tradicional de ciência como guia de sua abordagem. Para tanto, a observação dos fatos linguísticos teria uma centralidade metodológica, conforme podemos observar no seguinte trecho: “[...] a linguística tende a ser empírica, e não especulativa ou intuitiva, ou seja, tende a basear suas descobertas em métodos rígidos de observação” (MARTELOTTA, 2012, p. 20). Com o intuito de fornecer à Linguística um caráter científico incontestado, os autores do capítulo inicial vinculam metodologicamente as descobertas a um procedimento rígido de observação, como podemos constatar no trecho a seguir: “a maioria dos modelos linguísticos contemporâneos trabalha com dados publicamente verificáveis por meio de observações e experiências”¹⁶. Os aspectos especulativos e intuitivos que também compõem o fazer científico foram desconsiderados ou, pelo menos, omitidos.

Com o intuito de possibilitarmos as análises a partir das categorias escolhidas anteriormente no presente estudo, tomamos por convenção as teorias linguísticas da seguinte forma: (A) Estruturalismo; (B) Gerativismo; (C) Funcionalismo e (D) Teorias da Enunciação.

¹⁶ Martelotta (2012, p. 20) op cit.

4.1.2 Componente (ii) no M1

4.1.2.1 *Características das teorias (A)*

Fragmento 2

“Entretanto, essas escolas, de um modo ou de outro, apresentam concepções e métodos que implicam o reconhecimento de que a língua é uma estrutura, ou sistema, e que é tarefa do linguista analisar a organização e o funcionamento de seus elementos constituintes” (MARTELOTTA, 2012, p.113).

“Por possuírem características semelhantes e obedecerem a certos princípios de funcionamento, essas unidades constituem um todo coerente, coeso (MARTELOTTA, 2012, p.113)”.

“O desenvolvimento da linguística estrutural representa um dos acontecimentos mais significativos do pensamento científico do século XX. [...] Esse modelo, [...], apresenta a linguagem como um sistema articulado, uma estrutura em que, tal como no jogo de xadrez (analogia abundantemente utilizada por Saussure), o valor de cada *peça* não é determinado por sua materialidade, ele não existe em si mesmo, mas é instituído no interior do jogo” (MARTELOTTA, 2012, p.114).

Quanto ao Estruturalismo (A), o autor do capítulo faz comparações sobre a emergência da teoria com fatos marcantes no início do século, bem como dá pistas associativas para situar a corrente Estruturalista na história. O autor do capítulo procurou dar um destaque à teoria analisada, mas não esclarece sequer em nota de rodapé termos importantes para a compreensão de qualquer teoria linguística como, por exemplo, “elementos constituintes” e “modelo”. O não detalhamento de termos-chave como esses indicia uma violação à Máxima da Quantidade, ou seja, não houve informações suficientes para esclarecer o dito principalmente para leitores de primeira viagem nos mares da Linguística.

O Estruturalismo compreende que a língua é sistematicamente organizada. A língua é definida como um fato social e abordada como um sistema. Nesta perspectiva, a língua passa a ser inserida em uma dimensão de estudo que problematiza suas características a partir de uma análise semelhante às ciências sociais, como assinalamos anteriormente. Dessa forma, a tarefa do linguista corresponde a de alguém que tem a necessidade de compreender os fenômenos da linguagem a partir das normas que os indivíduos internalizam intuitiva e abstratamente. Para isso, o autor faz analogias com a dinâmica e as combinações lógicas do jogo de xadrez ao jogo jogado com a língua com a primazia da forma (estrutura) sobre a substância.

4.1.2.2 Características das teorias (B)

Fragmento 3

“Ao longo desse meio século, o gerativismo passou por diversas modificações e reformulações, que refletem a preocupação dos pesquisadores dessa corrente em elaborar um modelo teórico formal, inspirado na matemática, capaz de descrever e explicar abstratamente o que é e como funciona a linguagem humana” (MARTELOTTA, 2012, p.127).

Neste fragmento, observamos que o autor explicita a relação direta do Gerativismo com a Matemática. Essa relação seria de causar estranhamento ao estudante do curso de Letras, posto que ambas as disciplinas estivessem em polos opostos de acordo com o senso comum. A antipatia pelo Gerativismo poderia ser gerada entre os estudantes de Letras exatamente por aproximação descrita entre a área de saber de sua preferência com a área de saber da qual desses estudantes vêm fugindo desde sempre.

Por conseguinte, as “diversas modificações e reformulações” pelas quais passou o Gerativismo em “meio século” poderiam indicar uma tentativa de afastar o estudante de Letras dessa teoria por ela ser tão complicada quanto à Matemática que a teria inspirado, conforme o fragmento. A presença de termos técnicos sem muitas explicações, a exemplo de “modelo teórico formal”, permite-nos constatar a violação a duas Máximas Conversacionais: a de Modo e a de Quantidade. Poderia ter dito o que disse de um modo mais claro e didático e de modo mais informativo, sobretudo para um leitor debutante na área. Certamente essa dupla violação não nos parece fortuita. Ela poderá ter um rebatimento futuro na construção de uma percepção negativa da teoria na cabeça dos iniciantes do curso de Letras por parecer confusa na terminologia e na prática de pesquisa, haja vista ter passado por “diversas modificações e reformulações” em tão pouco tempo.

Fragmento 4

“A linguística gerativa foi inicialmente formulada como uma espécie de resposta e rejeição ao modelo behaviorista de descrição dos fatos da linguagem, modelo esse que foi dominante na linguística e nas ciências de uma maneira geral durante toda a primeira metade do século XX” (MARTELOTTA, 2012, p.127).

O Fragmento 4 nos informa que o Gerativismo surgiu como uma teoria que se opôs a outra vigente durante a metade do Século XX a Teoria Behaviorista. Detectamos aqui uma violação à Máxima da Quantidade, ou seja, não houve informações suficientes relativas ao Behaviorismo necessárias para situar o leitor no confronto de teorias no qual foi metido pelo

autor. A falta de dedicação de um espaço maior à explicitação dos fundamentos daquela teoria citada, nem em nota de rodapé, nos parece bem proposital. Seria importante para o iniciante receber, ainda que de forma superficial, dados sobre essa corrente teórica e assim poder compreender o porquê Behaviorismo ter sido rejeitado e merecer uma resposta do Gerativismo. A omissão de noções preliminares sobre o Behaviorismo também pode ser percebida como uma atitude carregada de Pressuposto (pp) marcado linguisticamente pela expressão “[...] resposta e rejeição ao modelo behaviorista”. Os substantivos “resposta” e “rejeição” confirmam a ocorrência do (pp).

O objetivo do autor do fragmento em análise talvez tenha sido deixar no recém-estudante da área a falsa percepção de que o Gerativismo apenas teria focado seu esforço teórico em combater uma teoria menor, inexpressiva, e não em propor explicações plausíveis para o funcionamento da linguagem, pretensão central em toda teoria de linguagem. Em outras palavras, sutilmente o autor não dá a devida atenção ao Gerativismo por não concentrar o foco no que realmente deveria uma teoria de linguagem fazer.

Fragmento 5

“Chomsky chegou a afirmar, inclusive, que a *criatividade* é o principal aspecto caracterizador do comportamento linguístico humano, aquilo que mais fundamentalmente distingue a linguagem humana dos sistemas de comunicação animal” (MARTELOTTA, 2012, p.128).

Ao afirmar o protagonismo da “criatividade” na caracterização do comportamento linguístico das pessoas, o autor do capítulo coloca esse aspecto como fundamental, porém não adiciona explicações outras sobre a relevância da “criatividade” para a linguagem, violando a Máxima da Quantidade, pois diz menos do que é requerido para sustentar um importante postulado da teoria gerativa. O autor não fornece maiores informações sobre como acontece esse processo na mente do falante e sobre como o falante demonstraria essa “criatividade” ao falar. O aposto explicativo apresentada na sequência não nos parecera esclarecedor suficiente para quem dá os primeiros passos no mundo da ciência da linguagem.

A inserção do conectivo “inclusive”, antes da afirmação de Chomsky sobre o papel essencial da criatividade na linguagem humana, permite-nos identificar um pressuposto (pp) linguisticamente marcado de dúvida ou de, pelos menos, questionamento sobre o valor da criatividade tal como defendido na teoria em foco. Deixa o autor do capítulo nas entrelinhas

do operador argumentativo “inclusive” um exagero ou um equívoco observacional de Chomsky. Sobre a compreensão do trecho pelo leitor-estudante, é possível que paire a dúvida sobre a centralidade da “criatividade” proposta pela teoria gerativista. Outra vez, haveria uma crítica velada ao modelo apresentado que somada às outras colaborariam todas elas para uma construção de uma imagem pouco positiva por parte de quem acaba de acessar informações sobre um modelo que lhe é desconhecido.

Atribuir à “criatividade” o “principal aspecto caracterizador” é pressupor (pp) a existência de outros aspectos próprios do Gerativismo. Contudo, o autor não se preocupa em apontar quais são tais outros aspectos com os detalhes necessários para que o leitor iniciante entenda a essência da teoria. Esta omissão de informações importantes pode ser categorizada como violação à Máxima da Quantidade, que não ocorre, certamente, por um acaso ou “descuido não intencional” do autor.

Fragmento 6

“Para Chomsky, a capacidade humana de falar e entender uma língua (pelo menos), isto é, o comportamento linguístico dos indivíduos, deve ser compreendida como o resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e, portanto, interna ao organismo humano (e não completamente determinada pelo mundo exterior, como diziam os behavioristas), a qual deve ser radicada na biologia do cérebro/mente da espécie e é destinada a constituir a competência linguística de um falante. Essa disposição inata para a competência linguística é o que ficou conhecido como faculdade da linguagem” (MARTELOTTA, 2012, p.129).

Considerando que a base dos postulados do Gerativismo guarda uma relação de proximidade com outras ciências que perscrutam a mente humana, as chamadas ciências cognitivas, o autor do capítulo, para reforçar os fundamentos chomskyanos duplicando a mesma ideia no trecho do Fragmento, a fim de convencer o leitor pela reiteração de informações sem acréscimos significativos. A repetição meramente retórica é uma violação à Máxima da Quantidade, já que não há novas informações expostas, apenas paráfrases sobre o mesmo tema.

4.1.2.3 Características das teorias (C)

Fragmento 7

“O funcionalismo é uma corrente linguística que, em oposição ao estruturalismo e ao gerativismo, se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (MARTELOTTA, 2012, p.157).

Em se tratando do funcionalismo, a autora do Fragmento 7 parece querer sustentar três informações importantes que coloca essa corrente teórica em um lugar privilegiado em relação a duas outras. Então vejamos:

- O funcionalismo está em oposição ao Estruturalismo e ao Gerativismo;
- As três teorias são concorrentes entre si;
- O funcionalismo é uma teoria mais ampla que as duas citadas no fragmento, porque acolhe o estudo da estrutura e do uso da língua, enquanto as outras os separa.

Ainda que esse lugar privilegiado do funcionalismo enquanto teoria de estudo da linguagem não esteja explicitado sistematicamente, é possível enxergá-lo nas entrelinhas do fragmento. Ao afirmar que os usos da linguagem devem conduzir a análise dos fatos linguísticos, a autora parece querer fazer o leitor crer que na tese da “primazia dos usos”, a virtude da teoria pela grande força explicativa, posto que os dados são coletados da fala real dos usuários e suas análises seriam as mais próximas da realidade. Por conseguinte, as teorias ou paradigmas que não defendem essa primazia, analisando dados imaginários ou colhidos em situações ideais, como fazem o Gerativismo e o Estruturalismo, não teriam o mesmo rigor científico que o funcionalismo. Para nós, fica clara a pretensão velada, por isso a produção de um Ato de Fala Indireto, de atribuir superioridade explicativa de fenômenos linguísticos importantes, ao modo funcionalista de fazer ciência oposição ao que fariam teorias linguísticas como Estruturalismo e Gerativismo que se focam na estrutura da língua ou na competência inata de seu usuário respectivamente. Embora com poucas leituras na área, o estudante que acessa o Fragmento 7 pode chegar a essa conclusão e acolher o Ato de Fala Indireto presente ao trecho em tela.

Fragmento 8

“[fundamentos funcionalistas] concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade” (MARTELOTTA, 2012, p.157).

Neste fragmento, direcionamos nossa atenção ao seu último trecho, que afirma estar a teoria funcionalista alinhada “à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade”. Estar alinhado a tendências tem sido sem dúvida uma vantagem comparativa, pois confere ao alinhado um caráter de modernidade, atualização e inovação, características muito valorizadas e desejadas no mundo contemporâneo. Consequentemente, as teorias que não estejam alinhadas a tendências hodiernas estariam, por exclusão, obsoletas e desabilitadas a explicar os fenômenos que pretendem.

Fragmento 9

“É a universalidade dos usos a que a linguagem serve nas sociedades humanas que explica a existência dos universais linguísticos, em contraposição à postura gerativista, que considera que os universais derivam de uma herança linguística genética comum à espécie humana” (MARTELOTTA, 2012, p.158).

O manual como um todo dedica um espaço significativo à teoria funcionalista, constituindo o maior número de páginas dedicadas à exposição desta teoria¹⁷, além de a maioria dos autores e autoras dos capítulos serem praticantes dos postulados da corrente que é voltada para a análise da linguagem em seus variados usos. Esse grande espaço reservado a tal teoria nos deixa imaginar a existência de um direcionamento, somada à ênfase que os autores e organizador do manual dão ao funcionalismo é apresentado como uma teoria que contempla vários aspectos das demais teorias concorrentes, fato este que a tornaria uma superteoria. Ao número de páginas maior dedicado ao Funcionalismo, poderíamos até mesmo classificar essa decisão como uma violação à Máxima Conversacional da Quantidade. Esta classificação só pode ser feita se compararmos o número de páginas dedicadas às outras teorias em um Manual de Introdução a um campo do saber, que, por definição, deveria apresentar um panorama do maior número possível das teorias que fazem parte de um dado campo de conhecimento. Em nosso caso, da Linguística.

As teorias, em sua essência, possuem a intenção de ter seus métodos validados pela comunidade científica em que está inserida. No caso do manual em tela, há notadamente uma intenção de destacar o Funcionalismo em detrimento das demais teorias. Numa perspectiva mais ampla, poderíamos classificar essa intenção como um macro Ato de Fala, cuja força

¹⁷ A média das páginas dedicadas a cada teoria é de 14,5 páginas. À Teoria Funcionalista foram concedidas 17 páginas para a exposição e comentários.

ilocucional é dar relevo à teoria que o organizador e a maior parte de seus colaboradores de produção do Manual comungam.

Fragmento 10

“[...] frisamos mais uma importante característica do funcionalismo: a visão de que a linguagem não constitui um conhecimento específico, como propõem os gerativistas, mas um conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas integradas ao resto da psicologia humana. Assim, a visão funcionalista de cognição assume que a linguagem reflete processos gerais de pensamento que os indivíduos elaboram ao criarem significados, adaptando-os a diferentes situações de interação com outros indivíduos. Ou seja, os conceitos humanos associam-se à época, à cultura e até mesmo a inclinações individuais caracterizadas no uso da linguagem” (MARTELOTTA, 2012, p.158).

Nota-se, no capítulo dedicado ao Funcionalismo, uma ruptura radical com o Gerativismo, mas também uma busca de incorporar alguns conceitos da cognição e da psicologia humana. A complexidade do fenômeno linguístico na visão do Funcionalismo constitui um aspecto da linguagem a ser considerado nas análises. Com isso, o autor do Fragmento 10 assume indiretamente que uma teoria não pode prescindir de uma abordagem heterogênea no trato com a linguagem. Nesse sentido, ao ampliar a análise linguística para os usos no interior das sociedades, os funcionalistas possibilitariam a criação de canais de diálogos com outras áreas do saber, pois buscam integrar vários aspectos envolvidos na produção da linguagem humana. Essas interfaces com diferentes áreas do saber reforçam a imagem que se deseja construir sobre o Funcionalismo como uma “*super teoria*”. Repete-se aqui o fenômeno pragmático apontado nos Fragmentos 8 e 9, qual seja, a produção do Ato de Fala Indireto, que perspicazmente argumenta em favor do poder explicativo do Funcionalismo.

4.1.2.4 Características das teorias (D)

Quanto às **Teorias Enunciativas**, o M1, não possui um só capítulo que aborde a referida corrente teórica. Dessa maneira, este manual alija os estudantes de conhecerem as características e histórico de uma das correntes teóricas mais populares atualmente no Brasil e em alguns outros países do mundo. O manual deixa assim de contribuir para a compreensão mais completa do quadro teórico que constitui os estudos da linguagem hoje. Sem acesso a essa vertente dos estudos linguísticos, os estudantes ficam impedidos de escolher essa teoria e abraçá-la como farol teórico de suas pesquisas de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso de

graduação ou até mesmo de ventilar desenvolver um projeto para se submeter à seleção de mestrado por desconhecer o solo teórico da enunciação.

A ausência de um capítulo dedicado às Teorias Enunciativas, a nosso ver, constitui um grave problema deste manual, haja vista que essa falta faz a publicação infringir o princípio mais importante na ciência que é a isonomia de exposição das principais teorias empregadas pelos pesquisadores de um determinado campo do saber.

4.1.3 Componente (iii) no M1

4.1.3.1 *Críticas gerais e/ou específicas às teorias(A)*

Fragmento 11:

“Um sistema que não apresenta qualquer manifestação material, que não seja expresso por algum tipo de substância, não desperta qualquer interesse científico, uma vez que não pode ser investigado” (MARTELOTTA, 2012, p.115).

Não resta dúvida que o Fragmento 11 traz uma dura crítica ao Estruturalismo enquanto teoria linguística, que “não apresenta qualquer manifestação material” não poderia arvorar para si “qualquer interesse científico”, dado que “não pode ser investigado”. Não obstante o desprezo do autor para com o método racionalista dedutivista que fundamenta o Estruturalismo e, por essa razão, cogita a possibilidade da razão humana ser suficiente para deduzir conclusões válidas sem a necessidade do investigar uma substância material exaustivamente, o autor afirma que só há interesse ou valor científico, um fenômeno que demonstrar materialidade. Aplicando aos trechos do Fragmento 11 o conceito pragmático de Pressuposição (pp), que é uma de nossas ferramentas de análise, chegamos aos seguintes raciocínios:

- **POSTO:** “Um sistema que não apresenta qualquer manifestação material”;
- **PRESSUPOSTO:** “todo sistema (teórico) deve ser manifestado materialmente”.
- **CONCLUSÃO:** o sistema teórico estruturalista não tem fundamento científico, porque não tem dados materiais analisáveis.

Observamos a crença do autor do enunciado na premissa da necessidade de todo sistema teórico ser ou ter manifestação material, e isso seria uma regra ou uma condição essencial para que qualquer sistema teórico seja considerado científico. A oração subordinada adjetiva restritiva (“que não apresenta qualquer manifestação material”)

expressa bem a concepção de fazer científico válido do seu autor. Logo, o Estruturalismo não teria fundamento científico por não analisar dados concretos.

Na sequência, encontramos outro enunciado que corrobora coerentemente para com o ponto de vista expresso pelo autor, qual seja, a afirmação posta que traz subjacente uma outra pressuposta.

- **POSTO:** “um sistema que não desperta interesse científico não pode ser investigado”;
- **PRESSUPOSTO:** “todo sistema para ser investigado deve despertar interesse científico”;

A premissa “só pode investigar coisas um sistema (teórico) que despertar interesse” é a base para desqualificar todos os sistemas teóricos que fazem investigação de modo diferente da forma do autor fazê-la. Outra significação inferível da expressão “despertar interesse científico” poderia ser “ter valor ou caráter científico”. Teorias que não têm como objeto de investigação materialidades ou substâncias não gozariam de valor ou caráter científico, logo não mereceriam o status de científicas.

Fragmento 12:

“[...] apresenta uma perspectiva demasiadamente formal acerca do fenômeno linguístico, restringindo a tarefa do pesquisador, ao descrever uma língua, à classificação dos segmentos que aparecem nos enunciados do corpus e à identificação das leis de combinação de tais segmentos. As ideias de Bloomfield apresentam uma oposição às ideias mentalistas que defendiam que a fala deveria ser explicada como um efeito dos pensamentos (intenções, crenças, sentimentos) dos sujeitos falantes (MARTELOTTA, 2012, p.125).

Não há dúvida de que advérbios acrescentam avaliações e qualificações de quem os utilizam. No caso, o advérbio “demasiadamente”, que foi inserido no interior do primeiro enunciado do Fragmento 12, revela a opinião do autor sobre a abordagem excessivamente formal que teria disso adotada pelo Estruturalismo. A crítica repousa no excesso de formalidade e não apenas no fato de ser formal, pois o Funcionalismo defendido pelo autor também é formal, mas o seria na medida certa.

Outra crítica evidente ao Estruturalismo está na expressão “restringindo a tarefa do pesquisador” à investigação de formalidades da língua, tais como “à classificação dos segmentos que aparecem nos enunciados do corpus e à identificação das leis de combinação de tais segmentos.” Mas a teoria estruturalista tem como escopo anunciado fazer esse tipo de investigação e não outro. Incoerente e por isso criticável seria o Estruturalismo se promettesse investigar partes da língua que, na prática, não o faria. O Ato de Fala indireto,

portanto, corresponde a informação subentendida subjacente a essa crítica de restrição de investigação a poucas coisas ou a coisas pouco significativas é que ‘uma teoria deveria ser mais abrangente, abarcar mais fenômenos da língua’. Essa é outra premissa que pode também ser discutível.

Enfim, a crítica ao Estruturalismo tal como assim feita deixa a desejar e visa desanimar possíveis pesquisadores a desejarem escolher essa corrente teórica para realizar suas investigações científicas. Assim, acreditamos que uma teoria apresentada sem “beleza” no poder explicativo restrito não produz resultados esperados. A consequência é o desinteresse e a rejeição por parte daqueles que estão iniciando sua trajetória acadêmica, o leitor de manual.

4.1.3.2 *Críticas gerais e/ou específicas às teorias(B)*

Fragmento 13:

“[...] Chomsky apresentou uma radical e impiedosa crítica à visão comportamentalista da linguagem sustentada pelos behavioristas [...] chamou a atenção para o fato de um indivíduo humano sempre agir criativamente no uso da linguagem, isto é, a todo momento, os seres humanos estão construindo frases novas e inéditas, ou seja, jamais ditas antes pelo próprio falante que as produziu ou por qualquer outro indivíduo” (MARTELOTTA, 2012, p.128).

Notemos que no Fragmento 13 a crítica reportada é do Gerativismo ao Behaviorismo e não do autor do capítulo do manual ao Gerativismo. Isso ele o fará mais adiante. Observamos uma clara violação à Máxima da Qualidade ao exagerar no volume de adjetivos subjetivos e radicais, além de “impiedosa”, usados para descrever a forma de Chomsky criticar o Behaviorismo. A falta de maiores explicações sobre tais críticas, o que seria uma outra violação, desta vez à Máxima da Quantidade, pois não há qualquer exemplo que pudesse ilustrar no que consistiram os supostos radicalismo e impiedade na crítica gerativista destilada contra a teoria do estímulo resposta.

Se considerarmos essa violação à Máxima da Qualidade um ato pensado estrategicamente pelo autor do capítulo, temos o caso de Implicatura Conversacional. Ou seja, a ausência de explicações sobre a crítica do Gerativismo contra o Behaviorismo tinha como objetivo mostrar a fragilidade da própria crítica gerativista. O efeito provocado no leitor poderia ser de desconforto contra o Gerativismo por não apresentar provas ou debate teórico com argumentos claros e sólidos contra os supostos equívocos presentes na Teoria Behaviorista. Deixar o leitor com a sensação de ter o Gerativismo produzido uma crítica vazia pode ser uma estratégia de criticar a própria Teoria Gerativa. O nível de construção sutil

dessa imagem negativa não pode ser provado, pode apenas ser cogitado, considerando que a corrente teórica defendida pelo organizador do manual e pela maioria de seus convidados a escrever capítulos é a funcionalista, notadamente adversária do Gerativismo no mercado de teorias linguísticas.

Fragmento 14:

“Era (e ainda é) preciso descrever exatamente como é essa faculdade, como ela funciona e como é possível que ela seja geneticamente determinada se as línguas do mundo parecem tão diferentes entre si” (MARTELOTTA, 2012, p.130).

No trecho acima fica claro o tom de dúvida que envolve as palavras milimetricamente escolhidas para criticar o Gerativismo. O verbo “ser” no passado “Era”, o enunciado corretivo entre parêntese “e ainda é”, o advérbio “exatamente” e a expressão inteira “se as línguas do mundo parecem tão diferentes entre si” evidenciam essa dúvida lançada disfarçadamente. Submetendo duas afirmações do trecho acima à categoria da Pressuposição (pp), teríamos os seguintes raciocínios:

- **POSTO (P):** a faculdade da linguagem não fora ainda descrita (pelo Gerativismo);
- **PRESSUPOSTO (PP):** era e é preciso que se descreva essa faculdade exatamente.
- **CONCLUSÃO:** o Gerativismo não é uma teoria explicativa do fenômeno da linguagem.

Outro trecho do Fragmento 14 que submetemos à Teoria da Pressuposição é o final (“como é possível que ela seja geneticamente determinada se as línguas do mundo parecem tão diferentes entre si.”).

- **POSTO:** a grande diferença entre as línguas do mundo é uma prova de que elas não seriam geneticamente determinadas.
- **PRESSUPOSTO:** não se pode ir de encontro a uma verdade óbvia: a de que as línguas são diferentes entre si e por isso não podem ser determinadas geneticamente.
- **CONCLUSÃO:** a tese da determinação genética das línguas defendida pelo Gerativismo cai diante do fato de as línguas serem muito diferentes entre si.

Eis a crítica habilidosa do autor ao Gerativismo baseando-se num princípio defendido pelo Funcionalismo que é a pluralidade linguística. Um gerativista diria que as línguas são em sua essência determinadas geneticamente, naquilo que a origina, ou seja, na estrutura profunda. Na superfície de sua manifestação, haveria sim espaço para variações que permitiriam interpretações como as de cunho funcionalista.

Todavia, o autor do Fragmento 14 não deu ao leitor a chance de acesso a uma possível resposta a ambos os questionamentos que submetemos à categoria da Pressuposição. Por que não o fez? Foi um mero esquecimento ou uma estratégia de desqualificação? Em um debate ao vivo entre gerativistas e funcionalistas, a ausência de respostas a essas questões, de fato, fragilizaria o Gerativismo. Todavia, trata-se de um texto escrito no qual há possibilidade de inserção de respostas a essas indagações. Em um Manual de Introdução espera-se que se garanta espaço suficiente para respostas a questionamentos como esses de forma que o leitor possa ter acesso ao contraditório e comece a perceber a complexidade das teorias que buscam explicar o funcionamento da linguagem verbal.

Fragmento 15:

“[...] O mais importante deles é o próprio Chomsky, mas existem muitos estudiosos que dele discordam e acabam formalizando modelos alternativos, que às vezes divergem crucialmente do modelo chomskyano [...] no entanto não se deve traçar um sinal igual entre Chomsky e o gerativismo. É muito comum encontrarmos gerativistas que não são chomskyanos, apesar de que, quase sempre, ser chomskyano significa ser gerativista” (MARTELOTTA, 2012, p.130).

Ainda tecendo observações acerca do Gerativismo, o autor instaura uma desvinculação estranha, mas factual, entre gerativistas chomskyanos dos não chomskyanos. Mais uma vez, sem dar detalhes, o autor revela uma discórdia interna entre adeptos da mesma teoria. Sabemos que disputas internas são flagrantes de desunião, vestígio de inconsistência e prenúncio de ruptura. Logo, haveria algo de errado com a teoria assim constituída, como sugerem as palavras destacadas no início deste fragmento 15: “Existem muitos estudiosos que dele discordam e acabam formalizando modelos alternativos, que às vezes divergem crucialmente do modelo chomskiano”, como sugerem as palavras destacadas em negrito ressaltam a confusão que caracterizaria essa teoria. O autor produz um Ato de Fala de desqualificação da teoria gerativa não ficando nas entrelinhas do trecho. Antes a desqualificação é reiterada pelos termos e palavras citadas. Não há pressupostos. Há

postos, ou seja, asserções construídas para provocar o efeito de sentido claramente expresso pelo autor: o gerativismo é uma teoria confusa. Daí, levar o leitor debutante na área a concluir que não deve adotá-la é inevitável.

4.1.3.3 *Críticas gerais e/ou específicas às teorias(C)*

Fragmento 16

“Em oposição à corrente linguística que focaliza o estudo da linguagem enquanto expressão do pensamento, os funcionalistas de Praga enfatizaram o caráter multifuncional da linguagem, ressaltando a importância das funções expressiva e conotativa, entre outras, além da referencial” (MARTELOTTA, 2012, p.161).

O autor do capítulo, que faz observações sobre a **corrente funcionalista**, inicia a apresentação da teoria por uma oposição a outra teoria. Coloca-se claramente em rota de colisão com o Estruturalismo e mostra-se mais amplo e abrangente do que essa corrente, quando se denomina de ‘multifuncional’ no tocante à ênfase que confere ao estudo da linguagem. A corrente estruturalista ocultada no trecho só pode ser inferida se o leitor souber que cidade de Praga mencionada foi o lugar em que se desenvolveu fortemente uma vertente do Estruturalismo Saussureano com Roman Jakobson e Nicolai Trubetzkoy. A inexistência de menção à teoria a que o Funcionalismo se opõe constitui uma violação à Máxima da Quantidade. Um leitor iniciante na Linguística terá muita dificuldade de fazer essa inferência.

Como vemos, não há crítica. Há uma apresentação do escopo do Funcionalismo com destaque para seu caráter “multifuncional” no que tange ao estudo da linguagem e relevância de se estudar as funções que a linguagem possui.

Fragmento 17

“Vale destacar a recente aproximação entre a linguística funcional e a linguística cognitiva, representada por antigos gerativistas, como Ronaldo Langacker (1991). George Lakoff (1987), e ainda por psicolinguistas, como Michael Tomasello (1999) e John Taylor (1995), que também rejeitam a tese da autonomia da sintaxe, proposta pela gramática gerativa, e propõem a incorporação das dimensões sociais e cognitivas nos estudos linguísticos” (MARTELOTTA, 2012, p.165).

A recorrência a vários outros estudiosos da linguagem, inclusive filiados a outra teoria como a Linguística Cognitiva, é uma estratégia pragmática para desqualificar o Gerativismo. Esses vários pesquisadores “rejeitam a tese da autonomia da sintaxe, proposta pela gramática gerativa, e propõem a incorporação das dimensões sociais e cognitivas nos

estudos da linguagem”. Ora, o pressuposto é que: se eles que são estudiosos respeitados na comunidade acadêmica refutam a tese fundamental do Gerativismo, a autonomia da sintaxe sobre os demais níveis de manifestação linguística, quem seria o insano a se opor a eles? Tais pesquisadores renomados não só desaprovam essa tese gerativista como corroboram a favor da tese funcionalista, qual seja: incorporar as dimensões sociais e cognitivas nos estudos da linguagem, como pode ler na sequência do Fragmento 17. Novamente invoca-se aqui um pressuposto parecido com o anterior que subjaz a essa afirmação: se são autoridades científicas que aprovam o princípio do estudo multidimensional da linguagem, quem vai contrariá-los?

Com o intuito de conseguir adeptos à teoria funcionalista, os seus teóricos possibilitaram uma articulação com alguns pressupostos da teoria gerativa. Pelo menos em parte. O que o autor procura mostrar é que no interior do próprio gerativismo surgiram rupturas epistêmicas que abriram uma dimensão dialogal com a perspectiva funcionalista no trato com a linguagem. Ou seja, a vertente cognitiva, herdeira de várias discussões dos gerativistas, não desprezou a influência dos fatos sociais ao buscar estudar a linguagem em suas múltiplas manifestações. De certa forma, a crise instaurada entre as teorias cria um espaço para o surgimento de outra forma de abordagem teórica, seguindo a linha de estudo kuhniana, esse período é caracterizado como de “ciência extraordinária”. Ao se estabilizar, podemos afirmar que ocorre o período da “ciência normal”, pois outro paradigma emerge numa discussão conflitiva.

Construindo uma espécie de cinturão de autoridades científicas em prol da corrente funcionalista usando a estratégia de ataque aos princípios do Gerativismo, a autora leva, sub-repticiamente, os leitores debutantes deste manual a considerarem positivamente às concepções funcionalistas.

4.1.3.1 *Críticas gerais e/ou específicas às teorias(D)*

A Teoria da Enunciação não foi explorada por Martelotta em seu *Manual de Linguística*. Podemos inferir que tal lacuna se deva ao fato de não ter a teoria despertado o interesse do funcionalista. Essa postura possivelmente representa um prejuízo para os neófitos na carreira acadêmica.

4.1.4 Componente (iv) no M1

4.1.4.1 *Avanços e/ou recuos legados pelas teorias(A)*

Fragmento 18

“À geração seguinte coube observar mais detalhadamente como o sistema se estrutura [...]. O desenvolvimento da linguística estrutural representa um dos acontecimentos mais significativos do pensamento científico do século XX (MARTELOTTA, 2012, p.114).

Um dos legados relevantes do Estruturalismo se refere ao trato que o método de análise da Linguística deu a partir da categoria de estrutura e que foi aplicado com determinado rigor científico às demais áreas do saber. O fragmento 18 indicia essa característica ao expressar o termo ‘à geração seguinte’ como uma população acadêmica beneficiada com os achados da teoria. O autor do capítulo enuncia a importância que a teoria estruturalista representou para a configuração do status científico atribuído à Ciência da Linguagem. Atribuir ao Estruturalismo uma grande significação ao pensamento científico é apontar e reconhecer o avanço que esta corrente teórica exerceu na cientificidade principalmente para as Ciências Humanas em sua fase de consolidação metodológica, pois apenas para as Ciências Naturais e as Ciências Exatas era concedido o status de cientificidade à época. Portanto, o vetor metodológico possibilitado pelo Estruturalismo indicou um possível avanço aos estudos da linguagem, além de retirar a incipiente ciência Linguística do ostracismo.

Ao buscar compreender melhor esse fenômeno, aplicamos a categoria de análise da pressuposição ao enunciado central deste fragmento, como o faremos a seguir, teremos:

Posto: “[...] linguística estrutural representa um dos acontecimentos mais significativos do pensamento científico do século XX”;

Pressuposto: ‘Há outros acontecimentos significativos para o pensamento científico do século XX’.

Conclusão: O Estruturalismo deu sua contribuição à Ciência, logo ele é uma teoria importante para a Ciência.

Em linhas gerais, o Estruturalismo foi apresentado como um passo relevante para os estudos da Linguística e das Ciências Humanas em geral. Seus limites teórico-metodológicos não foram considerados insuficientes ao ponto de descredenciá-lo como modelo válido para análise da linguagem. Sua procura por um traçado metodológico consistente, a sincronia, e a delimitação clara de seu objeto de investigação, a língua, possibilitou uma compreensão mais

profunda do fenômeno da linguagem. Dessa forma, a Linguística de base estruturalista possibilitou um legado para as gerações futuras ao apresentar um método organizado nas análises das partes constituintes de um todo estruturado. Ou seja, no intuito de compreender o todo, caberia ao pesquisador à necessidade de estabelecer uma relação constitutiva entre suas partes. Nesse aspecto, os fundamentos de filosofia analítica de caráter pragmático aplicado à discussão sobre a linguagem e seus usos não correspondeu a uma preocupação necessária para o Estruturalismo linguístico saussuriano.

4.1.4.2 *Avanços e/ou recuos legados pelas teorias(B)*

Fragmento 19

“Chomsky revitalizou concepção racionalista dos estudos da linguagem (...) essa disposição inata para a competência linguística é que ficou conhecida como faculdade da linguagem” (MARTELOTTA, 2012, p. 129).

“Para procurar descrever a natureza e o funcionamento da GU, os gerativistas formularam uma teoria chamada *de princípios e parâmetros*. Essa teoria possui pelo menos duas fases: a fase da teoria da regência e da ligação (TRL), que perdurou por toda a década de 1980, e o programa minimalista (PM), em desenvolvimento desde o início da década de 1990 até o presente” (MARTELOTTA, 2012, p.135)

Um aspecto a ser constatado na apresentação da teoria pode estar relacionado com a inclusão de determinada categoria teórica e a sua provável mutação conceitual o que podemos inferir que ela está na fase de mudanças, procurando estratégias de permanência de seus pressupostos básicos. A inclusão de outras formas de manifestação da teoria está na discussão sobre os princípios e parâmetros. Isto pode nos revelar que no seio da própria teoria existem indivíduos preocupados com a sua permanência e seu progresso na comunidade acadêmica. Para isso, não abrem mão das possibilidades de criarem situações de questionamentos críticos para manterem a corrente teórica atualizada. Nesse sentido, alguns conceitos, ao ser questionados os aspectos da teoria, não são abandonados em sua totalidade. Eles são ressignificados num *continuum* permanente. Dessa maneira, o autor cria um espaço no desenvolvimento da teoria entre os pesquisadores. No desenvolvimento da teoria tem a necessidade de ampliar as discussões e inserir novos problemas com abordagens inovadoras e que convençam aos pesquisadores a buscarem nesse caminho uma possibilidade de ampliarem o alcance da teoria, bem como possa responder a novos problemas suscitados no percurso da corrente teórica.

Ao afirmar que a discussão permanece na contemporaneidade, o autor do capítulo que os leitores infiram a informação de que, apesar das críticas que o Gerativismo vem recebendo,

ainda permanecem os seus postulados ativos no espaço acadêmico. Nesse sentido, o autor não explicita as maneiras pelas quais as duas fases do Gerativismo possibilitaram sua permanência no meio acadêmico, violando, assim, a Máxima da Quantidade. Ao afirmar essa constatação da permanência da teoria, ele induz aos novos pesquisadores a também se filiarem a essa postura teórica face ao interesse que ainda desperta entre os alunos.

4.1.4.3 *Avanços e/ou recuos legados pelas teorias(C)*

Fragmento 20

“O funcionalismo é uma corrente linguística que (...) se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas”. [...] “Assim, a abordagem funcionalista apresenta não apenas propostas teóricas distintas acerca da natureza geral da linguagem, mas diferentes concepções no que diz respeito aos objetivos da análise linguística, aos métodos nela utilizados e ao tipo dos dados utilizados como evidência empírica” (MARTELOTTA, 2012, p.157)

Quanto aos avanços da abordagem funcionalista feita no M1, a autora, logo no início, assume a perspectiva de oposição às teorias anteriores. Entretanto, como podemos inferir, ela identifica o funcionalismo como uma postura teórica que abarca vários princípios existentes em outras correntes. Assim, o foco analítico dessa teoria está na relação com os usos das línguas nos mais variados contextos comunicativos. Como se considera os usos nas análises da linguagem na abordagem funcionalista, a própria teoria tem a necessidade de uma abertura metodológica em suas formas de investigar a multiplicidade da linguagem com outras teorias. Ou seja, o alcance de sua capacidade explicativa possui uma necessidade predicativa para os fenômenos da linguagem em uso com abordagens diferentes da que assumida pelos seus adeptos.

Neste trecho do fragmento 20, a autora viola a Máxima da Quantidade ao não explicitar maiores detalhes quanto os elementos da oposição aos seus leitores do Funcionalismo em relação ao Estruturalismo e ao Gerativismo. Nessa perspectiva, as duas teorias deixam de se preocupar com os aspectos da relação da estrutura gramatical e os contextos de usos. Por essa razão, entre outros motivos, é que a teoria que se opõe a outras deve ter um sistema predicativo mais articulado do que as teorias concorrentes. Esse critério, segundo Putnam (1974), é o que garante a força de teorias alternativas poderem assumir a

característica de falsearem as outras que são suas opositoras. Dessa forma, a hipótese falseadora de derrubada das teorias de Popper (1974) é endossada.

Ainda, no trecho do fragmento 20, a autora faz menção aos atributos da teoria funcionalista que de certa forma evidencia essa postura teórica como a mais adequada perante as antecessoras por observar as características de cientificidade: “diferentes concepções [...] métodos analisados [...] dados com evidências empíricas” (MARTELOTTA, 2012). Isso credencia o funcionalismo, segundo a autora, a se afirmar como a postura teórica que responde aos seus problemas de pesquisa, e, também, possui a possibilidade de contemplar as problematizações de outras teorias.

Fragmento 21

Sendo assim, a língua não constitui um sistema autônomo, independente do comportamento social, ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas (MARTELOTTA, 2012, p.158).

Outro aspecto relevante na apresentação do Funcionalismo no M1 está no fato de que a teoria não abandona, nem torna heréticos, os conceitos trabalhados anteriormente. Mas, de forma inteligente e articulada com o paradigma atual, procura estender os significados e convertê-los como elementos fundadores dos pressupostos atuais, a exemplo do conceito de universais linguísticos, conceito tão central para o Gerativismo, e o da autonomia do sistema linguístico, presente no Estruturalismo: “É a universalidade dos usos a que a linguagem serve nas sociedades humanas que explica a existência dos universais linguísticos, em contraposição à postura gerativista [...]” (MARTELOTTA, 2012, p 158). Entretanto, o funcionalismo necessita ter seu lugar e autonomia perante os postulados anteriores. Ao mesmo tempo em que declara enfaticamente a oposição às teorias que não consideram os usos como fatores relevantes no trato com os fenômenos da língua, possibilita na atualidade uma interconexão com as diretrizes de teorias mais abertas ao diálogo funcionalista.

Fragmento 22

“[...] essas propostas opõem o funcionalismo às abordagens que não se interessam pela atuação de fenômenos externos à estrutura das línguas (como o estruturalismo e o gerativismo); por outro lado, elas contrastam diferentes visões funcionalistas, opondo modelos mais antigos, que focalizam as funções associadas à organização interna do sistema linguístico (como na fonologia de Praga, por exemplo), a modelos mais recentes, que consideram as funções que a linguagem pode desempenhar nas situações comunicativas, dando maior ou menor peso aos aspectos cognitivos relacionados à comunicação” (MARTELOTTA, 2012, p.158-159).

Para o Funcionalismo, os fenômenos que interessam se relacionam com as situações comunicativas e seus usos. Dessa forma, a corrente funcionalista vai procurar identificar nas demais teorias a presença de seus princípios. Essa identificação se relaciona com os métodos e os dados a serem analisados nos respectivos campos de atuação das teorias. Nesse sentido, a autora viola a Máxima de Modo ao supergeneralizar a aplicação da teoria aos demais fenômenos da linguagem que são estudados nas demais correntes sem explicitar como esse processo acontece e é desenvolvido. Isto implica, inclusive, numa visão inclusivista da teoria funcionalista diante das demais. A autora explicitamente viola a Máxima da Relevância ao descrever que o Funcionalismo é herdeiro dos pressupostos de outra corrente que possui uma história própria no seio da Linguística, principalmente na demarcação de seu caráter científico: “[...], o funcionalismo surge como um movimento particular dentro do estruturalismo, enfatizando a função das unidades linguísticas” (MARTELOTTA, 2012, p.159). Fato relevante é a questão de o funcionalismo ser abordado como uma corrente teórica de continuidade. Essa estratégia busca inserir a teoria num *continuum* e, ao mesmo tempo, deixar aberta a possibilidade de ampliar o número de adeptos de correntes anteriores, pois, em certa medida, a oposição declarada é modalizada pela exposição de contribuição dos pressupostos funcionalistas aos princípios teóricos e metodológicos de análises anteriores.

Nessa linha de raciocínio, a autora do capítulo sobre a teoria funcionalista, viola a Máxima da Relevância, mais uma vez, descrevendo uma extensão metodológica dos princípios do funcionalismo ao estruturalismo:

[...] Mathesius antecipou uma concepção funcional da sentença, que deu origem, mais tarde, à teoria da perspectiva funcional da sentença, um tipo de análise em termos da informação transmitida pela organização das palavras (MARTELOTTA, 2012).

Além do mais, ela não explicita com clareza como a organização das sentenças na organização das palavras impactaram numa nova abordagem, com isso, ela também viola a

Máxima da Quantidade ao dizer menos do que é requerido na conversação, deixando seu leitor/ouvinte num vácuo hermenêutico.

Fragmento 23

[...] na Escola de Londres, sobretudo, através das ideias de Michael K. Halliday. A teoria funcional de Halliday, que surge na década de 1970, está centrada em um conceito amplo de função, que inclui tanto as funções de enunciados e textos quanto as funções de unidades dentro de uma estrutura. A postura de Halliday reflete também a influência do linguista inglês John Firth, para quem a linguagem deve ser considerada parte de um processo social (MARTELOTTA, 2012, p.162).

Percebemos um avanço contínuo da teoria funcionalista no capítulo em que ela é abordada de maneira mais ampla que as demais. A autora busca convencer com seus argumentos o leitor, ao inserir questões que fazem parte do arcabouço de teorias predecessoras e que possuem rebatimentos nos princípios do funcionalismo. Com isso, conforme assinalamos anteriormente, os seguidores de paradigmas anteriores, se reconhecem na teoria atual e, ao atualizarem seus problemas com novo enfoque, podem aderir à “nova” perspectiva de sua teoria. Essa atividade representa uma atitude proselitista do funcionalismo.

Um dos objetivos visíveis no texto que trata da teoria funcionalista está na perspectiva de ampliar os limites teóricos e, sobretudo, metodológicos para outras abordagens, pois, na maioria da apresentação das teorias no M1, há exercícios de fixação com os exemplos ligados ao uso da teoria em contextos específicos, além da inclusão de teóricos oriundos de outras teorias que não se limitam aos aspectos constitutivos iniciais das teorias que representam.

Conforme anunciamos anteriormente, o M1 não inseriu as discussões em torno das teorias enunciativas ou da enunciação no rol das correntes teóricas tratadas na obra que foi organizada por ele. Agindo dessa forma, os estudantes de Letras e/ou Linguística foram alijados pelo organizador do manual, sem que pudessem se manifestar, diante de uma missão epistêmica relevante para o confronto das abordagens na área acadêmica.

4.1.4.4 Avanços e/ou recuos legados pelas teorias(D)

Conforme já assinalamos, o M1 omite uma exposição para as Teorias Enunciativas (D) na composição de sua obra. De acordo com o que vimos discutindo esse aspecto poderá ser prejudicial para os neófitos dos cursos científicos na área de Letras e Linguística, pois não possibilitarão uma visão explicativa dos fatos linguísticos de uma forma mais democrática.

4.1.5 Síntese da Análise do M1

Após analisar as categorias do M1, com base nos pressupostos de estudos, percebemos em sua estrutura uma divisão que privilegiou diversas abordagens que dialogam entre si, tendo a corrente funcionalista como guia. Esse traço heterogêneo é característico da perspectiva da abordagem que analisa as tramas da linguagem em uso nas diversas funções da comunicação humana. Dessa maneira, o perfil funcionalista conduz as discussões da maior parte do manual, além, de ‘forma subentendida’, garante sua presença nas variadas estratégias do M1 ao descrever e exemplificar as correntes teóricas da linguística. Inclusive, o Estruturalismo e o Gerativismo os inserem numa cesteira de investigação aberta a novos pesquisadores: “[...] pretendemos cumprir essa tarefa [introduzir leitores na linguística], buscando estimular o estudante a fazer reflexões sobre a natureza e o funcionamento da linguagem, através de uma abordagem instigante” (MARTELOTTA, 2012). Assim, a perspectiva de conduzir os leitores na dimensão dos estudos da linguagem em uso já estar presente nas motivações iniciais do M1.

No corpo da obra, percebemos uma forma de inserir o leitor numa atmosfera mais conciliadora em relação aos objetivos tradicionais que são esperados por um manual. O organizador não apresenta receitas prontas para se compreender os fatos linguísticos. Entretanto, buscou conduzir as discussões das teorias a partir do viés funcionalista que guiou a maioria das apresentações e discussões das correntes no manual: “o livro tenta conciliar algumas informações de caráter tradicional, buscando dialogar com outros manuais já publicados de conteúdo semelhante” (MARTELOTTA, 2012, p.14).

Dessa maneira, M1 além de se dedicar a um engenho difícil de selecionar as informações na área do conhecimento dos fenômenos da linguagem que possam dialogar com as perspectivas da linguística na atualidade, ele incluiu outras disciplinas afins, a exemplo da fonoaudiologia e comunicação social, como beneficiadas com os achados linguísticos. Isso cria uma expectativa diante dos alcances da ciência linguística para outras áreas, além de demonstrar aos alunos um apoio de uma obra de relevância que ultrapassa os limites teóricos dos estudos da linguagem.

Nesse aspecto, segundo a autora do capítulo, o Funcionalismo¹⁸ europeu se mostrou como uma oposição teórica, em alguns aspectos, ao Estruturalismo e ao Gerativismo. Surgiu, assim, um comum movimento particular dentro do Estruturalismo ganhando maior projeção na Escola de Praga em 1926 pelo linguista tcheco Vilém Mathesius (MARTELOTTA, 2012). Em se tratando da corrente teórica guia do manual, notamos uma retomada das discussões sobre os pressupostos funcionalistas no tempo em virtude de se ter uma tradição que consolide a teoria diante das demais inseridas no conjunto dos textos selecionados no manual. No corpo do texto, a autora também faz menção aos estudos discursivos e pragmáticos relacionados com as perspectivas da função e do uso, a fim de mostrar ao leitor a dimensão inclusiva da teoria funcionalista diante das demais.

Como a autora, em linhas gerais, assume uma visão dos fatos linguísticos ancorados na perspectiva funcionalista, dedica prioridade a esta abordagem. A teoria, segundo ela, mesmo focando seus elementos analíticos na discussão da linguagem, buscou fazer uma oposição à dimensão “hermética” do Estruturalismo e ao provável “determinismo” gerativista. Dessa forma, essa corrente buscou dar um enfoque dinâmico aos elementos estruturais presentes na linguagem ao buscar compreender a função das unidades linguísticas. Com isso, o Funcionalismo irrompe como uma releitura de vários aspectos defendidos pelo movimento estruturalista. Os fatos linguísticos analisados na ótica estrutural não são descartados na abordagem dos funcionalistas. O que vai diferenciar as abordagens será o trato diante da perspectiva analítica está numa dimensão dinâmica dos usos. Enfim, quando enfatiza as unidades linguísticas, o autor se ancora numa análise da estrutura da linguagem. Entretanto, o que lhe interessa é assumir os usos que fazemos das múltiplas formas de linguagem presentes nas relações humanas. Ao inserir a perspectiva funcionalista numa corrente que se relaciona com fatos históricos, a autora do texto atribui de forma mais ampla o início das análises baseadas nos princípios funcionalistas.

Como o autor/organizador do M1 e a maior parte dos autores dos capítulos possuem uma identificação conceitual e, sobretudo, metodológica com a dimensão funcionalista, ele busca estender sua abrangência para outras maneiras de se compreender as funções da linguagem: “O funcionalismo também se faz representar em algumas outras correntes linguísticas pós-saussurianas na Europa no século XX”. (MARTELOTTA, 2012, p.14). De

¹⁸ Autora do capítulo: Angélica Furtado da Cunha, Doutora em Linguística pela UFRJ e professora dessa disciplina na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tem dois pós-doutorados nos Estados Unidos com a orientação de Sandra Thompson. Coordenadora do Grupo de Estudos Discurso & Gramática da UFRN.

certa forma, a corrente funcionalista vai se expandindo numa perspectiva mais global. Essa dimensão de aceitabilidade nos vários continentes sugere o aspecto dialogal da teoria com outras ciências ao demonstrar um desenvolvimento sem possíveis rejeições.

Conforme já citamos em nossa análise, o viés que estrutura e organiza o coletivo das abordagens possui uma identificação teórico-metodológica com os pressupostos funcionalistas. A autora, para reforçar seu argumento de autoridade, procura ambientar os estudantes numa trajetória de análise situada no tempo. Cita os estudos funcionalistas nos anos setenta do século XX com a adesão de um grupo holandês liderado por Simon Dik e seus seguidores: “No final da década de 1970, o linguista holandês Simon Dik e seus seguidores desenvolveram um modelo de sintaxe funcional em que as funções em uma sentença são analisadas em três níveis distintos” (MARTELOTTA, 2012, p.15).

Na sequência, a autora mostra a extensão das discussões das análises linguísticas na direção funcionalista na literatura norte-americana. Já quanto à aceitação no cenário nacional, o autor relaciona a ascensão da teoria a partir da criação de grupos de pesquisa que sedimenta um potencial catalisador diante das múltiplas orientações teóricas, inclusive abarcando a perspectiva da psicologia na reflexão dos fenômenos linguísticos. Em se tratando do panorama brasileiro, a autora procurou mostrar haver intersecções teóricas da abordagem funcionalista e outras correntes, a exemplo do cognitivismo, como *modus operandi* para se interpretar e compreender os aspectos constituintes dos funcionamentos dos tópicos morfossintáticos. Nesse sentido, através das constantes intersecções teóricas e metodológicas possibilitadas pelo funcionalismo, os pesquisadores vão recriando as perspectivas de análise do fenômeno linguístico a partir de uma abertura às múltiplas diversidades de orientações de se estudar o fenômeno linguístico.

Assim, compreendemos que a formação de um grupo de pesquisa constitui uma das formas de apresentar a teoria para uma comunidade específica de membros os quais buscam elaborar conexões com outros pressupostos de ciências diversas. No manual, o funcionalismo é apresentado como uma vertente teórica de matriz europeia e norte-americana, com ênfase nos tópicos de informatividade, iconicidade, gramaticalização, entre outros. Um dos indicativos da expansão da teoria funcionalista pode ser aferido pela tradução de trabalhos em território nacional. A nosso ver, isso representa um interesse em mostrar aos iniciantes dos estudos linguísticos uma imersão numa área de pesquisa científica que está consolidada no plano nacional e internacional, como, por exemplo, a receptividade do estudo de Rodolfo

Ilari referente à Perspectiva funcional da frase portuguesa, que se insere “na linha dos estudos da Escola de Praga” (MARTELOTTA, 2012, 165).

Para Martelotta (2012), após a afirmação da Linguística como ciência, se fez necessário a reivindicação da autonomia perante as demais ciências como uma estratégia relevante no processo demarcatório de cientificidade. Nesse sentido, a relação de subordinação com outras áreas do conhecimento, a exemplo da Filosofia através da Lógica, tem que ser ultrapassada pela constante utilização de aspectos formais próprios que os estudos linguísticos poderiam apresentar. Todavia, a diferenciação da Linguística diante de outras expressões das demais áreas do conhecimento contribui mais para uma aproximação em face de uma improvável exclusão.

A atitude de contrastar o campo de atuação pode até possibilitar a necessidade de uma relação de complementaridade entre a Ciência Linguística e as demais áreas do conhecimento. Sendo assim, as interfaces criadas com as outras ciências servem para ampliar os alcances dos fatos linguísticos e suas possíveis aplicações à vida dos sujeitos em sociedade. Nesse aspecto, a centralidade comunicativa entre os indivíduos representa o aspecto que possibilita as mais variadas interseções. Seja com a sociologia (linguagem e sociedade), na filosofia (linguagem e realidade), e, na psicologia (linguagem e mente), entre outras, os caminhos percorridos indicam como o fenômeno linguístico pode ser explorado por outras ciências. O que pode diferenciar é a concepção específica de natureza da linguagem, o foco dado aos mais variados aspectos, além dos objetivos e da metodologia adotada que podem indicar a dificuldade de uma precisão na delimitação de fronteiras.

Assim, podemos considerar os propósitos comunicativos do M1 como uma organização textual que tem a pretensão de homogeneidade dos conteúdos linguísticos, a qual faz usos de uma estratégia narrativa para buscar influenciar aos “neófitos” da ciência da linguagem na condução de uma postura teórica centralizadora das discussões, tendo a teoria funcionalista como elemento vetor das discussões e posteriores pesquisas.

Para tanto, os autores dos capítulos do M1, em linhas gerais, buscaram dar um destaque aos teóricos da corrente funcionalista norte-americana para apresentar os aspectos conceituais mais relevantes desta teoria. Ao fazer determinadas opções por certos teóricos, os autores dos capítulos buscam legitimar suas escolhas científicas pela supervalorização de tais teorias e até mesmo pelo apagamento de outras, tal como fizeram ao não incluir as Teorias da Enunciação em um Manual da área cujo princípio de escrita é apresentar de modo geral e democrático as correntes teóricas de uma dada Ciência. Em outras palavras, a seleção das

teorias que vão constar no Manual e o modo como os manualistas as expõem podem influenciar os estudantes em formação a construírem representações positivas, negativas e até a ignorarem as teorias omitidas naquele livro introdutório. Além disso, essas estratégias (inserir apenas algumas teorias, conceder mais espaço a certas teorias e apresentar mais críticas a teorias discordantes da sua) podem se configurar como formas de fortalecer a teoria com a qual trabalha o manualista, divulgá-la para com isso conseguir mais pesquisadores adeptos e aumentar o prestígio de tal teoria.

O prestígio de uma dada teoria é um fator essencial à consagração de bolsas e verbas para desenvolver ainda mais os grupos de pesquisa que operam com aquele paradigma. Com isso, as novas gerações de pesquisadores vão sendo envolvidas por um programa teórico de investigação científica que amplia seus espaços de poder e influência nas comunidades de pesquisadores.

4.2 ANÁLISE DO MANUAL 2 (M2)

O M2 é composto por dois tomos que foram organizados pelo linguista José Luiz Fiorin (USP). O organizador reuniu um grupo de pesquisadores e pesquisadoras de várias linhas teóricas para escreverem os capítulos, sendo ele também autor. Praticamente, a totalidade deles vinculados à Universidade de São Paulo (USP). Na apresentação dos volumes, o organizador faz questão de informar ao leitor que um dos objetivos da obra é, entre outros, apresentar um “[...] pequeno conjunto de conceitos e mostra-se como o aluno opera com eles” (FIORIN, 2015, p.9). Segundo o organizador dos dois módulos, sua obra tem como intento tratar os objetos teóricos da Ciência da Linguagem. Os assuntos tratados vão dos aspectos mais básicos da comunicação humana até os cinco principais temas teóricos que a Linguística tem por objeto de estudos: a língua, a competência linguística, a variação linguística, a mudança linguística e os usos da linguagem. Esse estudioso optou por incluir no rol dos autores e autoras dos capítulos apenas os que atuam na Linguística no Brasil. Entre os argumentos usados pelo organizador para uma seleção dos que foram abordados em seus dois volumes introdutórios está a necessidade de oferecer aos alunos iniciantes nos cursos de Letras uma visão de conjunto do fenômeno linguístico (FIORIN 2015, p.8).

A obra organizada por Fiorin (2015; 2016), entretanto, não se limita às questões de análises puramente linguísticas, mas vai além delas. Ele reconhece que existe uma estreita ligação entre a ciência linguística em geral e a literatura. Essa aproximação possibilitaria,

segundo ele, uma visão completa, orgânica, do fenômeno da linguagem sem alijar aos estudantes uma compreensão mais ampla de seu objeto de análise. De acordo com sua visão, as duas disciplinas fazem parte de um todo orgânico: Linguística e Teoria da Literatura. Por isso, o primeiro Tomo de sua obra abrange as discussões que orbitam na Linguística, enquanto o segundo foca as discussões referentes à Teoria Literária e as Literaturas.

A organização da obra em dois tomos seguiu um percurso metodológico de apresentação dos conceitos mais básicos ou rudimentares da Ciência Linguística até às discussões contemporâneas sobre a linguagem e a comunicação humana, conforme quadro a seguir:

Quadro 11: divisão dos capítulos do M2

Tomo I: objetos teóricos		
Capítulos	Assunto	Autor(es)
Cap. 1	Aborda a linguagem humana na perspectiva não prescritiva. Ênfase na dimensão descritiva e explicativa	Margarida Petter
Cap. 2	Discute-se o problema da comunicação humana	Diana Pessoa de Barros
Cap. 3	Aborda a Teoria dos signos e as maneiras de interpretar o mundo.	José Luiz Fiorin
Cap. 4	Objeto teórico I: Langue	Antonio Vicente Pietroforte
Cap. 5	Objeto teórico II: a competência linguística	Esmeralda Negrão Ana Scher Evani Viotti
Cap. 6	Objeto teórico III: a variação linguística	Ronald Beline
Cap. 7	Objeto teórico IV: a mudança linguística	Paulo Chagas
Cap. 8	Objeto teórico V(i): o uso (vertente pragmática)	José Luiz Fiorin
Cap. 9	Objeto teórico V(ii): o uso (vertente discursiva)	Luiz Tatit
Cap. 10	Trata do problema da aquisição da linguagem	Raquel Santos
Tomo II: princípios de análise		
Capítulos	Assunto	Autor (es)
Cap.1	Fonética	Paulo Chagas de Souza Raquel Santana Santos
Cap.2	Fonologia	Paulo Chagas de Souza Raquel Santana Santos
Cap.3	Morfologia	Margarida Maria Taddoni Petter
Cap.4	Sintaxe	Esmeralda Vailati Negrão Ana Paula Scher

		Evani de Carvalho Viotti
Cap.5	Semântica Lexical	Antônio Vicente Seraphim Pietroforte Ivã Carlos Lopes
Cap.6	Semântica Formal	Ana Lucia de Paula Müller Evani de Carvalho Viotti
Cap.7	Pragmática	José Luiz Fiorin
Cap.8	Estudos do discurso	Diana Luz Pessoa de Barros

Quadro 12: autores/as dos capítulos do M2

Autor/Autora	IES	Linha Teórica
Margarida Maria Taddoni Petter	USP	Sociolinguística
Diana Luz Pessoa de Barros	USP	Semiótica
José Luiz Fiorin	USP	Teoria Enunciativa
Antonio Vicente S. Pietroforte	USP	Teoria Enunciativa
Esmeralda Vailati Negrão	USP	Gerativismo
Ana Paula Scher	USP	Gerativismo
Evani de Carvalho Viotti	USP	Gerativismo
Ronald Beline	USP	Gerativismo
Paulo Chagas de Souza	USP	Fonologia, Morfologia, Semântica
Luiz Tatit	USP	Semiótica
Raquel Santana Santos	USP	Fonologia, Psicolinguística
Ivã Carlos Lopes	USP	Epistemologia das Ciências da Linguagem
Ana Lucia de Paula Müller	USP	Semântica

4.2.1 Componente (i) no M2

4.2.1.1 *Concepção de Ciência*

Fragmento 24

Um curso de Letras é o lugar onde se aprende a refletir sobre os fatos linguísticos e literários, analisando-os, descrevendo-os e explicando-os. A análise, a descrição e a explicação do fato não podem ser feitas de maneira empírica, mas devem pressupor reflexão crítica bem fundamentada teoricamente (FIORIN, 2015, vol. 1, p.7).

Pensamos que um iniciante na Linguística precisa saber o que é a ciência da linguagem, saber que há outras formas de estudar as línguas, que vão além do prescritivismo que hoje invade os meios de comunicação, saber que a Linguística pretende descrever e explicar os fenômenos linguísticos; (...) Em suma, o que se pretende num curso de Introdução à Linguística é que o aluno se aproprie de conceitos, para que possa operar, de maneira científica, com os fatos da língua (FIORIN, 2015, p.8).

O Organizador do M2 demonstra uma preocupação em explicar aos alunos iniciantes de Letras a visão descritiva e explicativa dos fatos linguísticos e literários. Nesse aspecto, podemos perceber notadamente a violação à Máxima da Qualidade, pois o autor não necessitaria incluir as questões referentes aos aspectos literários em razão de sua exposição de que a Literatura faz uso das palavras em seu percurso. Por essa razão, a Máxima de Modo também é violada. Pela construção do trecho, o leitor, logo no início da obra, tende a enxergar uma dicotomia Linguística X Literatura. Já no Prefácio, o organizador conduz a apresentação da obra numa perspectiva racionalista, sem dar espaço para que a postura prescritivista domine as apresentações teóricas. Com isso, ele viola a Máxima de Quantidade por não fornecer maiores detalhes de como sua prática científica se afasta dessa postura, nem o faz ao menos por uma nota de rodapé. Dessa maneira, ele deseja argumentar a favor de um modelo de ciência a partir do uso de um Ato de Fala Indireto a fim de persuadir seu leitor a aderir a sua perspectiva analítica. Assim, o efeito ilocucionário poderá vir a ser satisfeito se os alunos se apropriarem dos conceitos e, diante dos exercícios apresentados, puderem fazer as operações científicas de analisar, descrever e explicar da forma desejada pelo organizador do M2. Essa estratégia poderia possibilitar reconhecer que o manual de uma dada maneira estaria buscando dialogar com os alunos por meio da retomada dos conteúdos inseridos nos exercícios constantes no final de cada capítulo.

Quanto a sua afirmação de não considerar os aspectos empíricos na investigação dos fatos linguísticos, isso demonstra parecer existir uma identificação com a perspectiva racionalista da ciência que valoriza os aspectos da abstração em detrimento dos experimentais. Ainda de acordo com sua intenção revelada no Fragmento 24, o autor apenas informa aos leitores que devem abordar os fatos linguísticos a partir de uma postura teórica. Entretanto, ao não citar sob qual direção teórica deveria seguir, ele viola a Máxima da Quantidade por deixar o leitor confuso e sem informações necessárias para compreender o percurso da teoria a ser escolhida. Nesse tópico, percebemos, à luz da pressuposição, uma construção argumentativa que necessitaria de maiores esclarecimentos diante do postulado exposto. Vejamos:

- **(P)** fatos linguísticos e literários são analisados, descritos e explicados sem a perspectiva empírica;
- **(PP)** para serem considerados como ciência os fatos linguísticos e literários devem pressupor reflexão crítica bem fundamentada teoricamente;

- **CONCLUSÃO:** tratar os fatos linguísticos e literários como científicos exige o afastamento da perspectiva empírica e a adoção do Racionalismo como via necessária e suficiente para estudar o fenômeno língua de modo verdadeiramente científico e assim contribuir para o progresso das ciências.

Como a visão assumida do autor parece indicar que a ciência não deva possuir marcas prescritivas, ele faz uma advertência e procura inserir os estudantes nos caminhos de uma nova metodologia de análise, seguindo um modelo de operações conceituais: analisar, descrever, explicar. Com essa perspectiva, o autor viola a Máxima da Quantidade, uma vez que não detalha como os aspectos empíricos ficariam de fora das análises dos fatos linguísticos, considerando que não foi explicitado como se processaria tal dimensão. Essa afirmativa, ainda que, em algumas análises, os aspectos teóricos sejam predominantes, não nos permite afirmar que há uma tentativa clara de excluir a dimensão empírica de observação da linguagem como válida nos estudos da linguagem.

Nesse aspecto, a condução do manual se apresenta como um instrumento para que os estudantes compreendam a língua a partir da visão de cientificidade compartilhada pelo organizador da obra. Portanto, a estratégia de convidar um grupo de autores e/ou autoras para escrever os capítulos pode representar uma característica a mais para a aceitação na comunidade acadêmica no sentido de mostrar uma heterogeneidade de abordagens. Tal estratégia, por outro lado, pode camuflar uma visão proselitista, pois, em sua maioria, como assinalamos, os pesquisadores e pesquisadoras comungam de uma mesma linha teórica e são em grande número de uma mesma instituição, a Universidade de São Paulo.

O autor, ao afirmar a necessidade de os alunos conhecerem os conceitos para saberem operar com os fatos linguísticos, apresenta um recurso inferencial em que se reconhece a vertente heterogênea para se estudar a ciência da linguagem e, ao mesmo tempo, indica, através das múltiplas formas de estudo, que não há uma exclusividade teórico-metodológica responsável por essa questão.

Dessa forma, o modo pelo qual é apresentada a ciência Linguística demonstra uma preocupação com os aspectos das línguas naturais a partir de uma visão descritivista, sem se ater aos aspectos de valores: “[...] A Linguística, portanto, como qualquer ciência, descreve seu objeto como ele é não especula nem faz afirmações sobre como a língua deveria ser”

(FIORIN, 2016, vol. I p. 21). Assim, a sua postura acadêmica permite que lhe seja concedida a possibilidade teoricamente de circunscrever seu objeto de análise, sem procurar apresentar modificações em sua manifestação.

Aplicando ao trecho a seguir, ainda do Fragmento 26, a categoria da pressuposição: “Pensamos que um iniciante na Linguística precisa saber o que é a ciência da linguagem, saber que há outras formas de estudar as línguas, que vão além do prescritivismo que hoje invade os meios de comunicação”, encontramos as seguintes afirmações pressupostas, além da posta:

- **(P)** o iniciante em linguística precisa saber o que é ciência da linguagem;
- **(PP1)** o iniciante em linguística não tinha conhecimento do que seria a ciência da linguagem;
- **(PP2)** o iniciante não sabe o que é a ciência da linguagem;
- **(PP3)** o iniciante só estuda a língua por estudos prescritivos;
- **(PP4)** que o predominante hoje é o ensino prescritivo da Ciência da Linguagem.

Na sequência do fragmento, identificamos ainda um novo pressuposto: que o aluno necessita se apropriar dos conceitos antes de trabalhar com os fatos da língua.

- **CONCLUSÃO:** uma das formas mais eficientes de apresentar a Ciência da Linguagem está nos espaços onde ela é tratada seletivamente por um grupo de pessoas “iluminadas” que desvendam os segredos dos fatos linguísticos para os neófitos e, dessa forma, possibilitam-lhes o privilégio de conhecerem os mistérios da língua da forma mais científica possível.

Nesse entendimento, o que é posto corrobora os objetivos do autor do M2 no sentido de apresentar aos estudantes de Letras a Ciência da Linguagem que lhes é tão desconhecida. O que ratifica sua atitude de preparação para os neófitos na área está presente no pressuposto do trecho, ou seja, aos leitores da obra introdutória o conhecimento teórico que lhes credencia a operar os conceitos da Ciência da Linguagem necessita serem apresentados e estudados pelos demais estudantes.

Portanto, caberia aos neófitos irem além da visão dominante na época que era o prescritivismo. Esses aspectos de abertura aos estudos da linguagem revelariam a multiplicidade de abordagens a que o fenômeno linguístico poderia ser submetido para abarcar a variedade de manifestação fenomenológica própria do objeto de estudo, além de

possibilitar ao aluno a compreensão de que as teorias se situam numa perspectiva de debate permanente na busca de compreensão de parte da realidade dos fatos linguísticos.

No circuito da progressão científica, caberia ao estudante conhecer o ponto de vista alheio a fim de erigir sua fundamentação e estabelecer um debate no interior dos pressupostos teóricos e entender como o problema foi abordado, sem, com isso, rotular o outro ponto de vista como distorção do real. Assim, os estudantes são inseridos na atmosfera de permanente discussão teórica, a além de fortalecerem o entendimento que o contraditório não é um aspecto secundário para o progresso científico. Essa característica representa uma das maiores potencialidades para transformar o mundo acadêmico num espaço permanente de construção e reconstrução de saberes.

Fragmento 25

Nosso propósito é levar os estudantes a entrar no universo de uma análise com vocação científica, mostrando a eles que a ciência não é a verdade, mas é uma explicação provisória da realidade, e que o debate, a contradição e o conflito são inerentes ao fazer científico (FIORIN, 2015, p. 8).

[...] No primeiro volume, vimos que a Pragmática é a ciência do uso linguístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística (FIORIN, 2016, p. 161).

[...] Já a eliminação das marcas de enunciação do texto, ou seja, da enunciação enunciada, produz efeitos de sentido de objetividade. Como o ideal de ciência que se constitui a partir do positivismo é a objetividade, o discurso científico tem como uma de suas regras constitutivas a eliminação de marcas enunciativas (FIORIN, 2016, 179).

Com essa estrutura argumentativa, percebemos uma violação à Máxima da Qualidade no aspecto contraditório em se tratando do papel atribuído às atividades de caráter empírico as quais possuem uma estreita relação com os aspectos de análise da linguagem que possibilitariam sua falseabilidade, no sentido proposto por Kuhn. Todavia, o autor não explica aos leitores que a dimensão explicativa provisória dos achados científicos é corroborada pelas experiências práticas que os usuários desempenham ao longo da vida.

Intentando conduzir os estudantes a serem “vocacionados às análises científicas”, o autor pratica um Ato de Fala Ilocucionário com efeito de convencimento dos neófitos a assumirem determinada uma postura epistêmica flexível por ser o conhecimento científico provisório e não fixo.

Ainda nesse fragmento 25, o autor faz questão de ratificar o que ele defendeu no vol. I de sua obra, ao explicitar o aspecto científico como elemento guia de inserção dos estudantes

no campo das pesquisas linguísticas. Reforça a ideia da presença do contraditório, da disputa como fator identificador da cientificidade do objeto pesquisado. Para exemplificar, ele cita o modos de análise de fenômenos da linguagem feita pela Pragmática. Já em relação à enunciação, o autor faz ressalvas quanto a sua inclusão nos ramos de pesquisa científica, em face da ausência de uma objetividade mais explícita, já que a enunciação mostra os vestígios do contexto que são elementos ameaçadores da universalidade e previsibilidade de fatos. Assim, ele viola a Máxima da Quantidade por não aprofundar a afirmação, o que pode gerar dúvidas nos leitores que desconhecem ainda os meandros dos termos e concepções enunciativas.

A Inferência permite a criação de um movimento de produção de sentidos entre o autor/falante e o leitor/ouvinte a partir de uma troca cooperativa de ações linguísticas. Nesse aspecto, o autor assume uma visão de ciência onde há espaço para o debate e a contradição. Provavelmente, para o organizador da obra as teorias Enunciativas não possuem uma relevância para a efetivação da objetividade científica por não possibilitarem uma linguagem o mais imparcial possível, pois o seu objeto de análise possui um destaque quanto à dimensão das subjetividades das pessoas que, pela linguagem, enunciam.

Em se tratando dos aspectos que são discutidos pela teoria da pressuposição, tendo como base nosso fragmento, podemos afirmar que:

- **(P)** o ideal de ciência que se constitui a partir do positivismo é a objetividade;
- **(PP)** será considerada teoria científica aquela que apresentar marcas de objetividade;
- **(P1)** o discurso científico tem como uma de suas regras constitutivas a eliminação de marcas subjetivas e, por conseguinte, enunciativas;
- **(PP1)** quanto mais o discurso científico eliminar as marcas subjetivas/enunciativas, mais se aproximará da cientificidade desejada.
- **CONCLUSÃO:** possivelmente, o autor do manual não atribuirá, conforme veremos mais adiante, uma perspectiva científica às Teorias Enunciativas, em virtude de não possuírem os traços de objetividade requeridos à ciência. Como os aspectos das relações entre as pessoas da enunciação conduzem as discussões dos princípios da teoria, eliminando, por esse motivo, uma visão mais neutra da interação, não correspondem aos requisitos para a manifestação da

objetividade científica. Entre outros motivos de natureza organizacional, os organizadores de manuais procuram em seus textos anatematizar outras posturas teóricas com os mesmos argumentos utilizados para as credenciarem como objetivas.

4.2.2 Componente (ii) no M2

4.2.2.1 *Características das teorias (A)*

Fragmento 26

Saussure considerou a linguagem "heteróclita e multifacetada", pois abrange vários domínios; é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica; pertence ao domínio individual e social; "não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade" (1969: 17) (FIORIN, 2015, p. 14).

A língua é para Saussure "um sistema de signos" - um conjunto de unidades que se relacionam organizadamente dentro de um todo. É "a parte social da linguagem", exterior ao indivíduo; não pode ser modificada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade (FIORIN, 2015, p. 14).

[...] As análises Linguísticas efetuadas, até os anos 1950, pelos seguidores de Saussure, na Europa, e dos norte-americanos Bloomfield e Harris conformavam-se à teoria descritivista, que julgava a descrição dos fatos suficiente para explicá-los (FIORIN, 2015, p. 21).

[...] O estruturalismo tratou a morfologia como uma questão fundamental, ao valorizar a descrição da diversidade das línguas, evidenciada pela grande diferença morfológica. (FIORIN, 2016.p. 75).

Ao pontuar a dimensão “complexa e heteróclita” da linguagem, o autor apresenta possivelmente uma face do pensador genebrino que instiga, em certa medida, as demais disciplinas científicas a se preocuparem também com os achados desse fato linguístico. Isso nos leva a vislumbrar que o fato da língua não possuir a característica de mudança no Estruturalismo poderia constituir numa assertiva baseada no Ato de Fala Indireto cuja intenção é mostrar que essa teoria concebe a língua dentro de uma forma.

Ao caracterizar o Estruturalismo como uma teoria que possuía abertura também para outras formas de saber, e, amparada nas concepções de Saussure, compreendemos que ela passou a vigorar com certo grau de aceitabilidade e rigor. A formalidade excessiva deixa a teoria isolada diante da perspectiva da inserção de outras abordagens. Como o modelo de ciência em que se baseavam os estruturalistas estava focado no descritivismo, as críticas a essa teoria focaram esse aspecto, pois, mesmo à época do surgimento do Estruturalismo, não era suficiente descrever a realidade para depois decompô-la em unidades de um sistema ou de

uma estrutura e assim entender um dado fenômeno. Necessitava, sim, desenvolver uma inteligibilidade dos fatos de forma mais ampla.

Ainda no Fragmento 26, percebemos a ocorrência de violação à Máxima de Modo, pois o autor afirma categoricamente vários dos postulados defendidos pelos seguidores de Saussure e não explicita como eles foram recepcionados na comunidade acadêmica. Há vagueza nas informações constantes no trecho. Da forma que está dito, o leitor não encontra neste Fragmento do manual uma crítica clara e discutível de pontos problemáticos do Estruturalismo.

Ao afirmar que a linguagem está inserida nos dois domínios (individual e social) sem que sejam dadas as devidas informações de como isso de fato acontece, o autor deixa o leitor com uma carga de informações superior ao necessário. De acordo com as categorias de análise que adotamos para examinar os manuais selecionados, isto constitui uma violação à Máxima da Quantidade. Para o autor, a característica mais relevante da teoria estruturalista é ser a língua estruturada em signos. Possivelmente, esse aspecto será aprofundado mais adiante, o que nos autoriza a inferir que no manual introdutório, acontece uma seletividade de conteúdos que interessam aos organizadores. O que é conhecido das teorias é representado mais por uma coletânea de pontos de vista do que por uma visão panorâmica das teorias da linguagem. Como outros aspectos da convivência humana também fazem parte das discussões da vida social e a teoria estruturalista não abarca essa possibilidade, o autor reconhece, então, que a própria teoria não conseguiu responder satisfatoriamente a compreensão do fenômeno linguístico na sua totalidade.

Ao analisarmos o trecho pelo viés do fenômeno da pressuposição, identificamos que o autor apresenta aos iniciantes nos estudos linguísticos uma visão limitada de língua. Dessa maneira, o estudante não consegue enxergar nessa teoria uma via de mudança epistemológica para apresentar sua versão sobre a compreensão da língua. Sendo “sistema de signos”, “a parte social da linguagem” e imutável a teoria estruturalista não despertaria no estudante um interesse de investigação. Essa classificação da língua não possibilitaria uma adesão dos estudantes, ao mesmo tempo em que não os instiga a enveredar para possíveis estudos posteriores diante das limitações impostas pelo aspecto “castrador” da teoria ora apresentada, ou seja, a estruturalista. Nessa acepção, além de não poder ser modificada, a língua é mostrada como imutável cujos falantes não possuem liberdade para mudá-la.

Para ele, a característica mais evidenciada na apresentação da teoria estruturalista se relaciona com a de morfema, excluindo outras que também possuíam relevância, a exemplo

de como as estruturas das palavras são construídas diante da diversidade das línguas. O autor do capítulo dá uma centralidade a essa noção por relacioná-la com a teoria estruturalista. A partir dessa conceituação, os estruturalistas compreendiam as unidades de análise da linguística. A teoria procurou amparar seus estudos a partir da diversidade linguística pontuada pelos morfemas. Nesse aspecto, percebemos que o organizador de *Introdução à Linguística* estabelece um *continuum* com as características que privilegiam a discussão heterogênea da linguagem.

Na parte final do fragmento, podemos verificar que houve a violação à Máxima de Quantidade porque a autora não forneceu maiores detalhes de como se deu o nível de alcance entre a dimensão morfológica e a irrupção do movimento estruturalista no seio da Linguística, ou seja, ele minimizou as informações que seriam necessárias a essa afirmação. Inclusive, essa centralidade na questão morfológica não é consenso entre os linguistas e pesquisadores contemporâneos. Ela tem ensejado severas críticas ao Estruturalismo pela grande atenção concedida a esse aspecto.

4.2.2.2 Características das teorias (B)

Fragmento 27

A competência Linguística é a porção do conhecimento do sistema linguístico do falante que lhe permite produzir o conjunto de sentenças de sua língua; é um conjunto de regras que o falante construiu em sua mente pela aplicação de sua capacidade inata para a aquisição da linguagem aos dados linguísticos que ouviu durante a infância. O desempenho corresponde ao comportamento linguístico, que resulta não somente da competência Linguística do falante, mas também de fatores não linguísticos de ordem variada, [...] A tarefa do linguista é descrever a competência, que é puramente Linguística, subjacente ao desempenho. A língua - sistema linguístico socializado - de Saussure aproxima a Linguística da Sociologia ou da Psicologia Social; a competência - conhecimento linguístico internalizado - aproxima a Linguística da Psicologia Cognitiva ou da Biologia (FIORIN, 2015, p. 15).

Em relação ao Gerativismo, a autora faz questão de estabelecer um modelo metodológico semelhante ao Estruturalismo saussuriano ao tratar da dicotomia competência e desempenho linguístico: “Essa teoria é conhecida como gerativismo. Assim como Saussure - que separa língua de fala, ou o que é linguístico do que não é - Chomsky distingue competência de desempenho” (FIORIN, 2015, p.15). Assim, o autor já começa a deixar seu leitor confuso quanto às reais características da nova teoria, o Gerativismo. Dessa forma, ele viola a Máxima de Modo, pois sua assertiva foi ambígua e vaga. Afinal, como se processaria a

dicotomia saussuriana e de que forma competência e desempenho chomskyano possuía essa semelhança ou dessemelhança com esses conceitos?

É apresentada ao iniciante em Linguística, de forma didática, a dicotomia mais importante para o gerativismo: competência e desempenho linguístico. Nesta perspectiva de análise, permanece, ainda, a Linguística como atividade meramente descritiva. Mesmo que no Gerativismo não se trabalhe de forma explícita a questão estrutural, ainda permanece a ideia de que as regras tidas como inatas conduzem o processo de desempenho linguístico. Dessa forma, o autor ao apresentar a teoria não demonstra maiores detalhes quanto às suas características próprias em relação ao paradigma anterior. Isto já demonstra um desinteresse em aprofundar e, em consequência, possibilitar aos alunos uma visão holística da teoria em análise.

No trecho do fragmento, a autora não se preocupa em descrever e analisar os aspectos que caracterizam o Gerativismo. Pelo contrário, ele reduz às características da competência e do desempenho como elementos nucleares de tal teoria. Com isso, podemos perceber uma nítida concentração do autor nesses postulados do Gerativismo, até porque ele faz constantes comparações com a teoria anterior, o que já nos permite inferir o pouco interesse em apresentar a teoria agora em tela.

Ao afirmar que o desempenho está ligado umbilicalmente à competência linguística, o autor parece não desejar fazer uma ruptura total com as características da teoria gerativa. Nesse sentido, o objeto escolhido pelo linguista na perspectiva gerativista - a competência - permanece guiando os estudos em torno dos aspectos mais relevantes da teoria. Percebemos, nesse aspecto, uma violação à Máxima da Qualidade em decorrência de o autor do capítulo ter reiterado aspectos da teoria gerativa, que ele mesmo afirma anteriormente não comporem o rol de preocupação para a teoria.

4.2.2.3 Características das teorias (C)

Fragmento 28

[...] Outra proposta de explicação do fato linguístico é apresentada pela gramática funcional, fundamentada nos princípios do funcionalismo, que não separa o sistema linguístico das funções que seus elementos preenchem. Os diversos desdobramentos que o funcionalismo apresenta na atualidade concordam com o fato de que a língua é, antes de tudo, instrumento de interação social, (...) aproximam-se do ponto de vista do sociolinguista ao incluir o comportamento linguístico na noção mais ampla de interação social. (...) correspondem a diferentes abordagens da língua, que não se excluem, mas contribuem para compreender melhor o complexo fenômeno linguagem, que não se esgota no estudo das características internas à língua, em termos de propriedades formais do sistema linguístico, mas se abre para outras abordagens que considerem o contexto, a sociedade, a história. (Vol. I, p. 22-23)

Como o Funcionalismo defende, em linhas gerais, a tendência ao estudo da multiplicidade de aspectos da língua, o autor faz questão de mostrar aos leitores iniciantes em linguística que há espaços de pesquisa no interior da teoria em análise. Nesse aspecto, ele viola a Máxima da Quantidade em virtude de não fornecer maiores informações de como se daria essa identificação com outras teorias, a exemplo da teoria sociolinguística. Assim, o autor não comenta nem dá exemplos de como haveria o entrecruzamento entre os eixos norteadores da teoria que se propõem a analisar a língua a partir da relação usuários e os contextos sociais.

Pressupomos, também, no fragmento que versa sobre a teoria funcionalista que há um entendimento de que essa corrente teórica pode ampliar suas análises para outras posturas em face de abertura que existe do ponto de vista teórico, e, sobretudo, metodológico. Estrategicamente, os aspectos formais não são excluídos na abordagem funcionalista. Estão em correspondência com os usos que os indivíduos fazem. Assim, o autor do capítulo deixa uma margem de inclusão permanente de aspectos estudados por outras correntes teóricas. Embora os aspectos formais não sejam excluídos na linha de pesquisa, eles são apresentados com novas formas de abordar o fenômeno língua. Com essa estratégia, o autor do capítulo deixa aberto o diálogo com outras teorias. Ao indicar que se aproximaria da visão dos sociolinguistas, o autor quer pressupor que essa atitude não existia com outras posturas teóricas anteriormente, ou seja, ela estaria inovando. Com esses argumentos iniciais na apresentação da teoria funcionalista percebemos uma maior possibilidade de anular as resistências dos alunos a rejeitarem a teoria funcionalista.

Poderia também os leitores a partir desse fragmento compreender que a corrente teórica do funcionalista estaria praticando um Ato de Fala Indireto cuja intenção seria apresentar uma nova maneira de conceber o estudo da gramática. Isso demonstra uma

tentativa de não revelar uma ruptura total com os princípios da corrente estrutural, que na verdade, deu origem ao próprio Funcionalismo. Dessa forma, o Funcionalismo mantém uma postura de conciliação e ressignificação dos conceitos que são operados em outras posturas teóricas. Essa característica poderia nos indicar que o Funcionalismo não possui um arcabouço teórico e metodológico próprio, mas consegue agregar todos aqueles que possuem no uso um rebatimento de análise.

No M2, por sua vez, a teoria linguística funcionalista não possui um capítulo específico e independente. Como já assinalamos, ela aparece minimamente como ponto de reflexão em algumas das discussões dos autores e autoras dos capítulos na empreitada de fornecer elementos para operarem com os conceitos.

Como a dinamicidade da linguagem inserida em diversos contextos de uso é que dá o tom necessário às pesquisas, conforme já discutimos, caberá ao investigador verificar qual tipo de abordagem melhor se adapta ao objeto de estudo escolhido. A partir dessa constatação, no M2 será elaborado um conjunto de pistas teóricas que possam responder às indagações feitas quanto aos problemas suscitados. Nesse sentido, notamos que o construto teórico funcionalista apresentado no M2 se abre para diversas abordagens que tenham na relação do contexto, sociedade e da história elementos guias de suas pesquisas. Assim, a teoria funcionalista da linguagem vem progressivamente incorporando em seu bojo de pesquisas diversos aspectos da língua vinculados aos usos socialmente situados.

Enfim, para a tendência teórica do Funcionalismo, os fundamentos são apresentados dentro de um *continuum* relacionado com traços de abordagens anteriores, a exemplo da característica morfológica do Estruturalismo. Contudo, os funcionalistas necessariamente se abrem às possibilidades de variação linguística presente nos estudos da língua. Isso já propicia uma maior adesão da teoria pelos demais pesquisadores. Por esse motivo, entre outros, os teóricos necessitaram situar o Funcionalismo dentro de uma corrente de análise voltada para além do elemento estrutural da língua. Desta vez, outros aspectos irão exercer determinadas influências nos estudos funcionalistas, a exemplo do contexto onde se situa o discurso, dos participantes, bem como do propósito para o qual as falas operam. O desenvolvimento da teoria, dessa forma, passa pela busca de possibilitar a emergência de novos conceitos que possuam rebatimentos em outras teorias.

4.2.2.4 Características das teorias (D)

Fragmento 29

O primeiro sentido de enunciação é, como vimos, o de ato produtor enunciado. (...) ou seja, um falante utiliza da língua para produzir enunciados. Se a enunciação é a instância constitutiva do enunciado, ela é a instância linguística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado, o qual comporta seus traços e suas marcas (Greimm Courtés, 1979, 126). (FIORIN, 2016 p. 162).

Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do "sujeito", tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do eu, que neles se enuncia. O aqui é o espaço do eu e o agora é o momento da enunciação. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais. Como a enunciação é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do ego, hic et nunc (FIORIN, 2016, p. 163).

Além de descrever os principais aspectos que caracterizam a enunciação, no M2, o tópico aparece em vários capítulos, com ênfase no destinado à Pragmática e focado nos usos (FIORIN, 2015, p. 167-189) e num outro capítulo, de autoria de Luiz Tatit, chamado Abordagem do texto (FIORIN, 2015, p.203-205). Posteriormente, no segundo volume da obra, com o título de “Pragmática”, a Teoria da Enunciação é retomada com maiores detalhes (FIORIN, 2016, p.161-185). Dessa forma, o autor procurou dar enfoque ao processo de referência do “sujeito”, objeto de estudo dessa abordagem.

Como já assinalamos, o organizador do M2 procurou inserir as discussões sobre as questões mais pertinentes da enunciação em diversos espaços da obra. Tomando como exemplo esse fragmento, podemos observar a violação à Máxima da Quantidade, pois o autor disse mais do que poderia ser requerido para a compreensão do conteúdo do tema. Diante da possível aplicabilidade dos princípios teóricos da enunciação às demais línguas, e suas respectivas abordagens, podem constatar a violação à Máxima de Modo assumida pelo autor do capítulo por supergeneralizar suas avaliações sem se preocupar em dizer como essa aplicação teórico-metodológica poderia ocorrer.

Nesse aspecto, observamos que as categorias escolhidas na discussão enunciativa (eu, aqui, agora) estarão entrelaçadas numa atmosfera conceitual e, em alguns momentos, difíceis de serem analisadas em determinado evento da linguagem. Diante da necessidade de determinação da dimensão espacial-temporal para a emergência do espaço enunciativo, as categorias aplicadas reivindicam para si um caráter de universalidade, pois, segundo o autor

do capítulo, com fulcro em Benveniste, estão inseridas em todas as línguas, dentro de qualquer sistema de linguagem.

Podemos também apontar, à luz da Pragmática, que o autor do capítulo procurou estabelecer uma linha de continuidade entre as abordagens que estudam a linguagem em uso e os aspectos da teoria enunciativa. Os exemplos utilizados caminham nesta direção. Mesmo que não seja tão fácil a compreensão das pessoas da enunciação, num primeiro plano, o autor se esforça por mostrar que o ato de produzir enunciados é uma ação concreta, inscrita, dessa forma, nos postulados pragmáticos e nos usos nas situações comunicativas. Diante da identificação nítida do autor com a teoria da enunciação e sua defesa, foi atribuída por ele uma primazia nos estudos desta perspectiva quando vincula a interpretação de alguns fatos linguísticos à exclusividade do ato de enunciar ou à extensão de suas análises aplicáveis a outras correntes.

O trecho do fragmento faz uma explanação detalhada da Teoria enunciativa, explicando os principais conceitos que dela fazem parte. Os usos constantes de exemplos a partir do português possibilitam ao leitor iniciante uma identificação maior com a teoria, além de ajudar na compreensão dos postulados teóricos. Outro fator relevante que merece destaque está na preocupação permanente em relacionar a enunciação às pessoas do discurso. Isso deixa o iniciante mais habilitado a operar com abstrações linguísticas.

O organizador de M2 procurou guiar parte de sua obra aos estudos enunciativos. Ele trata de forma esparsa o tema. Faz questão de reforçar que o assunto já foi discutido. Esse aspecto introduz o leitor numa perspectiva de uma possível maior adesão à teoria ao saber que o organizador do manual tratou do tema anteriormente. A diferença terminológica entre enunciado e enunciação apontada no fragmento em tela conduz o leitor a centrar sua atenção aos aspectos conceituais essenciais à coerência da teoria. Vale ressaltar que essa distinção (enunciado e enunciação) vem sendo trabalhada na maior parte dos capítulos.

Vale salientar que o organizador do M2, ao tratar da enunciação, suscita no leitor uma possibilidade de aprofundamento nas questões da relação enunciado e enunciação através dos exemplos constantes que os dois volumes contêm. Com essa estratégia didática, semelhante aos *merchandising* da área comercial, possivelmente os manuais são concebidos como instrumentos de persuasão na Academia ao seduzirem os iniciantes numa direção teórica.

4.2.3 Componente (iii) no M2

4.2.3.1 *Críticas gerais e/ou específicas às teorias (A)*

Fragmento 30

[...] diacronia e sincronia fazem parte de uma mesma realidade: Os princípios teórico-metodológicos dessa teoria ultrapassaram as fronteiras da Linguística e a tomaram "ciência piloto" entre as demais ciências humanas, até o momento em que se tomou mais contundente a crítica ao caráter excessivamente formal e distante da realidade social da metodologia estruturalista desenvolvido pela Linguística. (FIORIN, 2015, p. 10)

Ao comentar que o aspecto excessivamente formal provocou o afastamento das questões sociais em relação à permanência do Estruturalismo linguístico, o autor do capítulo não dá ao leitor as indicações de como esse aspecto tão importante, pois foi o causador dessa repulsa da teoria nos meios acadêmicos, ocorreu. Com isso, ele viola a Máxima da Quantidade e deixa que os neófitos façam suas conjecturas algumas delas inadequadas. Na realidade, em algum momento a perspectiva formalista do Estruturalismo é necessária e pode representar um aspecto metodológico importante da teoria a ser observado dentro de cada especificidade teórica. Contudo, os teóricos contemporâneos reconhecem que essa característica, ao ser confrontada com a dinamicidade da linguagem, não possuía uma forma de estabelecer um método que tivesse “imunidade” às críticas diante dos que se opunham aos seus princípios.

A dicotomia sincronia e diacronia no trato com as questões do trato linguístico não foram aprofundadas como deveriam ser pelos adeptos do Estruturalismo. Ao invés da abordagem isolacionista de apenas uma das partes nos estudos dos objetos da língua, o próprio Saussure buscou dar um enfoque mais dialético diante das duas posturas metodológicas, a qual, ainda hoje, é estudada por teóricos contemporâneos. Assim o autor violou a Máxima de Modo.

Segundo o fragmento agora em análise, podemos observar que a Linguística, em sua fase inicial, inspirou várias ciências do ponto de vista teórico-metodológico. Entretanto, o autor do capítulo marca o momento do Estruturalismo a teoria que teria ‘ofuscado’ a relação dos estudos da linguagem com outras áreas do saber diante de suas características metodológicas.

Também é muito nítido o posicionamento do autor do capítulo no aspecto de apresentar ao leitor uma forma indireta de tomada de atitude acadêmica diante da teoria estruturalista. Poderíamos pontuar como um Ato de Fala Indireto a intenção de apresentar aos

estudantes uma maneira de perceber as limitações impostas pelo Estruturalismo e, assim, convidá-los a não aderir a essa postura teórica.

Dessa maneira, outro aspecto a ser considerado nas críticas mais contundentes ao Estruturalismo é fato de suas análises não contemplarem aspectos materiais e concretos da língua. No fragmento, o autor demonstra uma adesão parcial à teoria em seu momento inicial, mas logo que a teoria é submetida às críticas mais fortes, ele abandona sua possível identificação com seus postulados. Paradoxalmente, essa atitude de criticar uma teoria e de testar sua eficácia representa, na perspectiva popperiana, um indicativo relevante de sua cientificidade. Assim sendo, parece-nos que isso não ocorreu com o Estruturalismo linguístico.

Outros aspectos a serem considerados se relacionam com a Linguística e as demais ciências que buscam compreender o fato linguístico e as expressões da vida humana mediados pela língua. Na acepção saussuriana, a língua reflete em sua estrutura, aspectos idiossincráticos para determinada cultura. Entretanto, o autor do capítulo, após mostrar os princípios norteadores do Estruturalismo, não aprofunda os aspectos da sua rejeição diante das demais correntes linguísticas, ao comparar seu excesso de formalismo, além da desvinculação aos aspectos dinâmicos da sociedade. Pelo contrário, o próprio autor não aprofunda os ganhos decorrentes dos achados de Saussure para mostrar a língua como uma estrutura organizada socialmente, a qual, segundo comentários anteriores, aproximaria a Linguística de outras ciências de cunho social, a exemplo da Sociologia e da Psicologia Social (FIORIN, 2015, p.12).

Como toda teoria reproduz parte de determinado conhecimento tendo como foco um objeto delimitado, tem-se a necessidade de se construir pontes com outras disciplinas científicas. Esse aspecto fortalece, em certa medida, a afirmação da teoria diante da comunidade de pesquisadores. Quanto mais houver estabelecimentos de diálogos com as outras áreas do saber, mais consistência terá a teoria no cenário acadêmico, pois essa possibilidade representa uma ampliação da inserção nos *campi* acadêmicos: “Nesse sentido, enquanto a fonologia é uma disciplina verdadeiramente Linguística, a fonética é uma ciência auxiliar que contribui tanto para a Linguística quanto para a física e a fisiologia” (FIORIN, 2015, p.289).

4.2.3.2 Críticas gerais e/ou específicas às teorias (B)

Fragmento 31

O desempenho pressupõe a competência, ao passo que a competência não pressupõe desempenho. A tarefa do linguista é descrever a competência, que é puramente Linguística, subjacente ao desempenho (FIORIN, 2015, p.11).

Os gerativistas estão preocupados em apreender na análise das línguas propriedades comuns, universais da linguagem, que constituem a gramática universal (GU). As propriedades formais das línguas e a natureza das regras exigidas para descrevê-las são consideradas mais importantes do que a investigação das relações entre a linguagem e o mundo (FIORIN, 2015, p.22).

Surgiu também como reação ao tipo de Linguística que se praticava na época. Dessa vez, o alvo da reação foram os estruturalistas americanos, que se filiavam a uma concepção de língua extremamente mecanicista, em que aprender uma língua era visto como um processo de imitação, generalização estimulada por reforços positivos etc. (FIORINI, 2015,150)

Verificamos no fragmento analisado, a violação da Máxima de Quantidade ao tratar superficialmente dos conceitos de desempenho e competência linguísticos. O trocadilho que foi utilizado por ele não oferece maiores detalhes sobre os aspectos mais relevantes a serem tratados pelo Gerativismo. Pelo contrário, trazem maiores confusões para a compreensão dos conceitos. Após a apresentação das principais características do Gerativismo, o autor faz questão de mostrar que a categoria de competência linguística faz parte de uma faculdade inata cujo falante faz uso, pelo desempenho, em sua vida. Agindo dessa maneira, possivelmente, a teoria gerativa não será “sedutora” aos estudantes a aderirem seus postulados.

Com base no Fragmento 31, identificamos uma preocupação do autor com as características das regularidades dos aspectos principais da teoria. Acreditamos que com isto ele queira reforçar a dimensão científica da corrente teórica do gerativista. O que poderíamos inferir nesse sentido seria a necessidade que os adeptos de tal teoria teriam de divulgar essas regras como universais. Com esta estratégia, o autor visaria o potencial explicativo da teoria gerativa, e não apenas caracterizá-la como centralizada nos aspectos formais da língua. Entretanto, o autor não faz menção de como esses elementos interfeririam no processo de produção dos enunciados.

Outrossim, a relação competência e desempenho não é bem explicada pelo autor que apresenta o Gerativismo, causando, uma violação à Máxima Conversacional da Quantidade. Por exemplo, não são detalhados em que aspectos os funcionamentos psicológico e biológico do ser humano interfeririam na aquisição da linguagem. Também não se explicita em que

medida haveria uma interdependência entre essas duas dimensões humanas. Nesse sentido, ao justificar a escolha metodológica dos estudos dos chomskianos pela competência linguística, os adeptos da teoria não informam as razões da preterição pelo desempenho linguístico. Entretanto, com essa postura, deixam a cargo do leitor descobrir a dimensão mais relevantes focado pela teoria, com uma óbvia consequência: o não interesse para abraçar a teoria em suas futuras pesquisas.

O Fragmento também dá a entender que a teoria estaria em permanentes conflitos internos no aspecto metodológico. Talvez seja por isso que o autor explicita que no seio da teoria tem espaços para novas abordagens que ainda não foram desenvolvidas. Dessa forma, já se prevê que o Gerativismo não é tão exclusivamente “chomskiano” no sentido de original, em razão da inserção de novas perspectivas analíticas demonstrarem o constante estado de ebulição. Nesse aspecto, as reformulações verificadas na trajetória da teoria gerativa revelariam sua vitalidade teórica, bem como permitiriam aos pesquisadores ampliarem a adesão de novos interessados, mesmo que existam dissensos, pelo menos aparentemente. O exemplo dessa vitalidade teórica seria o Programa Minimalista (FIORIN 2015, p. 222).

No interior da própria teoria não foi desenvolvido o conceito de valor para outros desdobramentos do Gerativismo, a exemplo da discussão suscitada pela apreensão dos parâmetros por crianças. Como se dá a marcação dos parâmetros diante dos pressupostos teóricos da Gramática Universal (GU), considerando a questão da paramétrica? O que se questiona no próprio interior da teoria é a capacidade de processar os enunciados de determinada língua de forma criativa ou inusitada. Como não foram discutidos aspectos lógicos, inclusive de cunho epistêmico, na afirmativa das categorias evolutivas do Gerativismo, o debate possui a possibilidade de truncar a discussão. Há, aqui, por parte do autor do Fragmento, uma nítida violação à Máxima griceana de Modo, pela falta de clareza sobre uma dimensão crucial ignorada ou não explicada pela teoria relativa à paramétrica, ou seja, à necessária homogeneidade e distribuição normal da aquisição de linguagem para que a hipótese do Gerativismo se torne em uma tese.

4.2.3.3 *Críticas gerais e/ou específicas às teorias (C)*

Fragmento 32

Estão relacionados à Escola Linguística de Praga os mais representativos desenvolvimentos da teoria funcionalista. A Escola de Praga teve origem no Círculo Linguístico de Praga, fundado em 1926. No que se refere à estrutura gramatical das línguas, os linguistas da Escola de Praga detiveram-se na definição da perspectiva funcional da sentença. As possibilidades explicativas expostas não são as únicas; correspondem a diferentes abordagens da língua, que não se excluem, mas contribuem para compreender melhor o complexo fenômeno linguagem, que não se esgota no estudo das características internas à língua, em termos de propriedades formais do sistema linguístico, mas se abre para outras abordagens que considerem o contexto, a sociedade, a história (FIORIN, 2015, p. 22-23).

A narrativa sobre o Funcionalismo não apresenta maiores definições, restringindo-se a fazer um levantamento dos seus achados e buscando relacionar a teoria com a propostas da Escola Linguística de Praga, a qual se originou na segunda década do século XX. Esse aspecto pode indicar uma tentativa de situar a emergência do Funcionalismo num período bem anterior às demais teorias. Dessa maneira, percebemos uma violação à Máxima da Quantidade em virtude do autor do capítulo ter se restringido a apenas situar historicamente o Funcionalismo. Como os problemas suscitados pelas abordagens anteriores foram situados em meados do século XX, os teóricos funcionalistas, com essa estratégia, podem indicar que as inquietações das demais correntes, fazem parte de seu construto histórico e, em certa medida, poderiam estar contemplados no seu trajeto teórico.

Um aspecto a ser considerado é que o Funcionalismo não tratou de demarcar com maiores detalhes por qual razão os indicativos dos posicionamentos das palavras em determinada ordem alteram a função na sentença. O uso e o contexto são importantes para a discussão da função das palavras, além da situação comunicativa: O Funcionalismo, no que tange à sentença, considera que a estrutura dos enunciados vem a ser determinada pelo uso e pelo contexto comunicativo em que acontecem. Entretanto, pode haver variação quanto ao entendimento de mudança de sentido na ordem das palavras de uma língua para outra. Para buscar responder às indagações que surgiram com essas questões, os teóricos funcionais buscaram incluir outras vertentes que possibilitassem a ampliação do estudo dos fatos linguísticos.

A ausência de mais dados e, sobretudo, a falta de exposição das características do Funcionalismo revela uma violação à Máxima da Quantidade. Por essa razão, o leitor do M2 fica prejudicado ou até tende a ignorar a existência desta corrente como pertencente aos

estudos da linguagem. Na formulação textual, o autor pode deixar de cumprir uma das máximas com o propósito de manter a outra, tendo em vista a construção de sentido pretendida. Provavelmente, a preocupação tenha sido fornecer ao leitor de M2 somente uma breve historicidade do Funcionalismo.

Ao assumir um objeto de estudos que considera pertinente os usos que os usuários fazem da língua em múltiplos espaços, os funcionalistas não poderiam prescindir de disciplinas que tratam de forma direta o fenômeno social. No caso específico dos teóricos dessa vertente, há a imperiosa necessidade de contextualizar os usos da língua em funcionamento nas sociedades e grupos sociais, pois, segundo seus pressupostos, a interação social representa o aspecto mais relevante para se estudar essa corrente pelo viés dos usos entre os falantes situados em determinados contextos comunicativos.

Dessa forma, a formatação de uma teoria que se pretende consistente, necessita ceder espaços comuns com outras disciplinas científicas na medida em que reforça os fundamentos novos. Assim o recorte feito no fenômeno linguístico se abre para abordagens variadas na trajetória de consolidação de novas epistemologias. Todo esse esforço se faz necessário para a construção do objeto de estudo com uma configuração mais híbrida de seu objeto teórico. Em outras palavras, enquanto construção humana, as teorias são conduzidas a partir de interesses de seus pesquisadores e respondem a problemas formulados por eles dentro de contexto sociais específicos.

4.2.3.4 *Críticas gerais e/ou específicas às teorias (D)*

Fragmento 33

Em síntese, não se pode saber o que significam o eu, o você e o hoje da mensagem, pois falta o conhecimento da situação de comunicação, certamente, porque alguém passou por lá e apagou o nome da pessoa a quem a mensagem era dirigida, o nome da pessoa que a havia escrito e a data em que fora escrita. No caso dos dêiticos, de nada adianta o conhecimento do sistema linguístico, o que é preciso, para entendê-los, é conhecer a situação de uso (FIORIN, 2015, p.167).

Quanto à discussão sobre os postulados da enunciação, o autor não parece ter muita preocupação em discorrer sobre eles criticamente. No bojo da apresentação da teoria da enunciativa, o autor do capítulo ‘omite’ as possíveis incongruências teórico-metodológica da teoria. Sua discussão parece traçar algumas prováveis aproximações com a perspectiva

filosófica da língua ao procurar na estrutura dos enunciados princípios complexos em sua produção e a dimensão retórica presente nos elementos constitutivos da enunciação.

Reconhecemos no Fragmento em tela que o autor coloca seu leitor numa situação necessária para a compreensão dos atos de linguagem numa enunciação a partir da percepção das condições de uso. Por isso, dizemos que houve uma violação à Máxima de Modo por descrever muito tecnicamente para leitores debutantes termos importantes à teoria como “dêitico”, por exemplo. Por pertencer a uma tradição de reflexão filosófica e ter sido retomado à luz de teorias que valorizam o contexto de uso da linguagem para decifrá-la na sua totalidade, como as teorias enunciativas e a Pragmática, há quem passe por um curso de Letras e não saia sem saber reconhecer a ocorrência de um elemento dêitico em um texto. Em outras palavras, esse é um dos termos problemáticos de teorias que com ele trabalham e, por isso, num Manual de Introdução à Linguística, ele deveria ter sido mais bem apresentado.

4.2.4 Componente (iv) no M2

4.2.4.1 *Indícios de (possíveis) avanços e/ou recuos legados (A)*

Fragmento 34

Não se deve pensar que Saussure acrescentou um ponto de vista sincrônico a outro ponto de vista já existente, o diacrônico. Saussure, ao definir a língua como sistema e ao pensar a sincronia como o estudo de um sistema num dado momento do tempo, abre caminho para a redefinição também do conceito de diacronia, que vai ser entendida como a sucessão de diferentes sistemas ao longo do tempo (FIORIN, 2015, p. 104)

Como a Linguística anterior a ele tinha cunho quase unicamente histórico, utilizando o chamado método histórico-comparativo, a posição de Saussure representou uma grande ruptura ao destacar de modo incisivo não só a possibilidade, mas a necessidade de estudar os fatos linguísticos sem qualquer correlação com sua história (FIORIN, 2015, p. 147).

Um aspecto a ser considerado na apresentação da teoria de Saussure se referia à dicotomia sincronia e diacronia. Como o debate não é tão inusitado, ao privilegiar a metodologia sincrônica, inicialmente por razões metodológicas, Saussure possibilitou uma discussão que guiou várias abordagens de análise linguística. Todo o pesquisador necessita fazer uma escolha metodológica que possa conjugar as duas formas de tratar seu objeto de estudo. Nesse sentido, o legado saussuriano trouxe a relação sincronia e diacronia para um espaço mais relevante no mundo acadêmico.

Com a perspectiva meramente descritiva, a Linguística pré-saussuriana não possuía uma autonomia analítica. É inegável que o trato dado pelo mestre de Genebra à Língua, mesmo com as limitações metodológicas da época, representou um ponto de ruptura

significativo e instaurou um novo olhar sobre a nova ciência linguística. Ou seja, a Língua pôde naquele momento ter uma visada com perspectiva metodológica diametralmente oposta à anterior, enquanto objeto estudado sincronicamente.

Neste fragmento, constatamos a ausência importante de informações a respeito da trajetória teórico-metodológica de Saussure pelo autor do capítulo. Essa ausência configura-se como uma dupla violação de Máximas Conversacionais: Quantidade e Relevância. Deixar umas ainda que poucas linhas sobre o passado teórico-metodológico saussureano, que relatasse sua opção diacrônica e comparativista e estudar a língua antes de sua transferência à Universidade de Genebra e a radical mudança epistemológica processada no mestre genebrino nos três cursos lecionados no início do século seriam de fundamental importância para o leitor iniciante entender a proposta estruturalista.

Ao utilizar a expressão “Saussure representou uma grande ruptura ao destacar de modo incisivo não só a possibilidade, mas a necessidade de estudar os fatos linguísticos sem qualquer correlação com sua história”, o autor aponta como avanço este ousado gesto teórico de Saussure, que trouxe para a língua uma abordagem instrumental e, ao mesmo tempo, mostrou que a comunicação humana possui características que podem ser dissecadas numa análise estrutural para revelar os mecanismos que subjaz a língua. Ele rompeu postulados “em relação às concepções anteriores dos comparatistas e das gramáticas gerais do século XIX”. (FIORIN, 2015, p.26). Da perspectiva da representação do pensamento por buscar uma catalogação e uma nomenclatura específica para o trato linguístico, possibilitou aos estudos da linguagem uma sistematização nos elementos que compunham a estrutura gramatical das línguas. Eis uma contribuição devidamente marcada no M2.

4.2.4.2 *Indícios de (possíveis) avanços e/ou recuos legados (B)*

Fragmento 35

Para esses estudiosos, a língua era uma representação, ou seja, representava uma estrutura de pensamento, que existiria independentemente da formalização Linguística, e a comunicação e a "lei do menor esforço", que a caracterizam, seriam as causas da "desorganização" gramatical das línguas, do seu declínio e transformação em "ruínas Linguísticas". O português e o italiano, por exemplo, seriam "restos" em decadência do latim. Dessa forma, uma das consequências da Linguística saussureana, principalmente entre os funcionalistas como Malmberg ou Jakobson, foi a introdução do exame da comunicação no quadro das preocupações Linguísticas. (FIORIN, 2015, p. 26).

Um aspecto inovador nas discussões da nova teoria, o Gerativismo, relaciona-se à inclusão de fatores não linguísticos no trato com a linguagem. Nessa perspectiva, a teoria gerativa possibilitou uma atitude dialogal com outras áreas da convivência humana e estabeleceu pontos de conexão com o funcionamento da linguagem. Entretanto, o autor do capítulo preocupa-se em delimitar o papel da Linguística ao buscar circunscrever seu campo de atuação na descrição da competência.

Na esteira de raciocínio do autor, ele faz questão de frisar que as categorias competência e desempenho linguístico guardam entre si uma relação de interdependência, pois, no plano operativo, as partes estão imbricadas. Todavia, os fatores não linguísticos exercem determinados tipos de influências. Percebemos que no desenvolvimento progressivo das teorias, há uma nítida preocupação em manter a discussão de aspectos relevantes a tais categorias, bem como estabelecer uma plataforma de refutação diante dos achados passados. Os fundamentos das teorias atuais ficam, por assim dizer, relacionados de alguma maneira com os antecessores.

A visão do autor é apresentada ao leitor como uma disputa teórica. Dessa forma, os adeptos do Gerativismo têm a necessidade de pontuar os aspectos frágeis da teoria antecessora, a fim de servir como elemento de discussão e crítica. Inclusive, focam os questionamentos a abordagem americana do Estruturalismo. Dessa vez, o alvo da reação foram os estruturalistas americanos, que se filiavam a uma concepção de língua extremamente mecanicista (FIORIN, 2015, p. 204).

Entretanto, há a necessidade da nova concepção teórica ter seu espaço próprio. Assim, os adeptos de uma nova teoria não necessitam parafrasear as limitações encontradas, inclusive até pelos seguidores da teoria anterior. Eles buscam em suas respostas a problemas, até então não aprofundados, uma originalidade hermenêutica. No caso do Gerativismo, os teóricos desenvolveram uma abordagem mais internalista diante do fenômeno linguístico, sem, entretanto, negar a existência de pesquisas que ainda permanecem a investigar a língua externamente.

Fragmentação 36

Com a Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), a concepção do que seja a gramática universal muda. Segundo essa teoria, a gramática universal é formada por princípios, ou seja, "leis" invariantes, que se aplicam da mesma forma em todas as línguas, e parâmetros, "leis" cujos valores variam entre as línguas e dão origem tanto à diferença entre as línguas como à mudança numa mesma língua (FIORIN, 2015 p. 220).

Entre os possíveis legados da teoria apresentada por Chomsky, podemos citar a introdução idealizada de um falante ideal. Ele buscou mostrar que o que foi problematizado pelo Estruturalismo nas discussões sobre a análise da língua em determinado sistema, poderia, também, ser discutido do ponto de vista mental. Seu deslocamento epistemológico representou um avanço significativo nos estudos linguísticos, bem como trouxe novas linhas de análise com o auxílio de outras ciências. A composição de seu objeto de estudo, necessariamente, possibilitou a conversação com outras expressões teóricas que estudavam a relação com os processos mentais envolvendo a língua. Diante da discussão envolvendo a questão da Teoria dos Parâmetros e Princípios, percebemos um processo de avanço no interior da própria teoria ao inserir outras discussões na ideia da Gramática Universal (GU). Neste sentido, seu posicionamento metodológico é um indicativo de que o Gerativismo representa uma teoria em constante evolução. Dessa forma, o autor faz uma análise dos elementos constitutivos às duas teorias (Estruturalismo e o Gerativismo), procurando mostrar que não elegeram epistemologicamente a preocupação com os aspectos variacionistas da língua.

O manual “Introdução à Linguística”, organizado por Fiorin, assume, em linhas gerais, um posicionamento epistêmico pela análise dos usos: “Vemos assim que nem a visão estruturalista, descendente de Saussure, nem a visão gerativista, iniciada por Chomsky, pretendem relacionar a língua, suas variações e alterações com a heterogeneidade da sociedade” (FIORIN 2015, p. 204). Assim, as teorias são recepcionadas em seu *corpus* pela capacidade de contemplar a relação língua, sociedade e a história.

O Gerativismo, em sua fase inicial, procurou fundamentar seus pressupostos a partir da relação dicotômica do Estruturalismo ao trabalhar com as categorias de competência e desempenho. Como essa metodologia possibilitou à teoria estruturalista trabalhar a característica pluralista de seu objeto - a língua -, a nova teoria não desprezou essa característica. Com o intuito de ampliar as inserções de outras ciências, o autor do capítulo sobre a teoria gerativa mostra que existem outros fatores não linguísticos que interferem no desempenho linguístico chomskiano. Considerando que a preocupação principal da teoria é conduzida para os aspectos da competência, ele traça um paralelo de interdependência com a categoria desempenho. Nesse aspecto, percebemos que o autor viola a Máxima da Relevância, pois desloca o foco da teoria chomskiana para focalizar uma suposta correspondência com o Estruturalismo saussuriano.

4.2.4.3 *Indícios de (possíveis) avanços e/ou recuos legados (C)*

Fragmento 37

Os diversos desdobramentos que o funcionalismo apresenta na atualidade concordam com o fato de que a língua é, antes de tudo, instrumento de interação social, [...]. Nesse aspecto [...] correspondem a diferentes abordagens da língua, que não se excluem, mas contribuem para compreender melhor. [...] mas se abre para outras abordagens que considerem o contexto, a sociedade, a história. (FIORIN, 2015, p. 23)

Quanto ao Funcionalismo, percebemos nas informações contidas em M2 que um dos legados relevantes desta teoria consiste no fato de valorizar fortemente a interação social na constituição da língua. Esse deslocamento paradigmático para fora do sujeito, em relação ao Estruturalismo que focalizava a língua voltada para si mesma e ignorava qualquer influência do usuário sobre ela, fez com que houvesse maiores inserções de outros teóricos no trato do fenômeno linguístico. O próprio autor buscou mostrar que as abordagens estruturalista e funcionalista não se excluem, mas se complementam em vários aspectos, posto que este derivou daquele.

O legado teórico do Funcionalismo, neste caso, foi incluir hipóteses que possibilitassem o desdobramento teórico-metodológico diante de novos problemas. Labov foi buscar incentivar seus discípulos a irem ao encontro do não-linguístico para descobrir as forças que operam nos fenômenos da língua, sobretudo na mudança ocorrida na sociedade em funcionamento, por exemplo.

Submetendo a síntese da ideia geral apresentada no Fragmento 39 a uma análise pressuposicional, poderíamos identificar como pressupostos:

- **(PP1):** houve um legado positivo a certado o Funcionalismo quanto à descoberta da essência do funcionamento da linguagem subjacente na expressão: “a língua é, antes de tudo, instrumento de interação social”.
- **(PP2):** o Funcionalismo explica melhor o funcionamento da linguagem, asserção incorporada na expressão: “contribuem para compreender melhor”.

Ficam nítidos, portanto, os legados bem positivos deixados pelo Funcionalismo, segundo o autor do capítulo do M2.

4.2.4.4 *Indícios de (possíveis) avanços e/ou recuos legados (D)*

Fragmento 38

O discurso produz o efeito de proximidade da enunciação e, portanto, de subjetividade, de envolvimento. A segunda observação é a de que muito raramente os discursos apresentam apenas um tipo de desembreagem e de efeito de sentido. O mais comum é que se misturem e confundam os dispositivos, produzindo assim uma grande variedade de efeitos de sentido. (FIORIN, 2015, p.205)

No conjunto dos textos apresentados nos manuais em análise, percebemos que, de forma esparsa, M2 trata do tema da enunciação numa perspectiva que permite inserir a discussão em algumas correntes teóricas. Sobretudo, aquelas que trabalham o uso e a Pragmática. Inclusive, na primeira apresentação da teoria, o autor faz menção ao percurso produtivo e dinâmico do enunciado. Ele ressalta princípios teórico-metodológicos de outras correntes no processo da enunciação: “O primeiro sentido de enunciação é, como vimos, o de ato produtor de enunciado”. “Benveniste diz que a enunciação é a colocação em funcionamento língua por um ato individual de utilização (1974, 80), ou seja, um falante utiliza da língua para produzir enunciados” (FIORIN, 2016, p.205). Um desdobramento teórico da abordagem enunciativa se encontra nos estudos discursivos, na atualidade. Isto mostra uma abertura e, ao mesmo tempo, a criação de uma perspectiva dialogal com os pressupostos lógicos da enunciação e os mecanismos de análise das tradições discursivas de cunho social:

Podemos entender que os estudos enunciativos são apresentados de forma mais positiva e favorável em relação às demais teorias presentes no Manual de Introdução à Linguística ora em análise. Seus pressupostos possuem conceitos com nível de abstração que de alguma maneira estabelecem um diálogo com a Filosofia da Linguagem Ordinária proposta por Wittgenstein e posteriormente por Austin. As categorias enunciativas exigem do leitor uma compreensão diante do fenômeno linguístico que ultrapassa as análises sintáticas convencionais. Entretanto, diante dessa possibilidade, os estudos enunciativos buscam estreitar a discussão através de uma inserção na linha da Pragmática.

Percebemos que o autor do capítulo procurou ampliar o conceito e as práticas das teorias enunciativas para outras áreas do saber. Com isso, ele pressupõe que seu leitor possa identificar as questões das marcas de enunciação com aspectos da produção de sentido, discussão tão atual entre estudiosos da linguagem de matizes diversas. Para tanto, ele viola a

Máxima de Modo, pois não teve a preocupação de exemplificar como essa aproximação se processaria.

4.2.5 Síntese da Análise do M2

Conforme nossas observações aqui apontadas, no M2, a preocupação maior do organizador e os autores de capítulos teria sido conduzir os estudantes a acessarem conceitos centrais da Ciência da Linguagem e aprenderem a usá-los. Para isso, ele lança mão de uma estratégia persuasiva original no sentido de identificar os postulados teóricos de um modo esparso nas mais variadas abordagens, o que ele designa por Objetos Teóricos.

Dessa maneira, ele reforça a ideia de que ao pesquisador cabe a construção de seu Objeto Teórico como forma de ter um maior controle sobre as análises feitas no trato com a linguagem. Assim, o manual serve como esse artefato privilegiado para mostrar aos vocacionados à vida científica que eles necessitam de um instrumental propedêutico para possibilitar o processo de iniciação. Por essa razão, os conteúdos selecionados nos dois tomos da obra possuem uma estratégia interessante: o primeiro tomo se destina apresentar os aspectos teóricos e o segundo, objetiva analisar a aplicação deles na vida dos usuários.

Com esses propósitos presentes nas apresentações das teorias no M2, o organizador e seus colaboradores enseja uma educação científica dos estudantes de Letras baseada na prática da argumentação, pois para cada exposição teórica, no final de cada capítulo, há indicação de outras obras para aprofundar o conteúdo exposto. Dessa maneira, o manual indicia uma imagem de abertura e de se mostra como um lugar no qual se pode achar heterogeneidade das abordagens sobre os fatos linguísticos. Todavia, essa característica, mesmo possuindo seu aspecto inovador, pode nos permitir que seja uma estratégia que delimita o trânsito dos estudantes por rotas da pesquisa em Linguística devidamente orientada pelas despretensiosas “sugestões bibliográficas” do autor da obra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo debruçou-se sobre dois dos mais recomendados Manuais de Introdução à Linguística. Seu objetivo central foi verificar como estão apresentadas as teorias linguísticas neles constantes analisando como o modo de organizar as informações relativas às teorias revelam tendências e preferências de certos manualistas cuja consequência mais marcante seja conduzir as futuras escolhas teóricas dos iniciantes na área. Dizendo de outra forma, esta tese buscou mostrar como esses textos, aos quais debutantes nos estudos da linguagem têm acesso como primeira versão aos estudos da linguagem e sua trajetória científica, têm o potencial de direcionar a formação inicial de estudantes de Letras e Linguística que optaram por conhecer cientificamente a língua, suas características e funcionamento.

Verificamos, durante a análise dos dados, a predominância de forças coercitivas sintonizadas com as filiações teóricas dos organizadores e colaboradores convidados estrategicamente a escrever capítulos que o gênero Manual Introdutório pode exercer nos estudantes neófitos. Uma imaginária homogeneidade dos conteúdos das diferentes teorias parece subjazer aos dois manuais selecionados como *corpora* desta pesquisa.

Constatamos que cada manual possui correntes teóricas que guiam as apresentações das demais teorias da linguagem. No caso do M1, a teoria que guiou suas abordagens foi o Funcionalismo. Já o M2, as teorias predominantes foram o Gerativismo e as Teorias Enunciativas.

Na caracterização dos manuais, percebemos que as teorias são apresentadas seguindo um modelo em que as discussões são tratadas de maneira parcial. Os espaços destinados às teorias que não são do interesse do manualista correspondem a um recurso direcionado aos propósitos excludentes da obra no sentido de “formar” determinado tipo de futuro pesquisador da linguagem. Esse tipo de publicação prioriza mais os aspectos de caráter descritivo do que propriamente as ações destinadas ao ensino. Pela forma sucinta com que o texto do manual apresenta as teorias, violando várias das Máximas Conversacionais de grice, provocando Implicaturas Conversacionais sub-reptícias, quais sejam, ressaltar a relevância da teoria do manualista organizador ou do autor dos capítulos dos manuais. Por conseguinte, ao apresentarem teorias com as quais não têm afinidades, eles apresentam-nas desdenhosa e lacunadamente, quando não desacreditavam aspectos de tais teorias.

Uma das conclusões a que chegamos foi que os “manualistas” se utilizaram da estrutura de uma narrativa esvaziada de informações como estratégia para influenciar os

neófitos nos cursos iniciais de Letras e/ou Linguística a não respeitar o legado de determinada teoria.

Como o organizador é idealizador e proponente do manual, é ele quem seleciona os autores que escreverão com ele a obra. No M2, observando que quase a totalidade dos autores são docentes de uma mesma instituição de ensino superior e membros de um mesmo programa de pós-graduação em Linguística, podemos dizer que há fortes indícios de tendenciosidade por duas teorias em detrimento das demais. Entendemos que essa atitude pode limitar as opções de escolhas teóricas dos estudantes debutantes, pela ausência de uma descrição imparcial de como teorias outras realizam seu trabalho de investigação sobre o funcionamento e a caracterização da linguagem. Essa atitude verificável nos dois manuais estudados revela uma tentativa de “colonizar” das teorias preferidas pelos manualistas para com as demais teorias existentes na área em que estudam o mesmo objeto, em nosso caso, a linguagem.

A aparente “supervalorização” por determinados autores circunscritos em determinada instituição já sinaliza um *apartheid* teórico que poderá ter consequências prejudiciais para as atividades de pesquisas futuras diante da multiplicidade e da complexidade que o fenômeno linguístico possui. Assim, as representações das teorias entre as selecionadas e (re)construídas nos manuais tem uma forte possibilidade de influenciar os estudantes neófitos a assumirem posturas ortodoxas e, por vezes, excludentes de correntes teóricas diferentes daquelas que conheceu lendo os manuais e aprendeu a desdenhá-las logo no início de sua trajetória acadêmica.

Observamos que os manuais, assim, presta-se a determinado propósito na educação científica dos estudantes iniciais, caracterizando-se como um artefato que tem como um dos principais objetivos, sem que os leitores tenham consciência, afirmar certos saberes e práticas de pesquisa e desmerecer outros que não constam entre seus preferidos. Com essa postura, os manuais corroboram para tão nefasta segregação teórica com prejuízo, em última análise, para o desconhecimento do próprio objeto teórico língua inquestionavelmente multifacetado. Por ser assim, cheio de facetas, é que manuais exclusivistas se mostram por demais obsoletos e prejudiciais ao conhecimento da própria língua, posto que tentem barrar modos e conceitos que considerem não científicos.

Conforme pudemos constatar nos quadros sinóticos que indicaram os vínculos profissionais ou acadêmicos dos autores dos manuais, há uma atuação focada em determinada

Instituição de Ensino Superior, o qual esse fato pode indicar a criação de um canal dialogal restrito. O que poderia servir de uma facilidade didática para revisões técnicas necessárias a toda obra e principalmente a manuais introdutórios, considerando a proximidade entre autores e pesquisadores, indicia uma desejo por fazer prevalecer uma homogeneização de conteúdos. Por esses aspectos, o que deveria ser um instrumento a favor da divulgação de saberes em linguagem, a atuação impositiva dos manuais torna-se um produto reforçador de estruturas autoritárias num espaço aberto e essencialmente plural que é por definição a Universidade.

Por isso, cabe dizer que os manuais de introdução, pelo menos os que analisamos, não atendem à perspectiva de instigar questionamentos. Eles pouco oportunizam ao graduando de Letras trafegar por outros olhares que partem de outras maneiras de estudar a língua igualmente válidas à da escolhida pelo manualista. Esse aspecto colabora na perpetuação desse gênero textual nos ciclos acadêmicos, principalmente pela ausência de autonomia do docente diante dos seus conteúdos, que, como vimos, é previamente selecionado por um grupo de pesquisadores de determinada, algumas vezes de uma mesma IES.

Nesse sentido, uma recomendação faz-se pertinente: é salutar para o presente e o futuro da própria teoria corrigir agora toda narrativa focada na produção alienante de uma “falsa consciência” de que as teorias existentes nos manuais de introdução são alheias às críticas e as mudanças. Essa perspectiva necessita ocupar um espaço privilegiado nas pesquisas acadêmicas com o objetivo de possibilitar aos estudantes iniciantes uma apreensão da trajetória do conhecimento científico ao longo da história, ou seja, ao mesmo tempo em que se inicia nos estudos de compreensão da cientificidade de determinada área se busca uma autor-reflexividade das práticas apresentadas por aqueles responsáveis em serem os “guardiões” dos saberes instituído como válidos e necessários.

Durante nosso percurso nesse estudo, percebemos que com a influência exercida pelos manuais sob a orientação de uma dada teoria ou de uma comunidade científica exclusiva de pesquisadores locais os estudantes herdam um legado epistemológico que sedimentam uma visão parcial do fenômeno linguístico. Assim, o aspecto da pluralidade das teorias, o que deveria ser uma característica dos manuais de introdução, fica camuflado por uma exposição concisa e sem muitos detalhes relevantes, conforme percebemos nas análises dos dados com o apoio das categorias analíticas.

Dessa maneira, os organizadores dos manuais de introdução, conforme observamos na análise dos dados, não oferecem ferramentas para que os alunos lidem com a dimensão conflitiva das teorias científicas sobre um mesmo objeto que se manifesta de formas

diferentes. Nesse sentido, optam conscientemente em propalarem através dos construtos teóricos um modelo de Ciência alheio ao contraditório ou à crítica. Percebemos esses aspectos nas análises de M1 e M2 a partir da confrontação com as categorias que escolhemos. Nossos resultados revelaram que os debates praticamente inexistem na trajetória pacífica de aceitabilidade dos manuais de introdução ao incluírem nas ementas das disciplinas introdutórias nos cursos de Letras e/ou Linguística pela maioria das IES mais bem avaliadas pelo sistema de avaliação do Enade. Um aspecto interessante que podemos pontuar é que, ao final dos capítulos em que os manuais expõem as teorias linguísticas há a presença de exercícios, notas explicativas, bibliografia mínima consultada e sugestões de leituras.

Como já assinalamos anteriormente, as práticas acríticas dos docentes que fazem uso desse artefato o transformaram em um espaço de veiculação do discurso de verdade que silencia as opiniões que se mostram diferentes do que é apresentado como consensual. Por essa razão, esses recursos que pontuamos anteriormente possuem a função de reforçar o caráter homogeneizante, além de provocar a indução aos estudantes numa atividade que praticam a mesma leitura e devem seguir um padrão estabelecido a mesmas respostas. Tudo esse conjunto a priori municia os manuais introdutórios e podem ser um indicativo de estratégias que simulam a “substituição” do professor, pois, assim como para os estudantes, essas obras buscam “democratizar” as informações e conteúdos nelas existentes deixando o papel do professor com um mero usuário que tem apenas a atribuição de confirmar os aspectos diretivos da obra responsável pela educação científica dos estudantes. Configurado desse jeito, os manuais tornam-se instrumentos privilegiados para reprimir a autonomia daqueles que almejam se inserir no universo das descobertas científicas.

Com esse perfil delimitador, os manuais dificultam muito a imbricação entre as correntes teóricas, bem como promovem uma configuração limitada diante das orientações que estruturam as disciplinas introdutórias da Linguística. Mesmo que elas possuam nomenclaturas diferentes, os manuais introdutórios conseguem circunscrever as análises sobre os objetos teóricos de uma forma muito parecida. Dessa forma, sugerimos que, após um “mea-culpa” e uma ampla revisão, os manuais introdutórios possam se prestar a trabalhar os conceitos nucleares das diversas teorias, buscando identificar entre os mais variados modelos teóricos partículas de homogeneidades e, sobretudo, vislumbrar os aspectos de um possível progresso científico inerente à diversidade das posturas teóricas.

A consciência de uma tomada de postura crítica está na possibilidade de se alimentar uma autocrítica de como recepcionamos os conteúdos nos manuais. Nesse aspecto, concordamos com os postulados que nos guiamos em nosso referencial teórico, ao perceber

que a consolidação da Ciência é um processo de superação. Sendo assim, a Ciência é representada por um esforço permanente de apresentar passos provisórios de uma verdade em construção. Com essa atitude, defendemos que os cientistas da linguagem sejam mais receptivos e flexíveis às demais teorias que estudam o fenômeno linguístico, pois cada uma se apoia numa perspectiva teórica eventual e jamais perene. Nesse sentido, o cientista não pode ser um adepto da incoerência lógica no sentido de a todo o momento criticar os demais posicionamentos teóricos dos outros, mas recusando-se a receber as críticas dos demais.

Por esse aspecto, constatamos que os manuais gozam de um prestígio científico na Academia e veicula seus argumentos com um argumento de autoridade que, na prática, se impõe como o mais forte.

Essa realidade constrói uma perspectiva de fazer científico conservador em virtude de não se arvorar em assumir as posições teóricas que se mostram contestadoras. Mas a liberdade acadêmica e a autonomia na universidade, principalmente a pública, necessita ser ressignificada para atender aos reais propósitos democráticos. Assim, a complexidade de se aprofundar o fato linguístico a partir de uma dada visão teórica pode ser resolvida talvez pela possibilidade em produzir uma forma de buscar os fenômenos pelo foco de uma epistemologia que se ancora numa perspectiva de produção do conhecimento científico pautada pela interdisciplinaridade.

Assim, reconhecemos que a formação positivista marca profundamente a vida acadêmica dos futuros pesquisadores no aspecto de tratar as disciplinas de forma isolada, além de descontextualizar os conteúdos e os métodos numa perspectiva mais geral, o que foi constatado em nossos dados, pois não há sequer quaisquer críticas nas reedições sucessivas do artefato dos manuais de introdução.

Enfim, temos a convicção de que nossa pesquisa não esgotou as discussões sobre o tema em perspectiva, mas objetivou tão somente iniciar uma reflexão dada a complexidade dos seus desdobramentos necessariamente as questões suscitadas podem possuir rebatimentos com outras teorias e disciplinas de áreas diversas da Linguística, a exemplo da Filosofia, da Sociologia, da Educação, entre outras. Essa atitude nos leva a sonhar com um ambiente interinstitucional e interdisciplinar a fim de tratar os achados dessa pesquisa de forma tolerante e avessa ao discurso que queira monopolizar a ciência e de maneira acrítica transforme o que deveria ser provisório em dogma.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. A Pesquisa Linguística No Brasil: 1968-1988. 1ª ed. São Paulo: HUMANITAS, 1998.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1974.
- AUSTIN, Jhon. L. Quando dizer é fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990
- AUSTIN, J.L. How to do things with words. Oxford: Claredon Press, 1962.
- BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BACHELARD, G. O Racionalismo Aplicado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BAKTHIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAR-HILLEL, Y. Expressões indiciais. In: Dascal, M. (Org). Fundamentos metodológicos da linguística. Vol. IV, Campinas, 1982 (p.23-49)
- BEAUGRANDE, R. New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge of Society. Norwood, New Jersey: Ablex, 2004.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.
- BENVENISTE, E. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1966.
- BITTENCOURT, C. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). In. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, set./dez. 2004, pp. 475-491.
- BORGES NETO, J. A questão da origem das línguas: Rousseau e Herder. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas-IEL/Unicamp, 24, 1993, p. 91-103.
- BORGES NETO, J. Ensaios de Filosofia da Linguística. São Paulo: Parábola, 2004.
- BOUQUET, S. Introdução à leitura de Saussure. Trad. Carlos Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo, SP: Editora, Cultrix, 2004.
- BRANDÃO, H. N. 1991. Introdução à análise do discurso. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- _____. Subjetividade, argumentação, polifonia. A propaganda da Petrobrás. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

BROWN, P.; LEVINSON, S (1978). Universals in Language Usage: Politeness Phenomena . In: GOODY, E.N. (ed.) Questions and Politeness-Strategies in social interaction. Cambridge: Cambridge University Press.

CAMARA Jr., J. Mattoso. História da Linguística. Petrópolis: Vozes, 4. ed., 1986.

CANGUILHEM, G. Estudos de Historia e de Filosofia das Ciências. São Paulo: SP. Forense Universitari, 2011

CANGUILHEM, G. “O objeto da história das ciências”. In: Tempo Brasileiro nº 28, jan/mar, 1972.

CLARK, Herbert H. Using language. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

CLARK, H.H. Inferences in Comperhension. In: P.N Hohnson-Laird e P.C. Wason, 1977

CLARK , H. H. & CLARK , E.V. Psychology and language . New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.

COLE, Peter (Ed). Syntax and semantics. v. 9, Pragmatics. New York: Academic Press, 1978.

COLE, P. & Morgan, J. (Eds). Syntax and semantics. v.3, Speech acts. New York: Academic Press, 1975.

COSERIU, Eugênio. Lições de linguística geral. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1982.

COSERIU, E. Teoria da Linguagem e Lingüística Geral. São Paulo: EDUSP, 1979.

CUMMINGS, Louise. Review of Pragmatics: A Multidisciplinary Perspective. Edinburgh University Press, 2005.

DASCAL, M. A Dialética na Construção Coletiva do Saber Científico. In: REGNER, A .C;ROHDEN, LUIZ. A Filosofia e a Ciência Redesenham Horizontes. São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2005.

DASCAL, M. Fundamentos Metodológicos da Linguística. Vol. 1- Concepções Gerais da Teoria Linguística. São Paulo: Global, 1978.

DASCAL, Marcelo (Org). Fundamentos metodológicos da lingüística. São Paulo, Unicamp. Vol. III e IV, 1978/1982.

DUCROT, O. O Dizer e o Dito. Campinas: Pontes, 1988.

FIORIN, J. L. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

_____. As astúcias da enunciação, São Paulo: Ática, 1991[2001].

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. Introdução à Linguística da Enunciação. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber .Trad. Brás. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. (1979). Microfísica do Poder. Trad. e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FRASER, B. Hedged Performatives. In: COLE, P., MORGAN, J. (org.). Syntax and Semantics. V.III: Speech Acts. New York: Academic Press, 1984

FREGE, G. On sense and reference. In: GEACH, P.T. & BLACK, M. Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege. Oxford: Blackwell, 1952.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: _____. Lógica e filosofia da linguagem. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix: Ed. USP, 1978. p.59-86. Edição original: 1892.

GAZDAR, Gerald. Pragmatics: implicature, presupposition, and logical form. New York: Academic Press, 1979.

FURLAN, Reinaldo. Uma revisão /discussão sobre a filosofia da ciência. Paidéia, 12(24), 125-138. FFCLRP - Universidade de São Paulo, 2003.

GRICE, H.P. (1975). "Logic and Conversation," Syntax and Semantics, vol.3 edited by P. Cole and J. Morgan, Academic Press. Reprinted as ch.2 of Grice 1989, 22–40.

GRICE, H Paul. Meaning. Philosophical Review, 67, 1957. Reprinted in: Steinberg & Jakobovits (1971, p.53-59) e in: Strawson (1971, p.39-48)

_____. Presuppositions and conversational implicature. In: COLE, P. (Ed.) Syntax and semantics. New York:Academic Press, v.9 1982, p.183-198.

_____. Meaning. In: _____, Studies in the way of words. Cambridge, MA: Harvard University Press 1989, p. 213-223.

JAKOBSON, R. Linguística. Poética. Cinema. Tradução Haroldo de Campos et alii. São Paulo: Editora Perspectiva. 1970.

JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. Izidoro Blikstein (Trad.). São Paulo: Cultrix, s.d. 1971.

JAPIASSU, H. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

HJELMSLEV, L. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. São Paulo: Perspectiva, 1981.

HÜHNE, L.M. (Org.). Filosofia e Ciência. Rio de Janeiro: Uapê:SEAF, 2008.

KEMPSON, Ruth M. Teoria Semântica. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

KOCH, I.G V. Desvendando os segredos do texto. (4. ed). São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

KOERNER, K. *Toward a Historiography of Linguistics*. 19th and 20th century paradigms, Amsterdam: John Benjamins, 1978.

KUHN, T.S. *A Estrutura das Revoluções Científica*, (3ª. ed.), São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAKATOS, I. *The methodology of scientific research programmes: philosophical papers*. Cambridge: Cambridge University Press. 1977.

_____; MUSGRAVE, Alan. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento: quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre filosofia da ciência, realizado em Londres em 1965*. São Paulo: Cultrix, 1979.

LANGACKER, Ronald W. . *A linguagem e sua estrutura: alguns conceitos lingüísticos fundamentais* 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

LAUDAN, Larry. *Science and Relativism*. Chicago, The University of Chicago Press, 1984.

LEECH, Geoffrey. *Principles of pragmatics*. London/New York: Longman, 1983.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Massachusetts: Institute of Technology, 2000.

LEVINSON, Stephen. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MACHADO, R. *Ciência e Saber*. Rio de Janeiro. Graal, 1981.

MAINGUENEAU, D. 1989. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP.

_____. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996

_____. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. 2001. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.

MALMBERG, B. *As novas tendências da lingüística*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

MARCUSCHI, Elizabeth. 2008. *Os destinos da avaliação no manual do professor*. In *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. DIONISIO, Ângela Paiva, BEZERRA, Maria Auxiliadora Lucerna. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.

MILLER, Carolyn. 2009. Gênero textual, agência e tecnologia. Ângela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel (Orgs). Recife: EDUFPE

MORAES, S. C. (Org.). *Contra o desperdício da experiência: a Pedagogia do Conflito revisitada*. Porto Alegre: Redes, 2009. p. 41-75.

MORRIS, C.W. Foundations on the Theory of Signs. In: O. Neurath, R. Carnap, C. Morris (Eds.). *International Encyclopedia of Unified Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1938 pp. 77-138.

MOUNIN, G. *Clefs pour la linguistique*. Paris: Seghers, 1970.

MILLER, Carolyn. Gênero textual, agência e tecnologia. Ângela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel (Orgs). Recife: EDUFPE, 2009.

MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Linguística*. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Cortez, 2001.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org) *Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2009.

ORLANDI, E. 1999. *Análise de discurso-princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

_____. Sobre a (des) construção das teorias linguísticas. In: GUIMARÃES E. ORLANDI, E. *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. (1979). *Estética da Criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PEIRCE, C.S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PUSTEJOVSKY, J. *The Generative Lexicon*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

POPPER, K. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. *Conjectures and refutations*. 2a ed. New York: Routledge. 2008.

_____. *A ciência normal e seus perigos*. In: LAKATOS, I; MUSGRAVE, A. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

ROBINS, Robert H. *Linguística Geral* (trad. Elizabeth Corbetta e outros). 2a ed. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Globo, 1981.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento. 12ª Edição, 2008.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 1916.

SEARLE, John R. *Sens et expression*. Paris: Minuit, 1982.

SEARLE, J. R. - *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: CUP, 1969.

SEARLE, John. Uma taxinomia dos atos ilocucionários. In: Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala. (Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia). 2 ed. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

SPERBER, D, & WILSON, D. Relevance: Communication and Cognition. Oxford, Blackwell, Second edition, 1995.

_____. Précis of Relevance: Communication and Cognition. In: Behavioral and Brain Sciences.10, pp 697-754. New York, Cambridge University Press, 1987.

SPACK, R. Initiating ESL students into the academic discourse community: how far should we go? *TESOL Quartely*, Alexandria, v. 22, p. 29-51, 1988.

STALNAKER, R.C. Pragmatics. In: Davidson & Harman (Eds.). Semantics of natural languages. Dordrecht, Reidel Publishing Co., 1972.

STAROBINSKI, J. As Palavras Sob as Palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure. São Paulo: Perspectiva, Linguística Geral. 22ª ed. São Paulo, SP: Editora, Cultrix, 2000.

STRAWSON, P. F. Escritos Lógico-Linguísticos: sobre referir. In SILVA, Osvaldo Porchat de Assis Pereira da Silva. (Orgs.) Os pensadores. Trad. Balthazar Barbosa Filho. 1ª ed. São Paulo: Editora Abril, 1975.

SWALES, J. Genre analysis: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SPERBER, D; WILSON, D. Pragmatics, modularity and mind-reading. *Mind & Language* 17 (1-2), 3-23, 2004.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs & Richard Dasher. Intersubjectification and clause periphery. *English Text Construction*, 2012.

VERÓN, E. Fragmentos de um tecido. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

XAVIER, Antônio Carlos. A era do hipertexto: linguagem e tecnologia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

XAVIER, Rosemary Candaten. Leonor Scliar Cabral: uma historicidade possível na produção do saber sobre a lingüística na mídia impressa do RS. 2004. 108f. Dissertação (Mestrado em Letras).

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. Inference and implicature. In: DAVIS, Steven (Ed), *Pragmatics a reader*. Oxford University Press, 1991a, p.377-393.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística (Tomo I: Objetos teóricos). São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística (Tomo II: Princípios de análise). São Paulo: Contexto, 2016.

MARTELOTTA, M. E (org.). Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2012.

ANEXOS

Anexo 1

Plano de Ensino Consolidado

Seção 1. Caracterização complementar da turma/disciplina

Turma/Disciplina: 062189 - A - INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	2009/2
---	---------------

Professor Responsável:	CRISTINE GORSKI SEVERO
------------------------	-------------------------------

Objetivos Gerais da Disciplina

Levar o aluno a:

Reconhecer a linguagem e a língua como objetos de estudo da Lingüística;

Conhecer os conceitos fundamentais da lingüística e situá-los no percurso dos estudos lingüísticos, caracterizando, principalmente o papel de Saussure nos estudos da linguagem.

Ementa da Disciplina

Fundamentos da lingüística no contexto estruturalista em oposição à abordagem lógico-filosófica clássica. A perspectiva saussuriana da língua como sistema. Conceitos fundamentais da lingüística moderna.

Número de Créditos			
Teóricos	Práticos	Estágio	Total
2	2	0	4

Requisitos da Disciplina

Co-Requisitos da Disciplina

Caráter de Oferecimento

Seção 2. Desenvolvimento da Turma/Disciplina

☐	Marcar se a turma/disciplina estiver cadastrada no PESCD (Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação de Docente)
--------------------------	---

☐	Marcar se nesta turma, neste Ano/Semestre, estiver acontecendo um estágio do PESCD (Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação de Docente)
--------------------------	---

Requisito Recomendado (aos alunos da graduação)

Tópicos/Duração

Cada aula abaixo corresponde à carga horária de 4 horas.

Aulas 1 e 2 - História da Linguística: uma visão panorâmica (da Antiguidade à Renascença)

Aula 3 - Os comparativistas, os neogramáticos e o subjetivismo idealista (Humboldt).

Aula 4 - A perspectiva social da língua

Aulas 5, 6 e 7 - Estruturalismo europeu

Aula 8 - PROVA

Aula 9 - Estruturalismo americano

Aula 10 - Sociolinguística

Aula 11 - Funcionalismo

Aula 12 - Gerativismo

Aula 13 - Pragmática

Aula 14 - Trabalho

Aula 15 - Avaliação complementar

Objetivos Específicos

Fazer com que o aluno seja capaz de:

- Ter uma compreensão ampla das condições de surgimento da Linguística moderna;
- identificar os diferentes conceitos da Linguística moderna, relacionando-os às diferentes abordagens;
- relacionar os conceitos fundamentais saussurianos a outros conceitos de diferentes abordagens;
- aplicar os conceitos às análises linguísticas.

Estratégias de Ensino

- 1) Expor diferentes perspectivas nos estudos da linguagem, criando condições de comparação, análise e crítica de aspectos gerais das teorias.
- 2) Criar condições para que os alunos possam refletir criticamente sobre conceitos linguísticos em geral, relacionando-os a diferentes abordagens.
- 3) Estimular os alunos ao debate e proporcionar análises linguísticas a partir dos conceitos apresentados.

Atividades dos Alunos

- Leitura e debate dos textos e temas sugeridos.
- Reflexão crítica sobre os conceitos e as teorias estudados.
- Realização de exercícios de reflexão e análise linguística.
- Exposição oral de trabalhos.

Recursos a serem utilizados

Textos teóricos; textos variados para serem analisados; retroprojeto; data show.

Procedimentos de Avaliação do aprendizado dos alunos provas, trabalhos individuais ou em grupo, participação, trabalhos extra-classe, seminários, relatórios, exercícios, etc..)

1. Prova (peso 1)

2. Seminário (peso 1)

3. Trabalho (peso 1)

A nota final será a média das três avaliações. A atividade complementar será uma prova cuja nota substituirá a avaliação em que o aluno tiver obtido o menor resultado. A recuperação da nota será feita mediante a aplicação de uma prova sobre o conteúdo a ser selecionado.

Bibliografia Publicação (Procure usar normas ABNT. a menos da formatação)

- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Hucitec, 1995.
- BENVENISTE, Emile. Problemas de Lingüística Geral. v. 1 e 2. Campinas: Pontes, 2005.
- BOUQUET, S. Introdução à leitura de Saussure. SP: Cultrix, 2002.
- CHOMSKY, N. Linguagem e mente. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- FIORIN, J. L. (org.), Introdução à lingüística. v. 1 e 2. São Paulo: Contexto, 2005.**
- HUMBOLDT, Wilhem von. Linguagem, Literatura, Bildung / Werner Heidermann, Markus Weininger (orgs.). Florianópolis: UFSC, 2006.
- LYONS, John. Introdução à lingüística teórica. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- _____. Linguagem e Lingüística. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, Joaquim. Princípios de lingüística geral. Rio de Janeiro, Padrão, 1989.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo (org). Manual de Lingüística. São Paulo: Contexto, 2008.**
- MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (orgs.) Introdução à Lingüística. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Cortez, 2001.**
- ROBINS, Robert H. Lingüística Geral (trad. Elizabeth Corbetta e outros). 2a ed. Porto Alegre - Rio de Janeiro: Globo, 1981.
- _____. Pequena História da Lingüística. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil; LOPES DA SILVA, Fábio (orgs.) A lingüística que nos faz falhar. São Paulo: Parábola, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 1916/2000.
- STAUB, Augustinus. Hermann Paul, F. de Saussure e K. Bühler na lingüística moderna. Brasília: Thesaurus, 1981.
- WEEDWOOD, Barbara. História concisa da Lingüística. São Paulo: Parábola, 2002.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística. (trad. Marcos Bagno) São Paulo: Parábola, 2006.

Anexo 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS – COLET

PLANO DE ENSINO

LETRAS (PORTUGUÊS-INGLÊS)				
Turno: Noturno			Currículo: 2003	
INFORMAÇÕES BÁSICAS				
Unidade curricular INICIAÇÃO AOS ESTUDOS LINGUISTICOS				Departamento DELAC
Período 2013/1	Carga Horária			Código CONTAC
	Teórica 60	Prática -	Total 60	
Natureza:	Grau acadêmico / Habilitação: Licenciatura em Português-Inglês		Pré-requisito:	Co-requisito:
EMENTA				
Este curso objetiva introduzir os alunos aos estudos linguísticos. Inicialmente, serão discutidos os textos fundadores da Linguística contemporânea: mais especificamente, o trabalho de Ferdinand de Saussure, tomado público por meio do Curso de Linguística Geral. Examinaremos a repercussão dos trabalhos saussurianos e as consequências do estruturalismo linguístico iniciado com esses trabalhos. Atentando para a linguística como ciências, o curso procurará distinguir os fatos da língua das hipóteses produzidas acerca da língua, fazendo com que os alunos percebam que as teorias acerca da língua, seja elas das gramáticas tradicionais, sejam elas das diversas vertentes linguísticas são hipóteses acerca da estrutura e do funcionamento da língua. Para essa consciência dos fatos da língua e das hipóteses acerca da língua, serão estudados textos da linguística descritiva, particularmente os trabalhos de Perini (2006), mas também os trabalhos de Mattoso Câmara (1969). Ao final, estudaremos a estrutura das línguas e, por fim, introduziremos conceitos-chaves da Fonética e Fonologia.				
OBJETIVOS				
- Apresentar os estudos linguísticos aos alunos iniciantes do curso de Letras. - Conhecer a história da fundação da Linguística contemporânea. - Conhecer a proposta de Ferdinand de Saussure. - Identificar os elementos caracterizadores do estruturalismo linguístico. - Distinguir fatos da língua e hipóteses acerca dos fatos linguísticos. - Identificar as características dos estudos linguísticos e diferenciar dos estudos				



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS – COLET

gramaticais.

- Identificar os conceitos fundamentais da Fonética e da Fonologia.
- Identificar as unidades mínimas da língua: as unidades de primeira e segunda articulação
- Conhecer as propriedades articulatórias do fonema.
- Descrever os traços caracterizadores dos fonemas.
- Distinguir traços distintivos dos outros traços que caracterizam os fonemas.
- Estudar os símbolos fonéticos e o quadro fonético proposto pela Associação Internacional de Fonética.
- Transcrever foneticamente as palavras da língua portuguesa.
- Distinguir Fonética de Fonologia.
- Transcrever fonética e fonologicamente palavras e pequenos textos da língua portuguesa.
- Identificar e fenômenos fonéticos e fonêmicos (fonológicos) das descrever fenômenos fonéticos e fonêmicos (fonológicos) da língua portuguesa.
- Descrever fenômenos fonéticos e fonêmicos (fonológicos) da língua portuguesa línguas (línguas hipotéticas, línguas desconhecidas e da língua portuguesa).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. APRESENTAÇÃO GERAL DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

- 1.1 Conceito de língua e de linguagem.
- 1.2 Gramáticas: Gramáticas descritivas e Gramáticas prescritivas.
- 1.3 Condições históricas de fundação da linguística contemporânea: o Comparativismo no século XIX. Os Neogramáticos. As Regras Fonéticas. Gramáticas Históricas.
- 1.4 Os estudos da linguagem (Linguística) com ciência: Conceito de ciência e critérios de cientificidade: o caráter explícito, o caráter sistemático e o caráter objetivo.

II. FERDINAND DE SAUSSURE - FUNDAÇÃO DA LINGÜÍSTICA CONTEMPORÂNEA

- 2.2.1 Ferdinand de Saussure e a fundação da Linguística contemporânea. O Curso de Linguística Geral – introdução e a visão da Linguística. (Estudo do Capítulo I da Introdução)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS – COLET

2.2.2 Matéria e tarefa da Linguística: suas relações com as ciências conexas. (Estudo do Capítulo II da Introdução) 2.2.3 Objeto da Linguística: a definição de língua, o lugar da língua nos fatos de linguagem, o lugar da língua nos fatos humanos. A Semiologia. (Estudo do Capítulo III da Introdução) 2.2.4 Natureza do signo linguístico: signo, significado, significante. Os princípios da arbitrariedade do signo e do caráter linear do signo. (Estudo do Capítulo I da Primeira Parte) 2.2.5 Imutabilidade e Mutabilidade do signo linguístico. (Estudo do Capítulo II da Primeira Parte) 2.2.5 As entidades concretas da língua. Definição de entidade e unidades. (Estudo do Capítulo II da Segunda Parte) 2.2.6 Identidade, realidade e valores. A língua como sistema. A noção de valor. (Estudo do Capítulo III e IV da Segunda Parte) 2.2.7 Relações sintagmáticas e relações associativas. (Estudo do Capítulo V e VI da Segunda Parte) III. A ESTRUTURA DA LÍNGUA 3.1 Perini (2006): Princípios de Linguística Descritiva. (Estudo da Introdução – páginas 17 a 26) 3.2 Noções básicas: Fatos e Hipóteses, De onde vem os dados? Forma e Significado. (Estudo dos Capítulos 1, 2 e 3 da primeira parte do livro) 3.3 Mahmoudian (1982): A natureza da estrutura linguística e as suas relações com os fatos empíricos. (Estudo do Capítulo 1 do livro do autor, A Linguística Hoje) IV. FONÉTICA E FONOLOGIA 4.1 Conceito de Fonética: Fonética Articulatória, Fonética Auditiva e Fonética Acústica. Os sons da língua, a fonação e o aparelho fonador. 4.2 Processos de articulação dos sons. Consoantes, semivogais/semiconsoantes e vogais. Critérios de Identificação: Modo e Zona de articulação, o papel das cordas vocais e das cavidades bucal e nasal. 4.3 Símbolos fonéticos e transcrição fonética. Distinção entre Letra e som. Encontros vocálicos, encontros consonantais e dígrafo. 4.4 Fonologia – estudo sistêmico dos sons. Distinção entre fonema e fone (som) Traços distintivos e traços pertinentes. Pares mínimos e pares suspeitos. Variações fonéticas linguisticamente condicionadas e variações sem condicionamento. Regras fonêmicas/fonológicas. (Capítulos 3 e 4 de Mussalim, Fernanda e Bentes, Anna Christina, 2001. Capítulos 1 e 2 de Introdução à Linguística de Fiorin, José Luiz (org.) de 2003)
METODOLOGIA
- aulas expositivas - estudo em grupo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS – COLET

- seminários - exercícios práticos em sala de aula.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
- Seminários e debates teóricos - Exercícios Práticos de análise linguística (trabalho em grupo e individual) - Avaliação Final
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BENVENISTE, E. Problemas de linguística Geral. Vol. I. Campinas : Pontes, 1989 BENVENISTE, E. Problemas de linguística Geral. Vol. II. Campinas : Pontes, 1989. FIORIN, José Luiz (org). Introdução à Linguística I: Objetos teóricos. São Paulo : Contexto, 2002. CAMARA, J. Mattoso. Princípios de Linguística Geral. Acadêmica : Rio de Janeiro, 1964. CAMARA, J. Mattoso. Estrutura da Língua Portuguesa. 16 ed. Vozes : Petrópolis, 1986. CAMARA, J. Mattoso. Problemas de Linguística Descritiva. 10 ed. Vozes : Petrópolis, 1981. FIORIN, José Luiz (org). Introdução à Linguística II: Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Cristina (org.) introdução à linguística: domínios e Fontes. vol. 2. São Paulo : Cortez, 2000. MAHMOUDIAN, Mortéza. A Linguística Hoje. Tradução de Maria do Céu Ferreira T. da Silva. São Paulo : Martins Fontes, 1982. PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia. As grandes teorias da Linguística: Da gramática comparada à pragmática. Trad. M.R. Gregolin et al. São Carlos : Claraluz, 2006. PERINI, Mário Alberto. Princípios de Linguística Descritiva: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo : Parábola Editora, 2006. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 9. ed. São Paulo: Cultrix (1916), 1975.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BASÍLIO, M. Teoria Lexical. Ática : São Paulo, 1987. BORBA, F. da Silva. Introdução aos estudos lingüísticos. Nacional : São Paulo,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS – COLET

1970.
 CARONE, Flávia de Barros. Morfossintaxe. Ática : São Paulo, 1986.
 LYONS, John. Introdução à Linguística Teórica. Companhia Editora Nacional / Universidade de São Paulo : São Paulo, 1979.
 LOPES, Edward. Problemas da lingüística contemporânea. Cultrix : São Paulo, 1981.
 MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Cristina (org.) introdução à lingüística: domínios e Fontes. vol. 1. São Paulo : Cortez, 2000.
 PAIS, C. T. & RECTOR, M. (orgs.) Manual de Lingüística. Vozes : Petrópolis, 1979.
 PERINI, Mário A. Para uma nova gramática do português. Ática : São Paulo, 1986.
 PERINI, Mário A. Sintaxe Portuguesa - Metodologia e Funções. Ática : São Paulo, 1989.
 PICKETT, V. & BENJAMIN, E. Introdução à morfologia e à sintaxe. Vozes : Petrópolis, 1973.
 SILVA, M. Cecília P. S e & KOCH, Ingedore G. V. Lingüística Aplicada ao português: morfologia. Cortez : São Paulo, 1986.
 SAUSSURE, Ferdinand. Escritos de Linguística Geral. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo : Cultrix, 2002.
 SILVA, Thaís Christófaro. Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo : Contexto, 2001.
 SILVA, Thaís Christófaro. Exercícios de Fonética e Fonologia do Português. São Paulo : Contexto, 2003.

Professor

Coordenador

ANEXO 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS – COLET

PLANO DE ENSINO

LETRAS				
Turno: Noturno		Currículo: 2003		
INFORMAÇÕES BÁSICAS				
Unidade curricular TEORIAS DA LINGÜÍSTICA			Departamento DELAC	
Nome do Professor(a) ANTÔNIO LUIZ ASSUNÇÃO				
Período 2º/2012	Carga Horária			Código CONTAC
	Teórica 60	Prática -	Total 60	
Natureza (Obrigatória/Optativa)	Grau acadêmico / Habilitação (Bacharelado ou Licenciatura)		Pré-requisito	Co-requisito
EMENTA				
Este curso pretende apresentar um panorama das teorias lingüísticas , objetivando apresentar aos alunos os quadros teóricos dos estudos lingüísticos desde a fundação da Linguística moderna. Do ponto de vista teórico, abordaremos questões referentes às concepções de língua e de linguagem que fundamentaram esses modelos de análise, tratar dos pressupostos teóricos e metodológico de análise dessas teorias. Nesse curso atentaremos para Linguística Moderna - pressupostos teóricos fundadores. Saussure e Fundação da Linguística. Modelos teóricos do funcionalismo. Lingüísticas enunciativas e lingüísticas discursivas e Pragmática.				
OBJETIVOS				
Este curso tem como objetivo apresentar aos alunos um panorama das teorias lingüísticas, tomando como foco na concepção de língua/linguagem, nos pressupostos metodológicos dos modelos teóricos abordados. - estudar os pressupostos teóricos da fundação da linguística moderna, foco nos trabalhos de Saussure; - estudar os pressupostos teóricos do funcionalismo lingüístico; - conhecer os pressupostos do formalismo lingüístico, destaque para o descritivismo lingüístico e o gerativismo; -estudar os quadros teóricos não formalistas: as lingüísticas enunciativas, discursivas e a pragmática.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1. Saussure e a fundação da Linguística moderna. 2. Funcionalismo lingüístico e seus pressupostos teóricos 3. Lingüísticas enunciativas, discursivas e pragmáticas.				
METODOLOGIA				
• Aulas Expositivas e estudo dirigido • Trabalhos em Grupos e Seminários				



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS – COLET

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
• Avaliações de diagnóstico dos conhecimentos adquiridos (Teóricas) • Práticas de Análise de Texto. • Também são pontos de avaliação frequência, pontualidade e participação
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988. BENVENISTE, E. Problemas de lingüística Geral. Vol. I. Campinas : Pontes, 1989 BENVENISTE, E. Problemas de lingüística Geral. Vol. II. Campinas : Pontes, 1989. BRAIT, Beth & SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília (orgs.). Texto ou discurso? São Paulo : Contexto, 2012. FIORIN, José Luiz (org). Introdução à Linguística I: Objetos teóricos. São Paulo : Contexto, 2002. FIORIN, José Luiz (org). Introdução à Linguística II: Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003. MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Cristina (org.) introdução à lingüística: domínios e Fontes. vol. 2. São Paulo : Cortez, 2000. PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia. As grandes teorias da Linguística: Da gramática comparada à pragmática. Trad. M.R. Gregolin et al. São Carlos : Claraluz, 2006. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de lingüística geral. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 9. ed. São Paulo: Cultrix (1916), 1975. SAUSSURE, Ferdinand. Escritos de Lingüística Geral. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo : Cultrix, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ADAM, Jean-Michel. A Linguística Textual: introdução à análise dos discursos. São Paulo : Cortez Editora, 2011. BARBISAN, Leci Borges & DI FANTI, Maria da Glória (orgs.) Enunciação e Discurso: tramas do sentido. São Paulo : Contexto, 2012. BRAIT, Beth & SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília (orgs.). Texto ou discurso? São Paulo : Contexto, 2012. GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). História e sentido na linguagem. Campinas: Pontes, 1989. GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995. ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. Semântica. São Paulo: Ática, 1987. ILARI, Rodolfo. Introdução à Semântica: Brincando com a Gramática. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001. JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. São Paulo: Cultrix, 1969. LOZANO, J./ PEÑA MARIN, C.P. & CURTO G. A. Análise do discurso: Por uma Semiótica da Interação Textual. São Paulo : Littera Mundi, 2002. MAINGUENEAU, Dominique. Cenas da Enunciação. Organização: Sírio Possenti, Maria Cecília P. Souza-e-Silva. Curitiba : Criar, 2006. MILANEZ, Nilton & GASPAR, Nádea Regina. A (des)ordem do discurso. São Paulo : Contexto, 2010. PÉCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS – COLET

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discurso*. São Paulo: Hackers editores, 1999.
 SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 9. ed. São Paulo: Cultrix (1916), 1975.
 SAUSSURE, Ferdinand. *Escritos de Lingüística Geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo : Cultrix, 2002.
 VOGÜÉ, Sarah de, Jean-Jacques FRANCKEL, Denis PAILLARD. *Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo : Contexto, 2011.

Aprovado pelo Colegiado em ____ / ____ / ____

 Prof. Antônio Luiz Assunção

 Coordenador(a)
 (Carimbo)

ANEXO 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS - COLET

PLANO DE ENSINO

LETRAS				
Turno: Noturno		Currículo: 2003		
INFORMAÇÕES BÁSICAS				
Unidade curricular IELIN: Teorias da Linguística			Departamento DELAC	
Nome da Professora Dylia Lysardo Dias				
Período 2º/2013	Carga Horária			Código CONTAC
	Teórica 60	Prática -	Total 60	
Natureza Obrigatória	Grau acadêmico / Habilitação Licenciatura		Pré-requisito Não há	Co-requisito Não há
EMENTA				
Quadro teórico e pressupostos metodológicos das diferentes teorias linguísticas. Os fundamentos da Linguística Moderna. Modelos teóricos do funcionalismo. Linguísticas enunciativas. Linguísticas discursivas. Teorias pragmáticas.				
OBJETIVOS				
• Apresentar e discutir as bases teóricas e metodológicas das principais teorias da linguística. • Identificar os fundamentos da linguística moderna, focalizando os trabalhos de Ferdinand de Saussure. • Abordar os modelos de análise proposto pelo funcionalismo • Expor a base conceitual e os modelos de análise das linguísticas enunciativas e discursivas e da pragmática, diferenciando os conceitos de língua, linguagem e contexto subjacentes a cada uma delas				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1. Saussure e a Linguística moderna 2. Funcionalismo linguístico: proposta e fundamentos 3. Linguísticas enunciativas e discursivas 4. Teorias pragmáticas				
METODOLOGIA				
Aulas expositivas, seminários, trabalhos individuais e em grupo				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
Provas e elaboração de resumos e resenhas				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem : problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995. BENVENISTE, Emile. Problemas de linguística geral . Campinas: Pontes, 1988. BENVENISTE, Emile. Problemas de linguística geral II . Campinas: Pontes, 1989.				



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
 INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN
 COORDENADORIA DO CURSO DE LETRAS – COLET

BORBA, F. da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. São Paulo: Editora Nacional, 1970.
 LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
 MUSSALIM, Fernanda; Bentes, Anna Christina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2004.
 PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.
 SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. [Cours de linguistique générale]. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1988.
 WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. 4.ed. São Paulo: Parábola, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: Parábola editorial, 2006.
 BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. [Estetika Sloviésnova Tvórtchestva]. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 CERVONI, Jean. **A enunciação**. São Paulo: Atica, 1989.
 FÁVERO, Leonor Lopes; Kock, Ingedore Grunfeld Villaca. **Linguística textual: uma introdução**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1988.
 FIORIN, Jose Luiz. **As astúcias da enunciação** as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Atica, 1996.
 NORMAND, Claudine. **Convite à Lingüística**. São Paulo, Editora Contexto, 2011.
 OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola editorial, 2013
 POSSENTI, Sirio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
 SOUZA, Edson Rosa de (Org.). **Funcionalismo Linguístico: análise e descrição - Vol 2**. São Paulo, Editora Contexto, 2012.
 SOUZA, Edson Rosa de (Org.). **Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas - Vol 1**. São Paulo, Editora Contexto, 2012.

Aprovado pelo Colegiado em ____ / ____ / ____

Professora Dylia Lysardo-Dias

Coordenador(a) do Curso de Letras

ANEXO 5

HL222 – LINGÜÍSTICA I
(1º SEMESTRE DE 2009)

Professor: José Borges Neto

Ementa: Conceitos básicos da lingüística. Fonética e fonologia.

Programa:

Módulo I – Introdução à Lingüística.

1. O que é lingüística?
2. O que é linguagem?
3. O que é língua?
4. Língua e escrita.
5. A ficção da homogeneidade.
6. Língua, dialeto e idioleto.
7. Competência e desempenho.
8. Língua e lingüística.
9. Linguagem e metalinguagem.
10. Ciência da língua?

Bibliografia de apoio:

Lyons 1982, Capítulo 1 (Linguagem)
Pinker 2008, Capítulo 1 (Palavras e Mundos)

Módulo II – Lingüística como ciência da língua.

1. A primeira proposta: a gramática tradicional (GT).
2. A GT como modelo da língua.
3. Aspectos da GT:
4. Classes de palavras.
5. Relações entre as palavras e as “idéias”.
6. Relações entre as palavras (entre si).
7. A noção de sentença.

Bibliografia de apoio:

Gramáticas escolares (à escolha)

Módulo III – Fonética.

1. O aparelho fonador.
2. Fonética articulatória.
3. Representação fonética e representação ortográfica.
4. Transcrição fonética.

Bibliografia de apoio:

Lyons 1979, Capítulo 3 (Os sons da língua)
Lyons 1982, Capítulo 3 (Os sons da língua)
Fiorin (org) Cap. 1 (Fonética)
Mussalim e Bentes (orgs), Cap. 3 (Fonética)
Silva Cap. 1 (Fonética)

Módulo IV – Fonologia.

1. Fonética e Fonologia
2. Fone e Fonema
3. Fonema e alofone

Bibliografia de apoio:

Lyons 1979, Capítulo 3 (Os sons da língua)
 Lyons 1982, Capítulo 3 (Os sons da língua)
 Fiorin (org) 2003, Cap. 2 (Fonologia)
 Mussalim e Bentes (orgs), Cap. 4 (Fonologia)
 Silva, Cap. 2 (Fonêmica)

Avaliação:

- Haverá uma prova para cada módulo, em data a ser marcada.
- Haverá, também, no final do semestre, uma prova substitutiva, sobre a matéria dos quatro módulos, destinada a repor a nota de provas a que os estudantes eventualmente tenham faltado.

Bibliografia Geral:

Fiorin, José Luiz (org). *Introdução à Linguística II*. São Paulo: Contexto, 2003.
 Lyons, John. *Introdução à Linguística Teórica*. São Paulo: Ed. Nacional – EDUSP, 1979.
 Lyons, John. *Lingua(gem) e Linguística*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
 Mussalim, Fernanda; Bentes, Anna Christina (orgs). *Introdução à Linguística – domínios e fronteiras, vol. 1*. São Paulo: Cortez.
 Pinker, Steven. *Do que é feito o pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 Silva, Thais Cristófar. *Fonética e Fonologia do Português*. São Paulo: Contexto.

ANEXO 6

Plano de ensino

Disciplina: LEC050 - LINGUISTICA I

Créditos: 4

Departamento: DEPTO DE LETRAS

Ementa	A Linguística como Ciência. Estudos linguísticos referentes à primeira metade do século XX. Estruturalismo europeu e norte-americano com ênfase na morfologia e fonologia em perspectiva teórica e de prática analítica.
Conteúdo	1. A Linguística como Ciência 1.1. Breve histórico da Linguística: fase pré-científica, século XIX e fundação científica 1.2. Propriedades Gerais da Linguagem Humana e das Línguas Naturais 1.3. Linguagem Humana vs. Linguagem Animal e Linguagem Artificial 2. O Estruturalismo 2.1. Conceitos 2.2. Estruturalismo Saussuriano 2.3. O Círculo Linguístico de Praga 2.4. Estruturalismo Norte-Americano 3. Conceitos Básicos de Fonética e Fonologia 3.1. Fone, Fonema e Alofone 3.2. Transcrição Fonética 4. Conceitos Básicos de Morfologia 4.1. Morfe, Morfema e Alomorfe 4.2. Análise Mórfica
Bibliografia	CALLOU, D.; LEITE, Y. Iniciação à fonética e à fonologia. 7. ed. Revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. MARTELOTTA, Mario Eduardo. Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008. MARTIN, R. Para entender a Linguística. São Paulo: Parábola, 2003. SILVA, Thaís Chritófaro. Fonética e Fonologia do Português. São Paulo: Contexto, 2002. SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, I. G. V. Linguística aplicada ao português: morfologia. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2000. WEEDWOOD, Barbara. História Concisa da Linguística. São Paulo: Parábola, 2006.
Bibliografia complementar	FARIA, I. H. et al. (Orgs.) Introdução à linguística geral e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1996. MONTEIRO, J. L. Morfologia portuguesa. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2002. MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. Introdução à Linguística, v.3: fundamentos epistemológicos. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2008. SILVA, T. C. Exercícios de Fonética e Fonologia. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2003. ROSA, M. C. Introdução à Morfologia. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Plano de ensino

Disciplina: LEC051 - LINGUISTICA II -

Créditos: 4

Departamento: DEPTO DE LETRAS

Ementa	Introdução à Linguística: Noções de Sintaxe.
Conteúdo	1. Noções de Gramática e Sintaxe 1.1. Estudos Pré-Generativistas da Sintaxe 1.2. Surgimento da Linguística Gerativa 1.3. Reflexões sobre o conceito de Gramática 2. Gramática Gerativa 2.1. Fundamentos da Linguística Gerativa 2.1.1. A Linguística como Ciência Cognitiva 2.1.2. Noções de Competência e Desempenho, Língua-I e Língua-E 2.1.3. Modularismo e Inatismo 2.1.4. O Problema Lógico da Aquisição da Linguagem 2.1.5. O Argumento da Pobreza de Estímulo 2.1.6. Faculdade da Linguagem em sentido amplo e restrito e Gramática Universal 2.2. Sintaxe 2.2.1. Traços do Léxico: Categorias Lexicais e Funcionais 2.2.2. Estrutura de Constituintes 2.2.3. Princípios e Parâmetros 2.2.4. Grade Temática: argumentos e adjuntos 2.2.5. Papéis Temáticos 2.2.6. Marcação de Caso
Bibliografia	CHOMSKY, N. Linguagem e Mente. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. _____. Novos horizontes para o estudo da linguagem e da mente. São Paulo: UNESP, 2005. _____. Sobre natureza e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2006. FERRARI-NETO, J. & TAVARES SILVA, C. R. Programa Minimalista em foco: princípios e debates. Curitiba: Editora CRV, 2012. FIORIN, J. L. Introdução à linguística. Volume 1. São Paulo: Editora Contexto, 2002. _____. Introdução à linguística. Volume 2. São Paulo: Editora Contexto, 2002. MARTELOTA, M. E. Manual de linguística. São Paulo: Editora Contexto, 2008. MIOTO, C; SILVA, M. C. F.; VASCONCELLOS, R. E. Novo Manual de Sintaxe. Florianópolis: Insular, 2004. MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. Introdução à linguística: Domínios e Fronteiras. São Paulo: Editora Cortez, 2006. PERINI, M. A. A gramática gerativa. Belo Horizonte: Vigília, 1985. PINKER, S. O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
Bibliografia complementar	CHOMSKY, N. O conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso. Lisboa: Caminho, 1994. PINKER, S. Tabula rasa. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. _____. Como a mente funciona. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GARDNER, H. A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva. São Paulo: Edusp, 2003. RAPOSO, E. Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem. Lisboa: Editora Caminho, 1998.

Plano de ensino

Disciplina: LEC094 - PRAGMÁTICA

Créditos: 4

Departamento: DEPTO DE LETRAS

Ementa	Conceitos básicos em pragmática. Teoria dos atos de fala. Princípio da cooperação e implicatura conversacional. Dêixis. A teoria da polidez. Contexto e contextualização. Princípios e mecanismos da organização global e local da fala-em-interação. Sociolinguística Interacional e Análise da Conversa Etnometodológica.
Conteúdo	1
Bibliografia	GOUVEIA, Carlos, A. M. Pragmática. In: Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte & Carlos A. M. Gouveia. Introdução à Linguística Geral e Portuguesa. Lisboa: Caminho, 2007. GUMPERZ, J. J. A sociolinguística interacional no estudo da escolarização. In: COOK-GUMPERZ, J. A construção social da alfabetização. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 34-60. LODER, L.; JUNG, N. M. Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica. São Paulo: Contexto, 2008. MARCUSCHI, L. A. Breve excuroso sobre a linguística no século XX. In: _____. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite de. Polidez e Interação. Carmem Rosa Caldas-Coulthard; Leonor Seliar Cabral (Org.). Desvendando Discursos: conceitos básicos. Florianópolis: Editora da Universidade Federal e Santa Catarina. 2008 p. 197-224. RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Eds). Sociolinguística Interacional. São Paulo: Loyola, 2002.
Bibliografia complementar	AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. GRICE, P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. Fundamentos metodológicos da linguística. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1975. p. 81-103. NEVES, M. H. M A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.40-49. LEVINSON, S. A dêixis. In: _____. Pragmática. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

<http://www.ufjf.br/cat/graduacao/cursos/>

<http://www.ufjf.br/cat/graduacao/cursos/curriculos-ativos/grade-curricular/?CodCurso=29A&CodCurriculum=12009&Ano=2009&Semestre=1>

ANEXO 7



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒

Disciplina

Atividade complementar

Monografia

☐

Prática de Ensino

Módulo

Trabalho de Graduação

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒

OBRIGATÓRIO

☐

ELETIVO

☐

OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária Semanal		Nº. de Créditos	C. H. Global	Período
		Teórica	Prática			
LE735	Linguística I – Fundamentos Teóricos	4	0	04	60	1º

Pré-requisitos		Co-Requisitos		Requisitos C.H.	
----------------	--	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Estudo do objeto e conceitos básicos da linguística, tendo em vista a história das ideias linguísticas, tendências atuais, métodos e procedimentos de análise.

OBJETIVO (S) DO COMPONENTE

Apresentar aos alunos conceitos básicos sobre:

- a história da linguística;
- métodos e objeto da ciência linguística;
- a relação da linguística com outras ciências.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, debates, leitura de textos complementares, seminários.

AVALIAÇÃO

A avaliação do aproveitamento escolar será realizada através de duas ou mais avaliações parciais, que poderão ser aplicadas como: avaliação escrita, seminário, artigos, resumos, ou outra atividade a critério do professor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte I – História da Linguística

- Os principais temas de análise linguística na Antiguidade Greco-latina, Idade Média, Renascimento, Séculos XVIII e XIX .
- As abordagens filosófica, gramatical, filológica, comparatista e histórica das línguas em suas relações com o nascimento da Linguística como ciência.

Parte II – A Linguística como Ciência

- A Linguística: objeto , métodos e subdivisões .
- A relação entre a Linguística com outras ciências. As áreas interdisciplinares. Diferenças entre abordagem linguística, gramatical, filológica e semiótica dos fenômenos da língua e do discurso.
- Principais escolas, correntes e teorias linguísticas no Século XX: Estruturalismo; Funcionalismo; Gerativismo; e Teorias Enunciativas e Discursivas.
- **Parte III – Agenda para os estudos linguísticos na atualidade**
- Os problemas linguísticos mais frequentes no ensino-aprendizado de línguas.
- Avaliações de políticas oficiais de ensino de línguas. Avaliações de materiais didáticos.
- As novas tecnologias da informação e seus impactos no ensino-aprendizagem de línguas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORIN, José Luiz (org.) (2002). **Introdução à Lingüística**. São Paulo: Contexto, Vols.I e II.
 LYONS, John (1987). **Lingua(gem) e Lingüística**:uma introdução.Rio de Janeiro: Guanabara.
 MARTELOTTA, Mário Eduardo & al.(2008) **Manual de Lingüística**. São Paulo: Contexto.
 MARTINET, André. (1976) **Conceitos Fundamentais da Lingüística**. Lisboa: Editorial Presença.
 MATTOSO CAMARA JR., Joaquim. (1974). **Princípios de Lingüística Geral**. Rio de Janeiro: Acadêmica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MUSSALIN, Fernanda. & BENTES, Anna. Christina. (2001). **Introdução à lingüística**. São Paulo: Cortez, Volumes I , II e III.
 PAULIUKONIS, M^a Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (orgs.) (2003). **Texto e discurso – mídia, literatura e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna.
 SARFATI, George-Élia & PAVEAU, Marie-Anne. (2006.) **As grandes teorias da Lingüística – da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz.
 WEDWOOD, Bárbara (2005). **História Concisa da Lingüística**. São Paulo: Parábola.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

Letras

HOMOLOGADO PELO COLEGIADO DE CURSO

Letras

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO OU ÁREA

ANEXO 8



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina
☐	Atividade complementar
☐	Monografia

☐	Prática de Ensino
☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO☐ ELETIVO☐ OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária Semanal		Nº. de Créditos	C. H. Global	Período
		Teórica	Prática			
LE742	Linguística II: Teorias Linguísticas	60	-	4	60	2º

Pré-requisitos	Linguística I	Co-Requisitos		Requisitos C.H.	
----------------	---------------	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Introdução às principais teorias linguísticas nos campos de morfologia, sintaxe, semântica, pragmática.

OBJETIVO (S) DO COMPONENTE

Apresentar aos alunos conceitos básicos sobre as principais teorias linguísticas.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, debates, leitura de textos complementares, seminários.

AVALIAÇÃO

A avaliação do aproveitamento escolar será realizada através de duas ou mais avaliações parciais, que poderão ser aplicadas como: avaliação escrita, seminário, artigos, resumos, ou outra atividade a critério do professor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão dos principais paradigmas lingüísticos: estruturalismo, gerativismo, funcionalismo
 Morfologia: conceitos de palavra, morfema; formação de palavras
 Sintaxe: conceitos de estrutura; constituinte; sintagma; análises sintáticas
 Semântica: semântica formal, lexical, discursiva; relações de sentido
 Pragmática: atos de fala; pressuposição; inferência; uso lingüístico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Cançado, Márcia. 2005. *Manual de Semântica. Noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Duarte, Paulo Mosânio Teixeira. 2000. *Introdução à Semântica*. Fortaleza, Edições UFC.

Faria, Isabel Hub et al. 1966. *Introdução à Lingüística Geral e Portuguesa*. Lisboa, Caminho.

Fiorin, José Luiz, org. 2002/2003. *Introdução à Lingüística*. 2 vols. São Paulo, Contexto.

Guimarães, Eduardo & Zoppi-Fontana, Mônica, orgs. 2006. *A Palavra e a frase*. Campinas: Pontes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Hurford, James R. & Heasley, Brendan. 2004 [1983]. *Curso de Semântica*. Canoas: ULBRA.

Ilari, Rodolfo e João Wanderley Geraldi. 1995. *Semântica*. São Paulo, Ática.

Martelotta, Mário Eduardo, org. 2008. *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto.

Moura, Heronides Maurílio de Melo. 1998. *Significação e Contexto*. Florianópolis, Insular.

Mussalim, Fernanda e Bentes, Anna Christina, orgs. 2001. *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. 2 vols. São Paulo, Cortez.

Mussalim, Fernanda e Bentes, Anna Christina, orgs. (2004). *Introdução à lingüística fundamentos epistemológicos*. vol. 3. São Paulo, Cortez.

Rosa, Maria Carlota. 2003. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE A DISCIPLINA

Letras

HOMOLOGADO PELO COLEGIADO DE CURSO

Letras

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO OU ÁREA

ANEXO 9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR

TIPO DE COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒	Disciplina
☐	Atividade complementar
☐	Monografia

☐	Prática de Ensino
☐	Módulo
☐	Trabalho de Graduação

STATUS DO COMPONENTE (Marque um X na opção)

☒ OBRIGATÓRIO☐ ELETIVO☐ OPTATIVO

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome	Carga Horária Semanal		Nº. de Créditos	C. H. Global	Período
		Teórica	Prática			
LE743	Linguística III: Linguística Aplicada	4	-	4	60	3º

Pré-requisitos	Linguística II	Co-Requisitos		Requisitos C.H.	
----------------	----------------	---------------	--	-----------------	--

EMENTA

Discussão sobre os principais campos de aplicação da linguística, com ênfase voltada ao ensino de língua. Conceitos chave, pressupostos e temas da atualidade.

OBJETIVO (S) DO COMPONENTE

Apresentar aos alunos conceitos básicos sobre:

- linguística aplicada.
- Variação, norma lingüística e ensino de língua.
- Gêneros discursivos e ensino de língua.
- Discurso pedagógico: gêneros, produção, compreensão e ensino.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, debates, leitura de textos complementares, seminários.

AVALIAÇÃO

A avaliação do aproveitamento escolar será realizada através de duas ou mais avaliações parciais, que poderão ser aplicadas como: avaliação escrita, seminário, artigos, resumos, ou outra atividade a critério do professor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tópicos contemporâneos da linguística aplicada.
 Variação, norma lingüística e ensino de língua.
 Gêneros discursivos e ensino de língua.
 Discurso pedagógico: gêneros, produção, compreensão e ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BAGNO, M. (Org.). 2002. *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola.
- CASTILHO, A. 1998. *A língua falada no ensino de português*. SP: Contexto.
- CAVALCANTI, M. C. A propósito da Lingüística Aplicada. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. v.7, 1986. p.5-12
- CORACINI, M.J. E. BERTOLDO (orgs.) 2003. *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras,
- FORTKAMP, M. B ; L. TOMITCH (orgs.). 2000. *Aspectos da lingüística aplicada*. Florianópolis: Editora Insular.
- DIONÍSIO, A. et al. (org) 2002. *Gêneros textuais e ensino*. RJ: Lucerna.
- FRANCHI, E.P. 2001. *Pedagogia da Alfabetização. Da oralidade à escrita*. SP: Cortez.
- KARWOSKI, A.M. et al. (org). 2005. *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória: Kaygangue.
- MARCUSCHI, L.A. 2001. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. SP: Cortez.
- MARCUSCHI, L.A. 2008. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola.
- MARCUSCHI, L. A. ; DIONISIO, A. P. (org.). 2005. *Fala e Escrita*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Preti, D. (Org.). 2005. *Diálogos na fala e na escrita*. Projetos Paralelos - NURC/SP Vol. 7. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- MOITA LOPES, L.P. (org.). 2006. *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola,
- RAMOS, J. 1997. *O espaço da oralidade na sala de aula*. SP: Martins Fontes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- SARFATI, George-Élia & PAVEAU, Marie-Anne. (2006.) **As grandes teorias da Lingüística** – da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz.
- WEDWOOD, Bárbara (2005). **História Concisa da Lingüística**. São Paulo: Parábola.

DEPARTAMENTO A QUE PERTENCE O COMPONENTE

Letras

HOMOLOGADO PELO COLEGIADO DE CURSO

Letras

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO OU ÁREA

ANEXO 10



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Letras – Habilitação Única: Português e Habilitações Duplas: Português/Inglês e Português/Francês e Literaturas correspondentes		
Departamento:	Departamento de Letras		
Centro:	CCH		
COMPONENTE CURRICULAR			
Nome: Lingüística I			Código: 3522
Carga Horária: 136 h/a	Periodicidade: anual	Ano de Implantação: 2006	
1. EMENTA			
Funcionamento da linguagem, considerando-a uma forma de atuação social, na formação dos profissionais de Letras. (Resolução 181/2005 – CEP).			
2. OBJETIVOS			
(a) Estudar a natureza da linguagem, analisando o seu funcionamento nas situações de interação social e cultural;			
(b) Realizar práticas dos conteúdos ministrados às questões de ensino de língua;			
(c) Levar o aluno a desenvolver trabalhos de pesquisa, redigindo-os dentro dos padrões mínimos de exigências do discurso científico. (Resolução 181/2005 – CEP).			
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1. A Ciência Lingüística			
1.1. Definição, método e objeto de estudo;			
1.2. Panorama dos estudos lingüísticos.			
2. A visão saussuriana da linguagem			
2.1. Os conceitos básicos de Saussure.			
3. As concepções de linguagem			
3.1. Linguagem como expressão do pensamento;			
3.2. Linguagem como instrumento de comunicação;			
3.3. Linguagem como forma de interação;			
3.4. As concepções de gramática e de ensino;			
3.5. Práticas de análise em material didático.			
4. Variação Lingüística			
4.1. Fala e escrita;			
4.2. Preconceito lingüístico;			
4.3. Propriedades do Português do Brasil;			
4.4. As variedades e a questão da norma no ensino de línguas.			
5. Texto e discurso			
5.1. Definições;			
5.2. Fatores de textualidade;			
5.3. A subjetividade e a argumentatividade na linguagem;			
5.4. Operadores argumentativos;			
5.5. As condições de produção;			
5.6. Práticas de análise textual.			

4. REFERÊNCIAS
4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)
BAGNO, M. <i>Preconceito linguístico: o que é, como se faz</i>. São Paulo: Edições Loyola, 1999. _____. <i>Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social</i>. São Paulo/SP: Loyola, 2000. BORBA, F. S. <i>Introdução aos estudos lingüísticos</i>. 12ª ed. Campinas/SP: Pontes, 1998. BRONCKART, J.P. <i>Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo</i>. São Paulo : EDUC, 1999. CAMACHO, R. G. A <i>variação Lingüística</i>. IN: <i>Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus: coletânea de textos</i>. São Paulo: SE/CENP, p. 29-41, 1988. CARVALHO, Castelar de. <i>Para Compreender Saussure</i>. RJ, Editora Rio, 1980. FAVERO, Leonor L. 1991. <i>Coesão e coerência textuais</i>. São Paulo, Ática (Série Princípios). _____. & KOCH, Ingedore G. V. 1983. <i>Lingüística textual: introdução</i>. São Paulo, Cortez. _____. & PASCHOAL, Mara S. Z. de (org.) 1986. <i>Lingüística textual - Texto e leitura</i>. Série Cadernos PUC 22. São Paulo, EDUC. FIORIN, J. L. (org.) . <i>Introdução à Lingüística</i>. São Paulo : Contexto, 2002. FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. <i>Para entender o texto</i>. 13ª ed. São Paulo: Ática, 1997. KOCH, Ingedore G. V. e TRAVAGLIA, Luiz C. <i>Texto e coerência</i>. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. _____. <i>A coesão textual</i>. São Paulo, Contexto, 1990. _____. <i>A inter-ação pela linguagem</i>. São Paulo, Contexto, 1992. _____. <i>Argumentação e linguagem</i>. São Paulo, Cortez, 1994. _____. & TRAVAGLIA, Luiz C. <i>A coerência textual</i>. São Paulo, Contexto, 1990. LYONS, J. (org.) Novos horizontes em Lingüística. São Paulo: Cultrix, 1976. _____. <i>Linguagem e Lingüística: uma introdução</i>. Rio de Janeiro/RJ: LTC, 1987. MATTOSSO, M. Levi. <i>Rumos da Lingüística: teoria e aplicabilidade</i>. Petrópolis, Vozes, 1975. _____. <i>O que é Lingüística</i>. São Paulo, Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1986. _____. <i>Sujeito e texto</i>. Série Cadernos PUC 31. São Paulo, EDUC, 1988. MUSSALIM, F & BENTES, A. N. <i>Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras</i>. São Paulo: Cortez, 2001. vis. 1 e 2. MUSSALIM, F & BENTES, A. N. <i>Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos</i>. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. ROBINS, R. H. <i>Lingüística geral</i>. Porto Alegre: Globo, 1977 SAUSSURE, Ferdinand de. <i>Curso de Lingüística geral</i>. São Paulo, Cultrix, 1969. SCLIAR, Leonor C. <i>Introdução à Lingüística</i>. Rio de Janeiro, Globo, 1985. TRAVAGLIA, L. C. <i>Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus</i>. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. TARALLO, Fernando. <i>A pesquisa sociolingüística</i>. São Paulo, Ática (Série Princípios), 1990. VAL M. da Graça Costa. <i>Redação e textualidade</i>. São Paulo, Martins Fontes, 1991. JAKOBSON, R. <i>Lingüística e comunicação</i>. Trad. de I. Blikstein e J. P. Paes. São Paulo, Cultrix, 1969. ORLANDI, Eni P. <i>A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso</i>. São Paulo, Brasiliense, 1983. PRETTI, Dino. <i>Sociolingüística - os níveis de fala</i>. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982. ZILLES, Ana Maria Stahi. Algumas características do português do Brasil. In: P. C Guedes (org.) <i>Ensino de Português e Cidadania</i>. Porto Alegre: PMPA, SMED, 1999, pp. 88-107.
4.2- Complementares

APROVAÇÃO DO DEPARTAMENTO

APROVAÇÃO DO COLEGIADO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Curso:	Letras – Habilitação Única: Português e Habilitações Duplas: Português/Inglês e Português/Francês e Literaturas correspondentes		
Departamento:	Departamento de Letras		
Centro:	CCH		
COMPONENTE CURRICULAR			
Nome: Linguística I		Código: 3522	
Turma(s): todas turmas vigentes	Ano de Implantação: 2006		Periodicidade: anual

Verificação da Aprendizagem

Obs.: Apresentar abaixo quantas avaliações serão exigidas e detalhar o processo de verificação da aprendizagem (provas, avaliação contínua, seminários, trabalhos etc.), para obtenção das notas periódicas e Avaliação Final.
Número mínimo de avaliações = 2 (duas)

Avaliação Periódica:	1ª	2ª	3ª	4ª
Peso:	1	1	1	1

- Serão realizadas quatro avaliações com peso 1 (um) cada uma.
- Cada avaliação será bimestral e poderá ser composta, de acordo com o docente, por:
 - Uma prova escrita com peso 7 (sete); e exercícios, seminários, fichamentos, trabalhos individuais e/ou coletivos, avaliações orais, trabalhos de caráter monográfico, etc., com peso 3 (três);
 - Somente uma prova com peso 10 (dez);
 - Uma prova escrita com peso 5 (cinco) e um trabalho de caráter monográfico com peso 5 (cinco);
 - Somente um trabalho de caráter monográfico, com peso 10 (dez).
- A média final do ano letivo será a média aritmética simples das quatro avaliações bimestrais.
- Todas as avaliações escritas são passíveis de questionamentos orais, a critério do docente.

AVALIAÇÃO FINAL:

O exame final consistirá em uma prova escrita com valor de zero a dez e versará sobre o conteúdo da disciplina ministrado durante o ano letivo.

Aprovação do Departamento

Aprovação do Colegiado

ANEXO 11

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS

Apêndice A: Elenco de Disciplinas com Ementas**DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM****INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Panorama geral dos fenômenos da linguagem e suas abordagens científicas. As concepções de língua e linguagem. Trajetória dos estudos linguísticos desenvolvidos no âmbito da palavra, da oração, do texto e do discurso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ILARI, R. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 53-92.

FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

SARFATI, G.; PAVEAU, A.-M. *As grandes teorias da linguística*. Editora Claraluz, 2006.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

CARBONI, F. *Introdução à linguística*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GRANGER, G.-G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

NEVES, M. H. de M. *Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, E. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1996.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTIN, R. *Para entender a linguística*. São Paulo: Parábola, 2003.

RAPOSO, E. *Teoria da Gramática*. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

XAVIER, A.; CORTEZ, S. (Org.). *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola, 2003.

ANEXO 12

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

LINGÜÍSTICA I

LET 0331 LINGÜÍSTICA I**EMENTA**

Introdução aos estudos linguísticos: visão geral do fenômeno da linguagem. Linguagem, interação e cognição. Introdução ao modelo estruturalista. O signo linguístico. Funções da linguagem. Língua, norma e preconceitos linguísticos.

BIBLIOGRAFIA

ALKMIN, T. Sociolinguística Parte I. MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. (Orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

APRESJAN, J. D. **Ideias e métodos da linguística estrutural contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1980.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Nacional, 1976.
BORBA, F. da S. **Introdução aos estudos linguísticos**. Campinas: Pontes, 1998.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística Parte II. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. (Orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. pp.49-75.

CUNHA, Celso. **A questão da norma culta brasileira**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

DUBOIS, J. et alii. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ELIAS, Sílvio. **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Padrão, 1987.

FIORIN, J.L. (org). **Introdução à Linguística I**. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

FONTAINE, J. **O Círculo Linguístico de Praga**. São Paulo: Cultrix, 1978.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1993.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1983.

LANGACKER, R. **A linguagem e sua estrutura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

LEROY, M. **As grandes correntes da linguística moderna**. São Paulo: Cultrix, 1978.

LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1991.

LYONS, J. **Lingua(gem) e Linguística**: uma introdução. São Paulo: Cultrix, 1982.

_____. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979

MALMBERG, B. **As novas tendências da linguística**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974

MOUNIN, G. **Introdução à linguística**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981

ORLANDI, E. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROBINS, R. H. **Linguística geral**. Porto Alegre: Globo, 1977

SAPIR, E. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

_____. **A linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1980

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1978.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1994.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

ANEXO 13

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA /JAGUARÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

CURSO/SEMESTRE

Licenciatura em Letras - Português e Espanhol e Respectivas Literaturas –1º semestre

DISCIPLINA

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CARÁTER DA DISCIPLINA

Obrigatório

PRÉ-REQUISITO

Nenhum

CÓDIGO

JL0003

CARGA HORÁRIA TOTAL

60 Horas

CRÉDITOS

4 Créditos

NATUREZA DA CH

Teórica

EMENTA

Visão geral dos fenômenos da linguagem e de seus métodos de investigação científica. Linguística-conceito, objeto, método, evolução, relações com outras áreas do conhecimento. Principais escolas do pensamento linguístico e seus conceitos básicos

CONTEÚDO

1. Panorama geral da história dos estudos linguísticos até o século XX
2. Linguística: conceito, objeto e métodos.
3. O Estruturalismo de Saussure e Bloomfield
4. O gerativismo de Chomsky

5. O funcionalismo – europeu e norte-americano

6. As áreas dos estudos linguísticos

BIBLIOGRAFIA

Básica:

FARACO, C. Linguística Histórica. São Paulo: Ática, 1998.

SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix.

LYONS, J. Linguagem e linguística – uma introdução .São Paulo: LTC, 1987.

PAVEAU, M.-A. As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

WEEDWOOD, B. História concisa da linguística. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002

Complementar:

DUBOIS, Jean et ali. Dicionário de Linguística. São Paulo: Cultrix.

FIORIN, J. L. (org.) Introdução à Linguística. I. Objetos teóricos. São Paulo:

Contexto: 2003.

FLORES, V.;BARBISAN, L; FINATTO, Maria J., TEIXEIRA, M. Dicionário de Lingüística e enunciação. São Paulo: Contexto, 2009.

LANGACKER, R. A linguagem e sua estrutura. Tradução: Gilda Maria Correa de Azevedo. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

LYONS, J. Introdução à lingüística teórica. Tradução: Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Da USP, 1979.

MARTELOTTA, M. E. (org.). Manual de Lingüística. São Paulo: Contexto, 2008.

MUSSALIM, F & BENTES, A.C. (orgs.). Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras. Volume 3: Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, F. L. ;RAJAGOPALAN, K. (orgs.). A lingüística que nos faz falhar -investigação crítica. São Paulo: parábola Editorial.

XAVIER, A. C.;CORTEZ, S. Conversas com lingüistas. São Paulo: Parábola Editorial.

CURSO/SEMESTRE

Licenciatura em Letras - Português e Espanhol e Respectivas Literaturas – 2º semestre

DISCIPLINA**TEORIAS LINGÜÍSTICAS I****CARÁTER DA DISCIPLINA**

Obrigatória

PRÉ-REQUISITO

Introdução aos Estudos Lingüísticos

CÓDIGO

JL0005

CARGA HORÁRIA TOTAL

60 Horas

CRÉDITOS

4 Créditos

NATUREZA DA CH

Teórica

EMENTA

Teorias da Enunciação: principais autores, conceitos básicos, convergências e divergências. Jakobson, Benveniste e Bakhtin. Breve percurso pelas teorias semânticas e pragmáticas.

CONTEÚDO

1. Esquema da comunicação e funções da linguagem (Jakobson)
2. Enunciação em Benveniste, quadro enunciativo e conceito de linguagem
3. Língua, fala e enunciação em Bakhtin
4. Semântica formal e lexical
5. Teoria dos atos de fala

BIBLIOGRAFIA

Básica:

BAKHTIN, M. /VOLOCHINOV, V.N. Marxismo e filosofia da linguagem (1929). Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral I. São Paulo: Pontes, 1988.

FIORIN, J. L. (org.) *Introdução à Linguística. II. Princípios de Análise. São Paulo: Contexto:2008.*

JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.

MARTELOTTA, M. E. (org.) *Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008*

Complementar:

BAKHTIN, M. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. Trad. Bernardini et al. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

DI FANTI, Maria da Glória. A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos. VEREDAS. Revista Estudos da Linguagem, Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p. 95-111, jan/dez.2003.

FARACO, Carlos A. Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Paraná, Criar Edições, 2003.

FLORES, V. BARBISAN, L; FINATTO, Maria J., TEIXEIRA, M. Dicionário de Linguística e enunciação. São Paulo: Contexto, 2009.

GERALDI, João W.;ILARI, R. Semântica. São Paulo: Ática, 1994.

ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

MARQUES, M. H. D. Iniciação à semântica. 6. ed. Rio de Janeiro, 2003

MOKVA, Ana Maria Dal Zott. A semântica na sala de aula. Erechim/EdiFAPES, 2002.

MUSSALIM, F & BENTES, A.C. (orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras. Volume 3: Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.*

PAVEAU, M.-A. As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix.

CURSO/SEMESTRE

Licenciatura em Letras – Português e Espanhol e Respectivas Literaturas – 3º Semestre

DISCIPLINA**TEORIAS LINGUÍSTICAS II****CARÁTER DA DISCIPLINA**

Obrigatório

PRÉ-REQUISITO

Introdução aos Estudos Linguísticos e Teorias Linguísticas I

CÓDIGO

JL0012

CARGA HORÁRIA TOTAL

30 Horas

CRÉDITOS

2 Créditos

NATUREZA DA CH

Teórica

EMENTA

As teorias da enunciação: principais autores, conceitos básicos, convergências e divergências; Análise do discurso: conceitos fundantes; a teoria do texto – trajetória, temas e princípios analíticos.

CONTEÚDO

1. A Linguística Textual
2. Trajetória da Linguística Textual
3. Princípios da construção textual do sentido
4. Principais objetos de estudo
5. Análise Textual

BIBLIOGRAFIA

Básica:

BERNARDEZ, E. Introducción a la lingüística del texto. Madri: Enpasacalpe, 1982.

FÁVERO, L. L.&KOCH,I.G. Linguística textual:introdução. São Paulo: Cortez, 1988.

KOCH, I. G. V. Introdução à linguística textual. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

MARCUSCHI, L. A.. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

VAL, M.G. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Complementar

ANTUNES, I. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BENTES, Anna C. Linguística Textual. In: Introdução à linguística 1. São Paulo: Cortez, 2008.

BUNZEN, C. & MENDONÇA, M. Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2009.

BALTAR, Marcos. Competência discursiva e gêneros textuais: uma experiência com o jornal na sala de aula. Caxias: EDUCS, 2004.

FIAD, Raquel Salek; Mayrink-Sabnson, Maria Laura T. A escrita como trabalho. In: MARTINS, Maria Helena (Org). Questões de linguagem. São Paulo: Contexto, 1991.

GERALDI, J.W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. Linguagem e ensino – Exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

_____. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1996.

OLIVEIRA, M.R. Linguística Textual. In: Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2009.

ANEXO 14

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-FALE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS

MACEIÓ-AL, MAIO DE 2007

Disciplina: TEORIA LINGÜÍSTICA 1

Código: Carga horária: 80 horas

Ementa Panorama geral dos fenômenos da linguagem e suas abordagens, dos estudos tradicionais à teoria linguística. Pressupostos teórico-metodológicos das correntes teóricas da Linguística moderna.

Bibliografia

LYONS, J. *Linguagem e Linguística*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. *Introdução à Linguística – domínios e fronteiras 1*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Introdução à Linguística – domínios e fronteiras 2*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos 3*. São Paulo: Cortez, 2004.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, S/D.

Disciplina: TEORIA LINGÜÍSTICA 2

Código: Carga horária: 80 horas

Ementa Estudo de tendências teóricas linguísticas contemporâneas pós-estruturalistas, que relacionam os aspectos linguísticos e os sociais, seja através da noção de variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso)

Bibliografia

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BENVENISTE, E. *problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do discurso*. Campinas:

Editora da UNICAMP, 1993.

FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística – II Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore A definir o melhor

LOPES, E. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1995.

MUSSALIN, F. e BENTES, A. C *Introdução à Linguística – fundamentos epistemológicos 3*. São Paulo: Cortez, 2004.

ORLANDI, Eni. *O que é Linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Col. Primeiros Passos).

RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M (orgs.). *Sociolinguística Interacional*.

Porto Alegre: AGE, 1998.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.